

Epígrafe

E D I Ç Ã O Z E R O



edição zero, 2013

Epígrafe

Revista de Graduação em História

Edição Zero

Ano 1 | Dezembro de 2013

Brasil – São Paulo

A *Revista Epígrafe* é uma publicação eletrônica de caráter científico, com periodicidade semestral, organizada por estudantes de graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Pretendemos que a revista seja um instrumento sustentado pelos alunos, direcionado especialmente à publicação de trabalhos, artigos e resenhas na área de História, que tenham sido desenvolvidos essencialmente por graduandos. Além disso, almeja-se que haja um espaço para a apresentação de traduções de textos essenciais às disciplinas de graduação, bem como entrevistas realizadas com grandes historiadores.

EQUIPE EDITORIAL

COMISSÃO EDITORIAL

Alan Rufino de Souza

Felipe Landim Ribeiro Mendes

Lígya Esteves Sant'Anna de Souza

Lucas Gallo Otto

Mariana de Oliveira Ferraz Paulino

Mariana Leão Silva

Renata Lima Furió

Thiago Righi Campos de Castro

CONSELHO EDITORIAL

Andréa Slemian - Universidade Federal de São Paulo, Brasil

Eduardo Natalino dos Santos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Flávio de Campos - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Gabriela Pellegrino Soares - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

Henrique Soares Carneiro - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

João Paulo Garrido Pimenta - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Marcelo Rede - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Márcia Regina Berbel - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Maria Lêda Oliveira Alves da Silva - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Miguel Palmeira - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Rafael de Bivar Marquese - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil
Rodrigo Monteferrante Ricupero - Departamento de História, Universidade de São Paulo, Brasil

EXPEDIENTE

Revisão: Felipe Landim Ribeiro Mendes

Diagramação: Renata Lima Furió

Capa: Renata Lima Furió

Imagem da Capa: Lígya Esteves Sant'Anna de Souza

Universidade de São Paulo

Prof. Dr. João Grandino Rodas – Reitor

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz – Vice-Reitor

Pró-Reitoria de Graduação

Prof^a. Dr^a. Telma Maria Tenorio Zorn

Pró-Reitoria de Pesquisa

Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu – Diretor

Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria – Vice-Diretor

Epígrafe – Revista de Graduação em História

www.revistas.usp.br/epigrafe

revepigrafe@gmail.com

www.facebook.com/RevistaEpigrafe

Twitter - @RevistaEpigrafe

EDITORIAL _05

ARTIGOS

As práticas de controle e punição na sociedade escravista cafeeicultora do Brasil oitocentista: uma análise à luz do pensamento de Michel Foucault
Marcelo Ferraro _07

A produção do Novo em Historiografia: os Annales e o processo de construção intelectual de um movimento historiográfico
Mariana Ladeira Osés _43

*“Aqui estamos; para onde vamos”:
 O entendimento historiográfico sobre o pós-emancipação no Brasil*
Fábio Dantas Rocha _51

Historicidade e temporalidade na literatura de horror de Lovecraft
Luis Vieira _69

ENSAIOS

Tempo coletivo em A difícil manhã, de Cassiano Ricardo
Pedro Augusto Pinto _91

COMBATES

Abolição britânica: paradigmas e historiografias
Pedro Giovannetti Moura _107

RESENHAS

TODOROV, Tzevetan (1983). A Conquista da América. A Questão do Outro. São Paulo, Ed. Martins Fontes.
RESTALL, Matthew (2006). Sete Mitos da Conquista Espanhola. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
Ariane Larocca e Pedro Henrique Fernandes _120

ENTREVISTA _137
Luiz Felipe de Alencastro

É com muita alegria e satisfação que lançamos a Edição Zero da Revista *Epígrafe*, periódico vinculado ao departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, dedicado exclusivamente a publicações de graduandos.

Ao percebermos a carência de um espaço de interação entre os graduandos da área, que suscitasse discussões realizadas sob um prisma diferente do adotado pelos demais periódicos acadêmicos, surgiu a ideia de fundar uma revista que suprisse essas lacunas. Assim, por meio da *Epígrafe*, pretende-se que tais discussões sejam regidas, sobretudo, por uma toada de pensamento que possa vir a contemplar o cotidiano de um estudante de graduação, assimilando suas ideias enquanto historiador em formação e valorizando seus questionamentos e reflexões acerca do ofício que se propôs a exercer.

Fato relevante é o de que o modelo recorrente de revistas acadêmicas especializadas geralmente não faz distinção entre os diferentes níveis de formação – e quando o faz, privilegia, sobretudo, estudantes de pós-graduação. Desta forma, escritos produzidos por graduandos disputam espaço com os de historiadores mais especializados – de mestrandos a livres-docentes, algo que dificulta a publicação de textos elaborados por aqueles. Para nós, da Comissão Editorial da Revista *Epígrafe*, este modelo de organização e seleção de trabalhos acaba por desencorajar a produção e limitar a exposição de boas pesquisas desenvolvidas por historiadores em formação.

É importante constar que a *Revista* não tem qualquer pretensão de se tornar o único canal de comunicação entre alunos de graduação em História, uma vez que nos propomos também a respeitar quaisquer outros meios de interação, bem como a estabelecer outros espaços de diálogo – considerando, sobretudo, a disseminação de informações no âmbito virtual e a abrangência das redes sociais para a viabilização de debates e exposições de ideias. Além disso, vale mencionar que a *Revista Epígrafe* será direcionada exclusivamente à publicação acadêmica, sem que haja nenhuma seção que contemple a publicação de trabalhos tais como poesias, produções imagéticas, manifestos políticos ou textos de conteúdo militante ou panfletário.

A presente edição, de número zero, traz artigos nas áreas de Metodologia da História, Literatura e História, Historiografia e História do Brasil Império. Também, há um ensaio que contempla, sob uma perspectiva histórica, um poema do modernista Cassiano Ricardo; uma resenha comparada dos livros “A Conquista da América” de Tzvetan Todorov e “Sete Mitos da Conquista Espanhola”, de Matthew Restall; bem como um trabalho inserido na seção *Combates*, que trata dos paradigmas da historiografia relacionada à Abolição Britânica. Além dos mencionados trabalhos, na seção *Entrevistas*, apresentamos a entrevista realizada com o Professor Luiz Felipe de Alencastro, em sua última passagem pelo Brasil, no mês de agosto do presente ano.

Por fim, vale reiterar que nosso intuito é proporcionar aos Estudantes de Graduação – não somente de História e nem exclusivamente da USP, mas a todos os graduandos que se interessem e se sintam dispostos a colaborar com a Revista – um espaço de exposição e diálogo de ideias. Desta forma, cremos que a veiculação, por meio de uma revista de graduação, dos mais diversos trabalhos realizados por Historiadores em formação, possa vir a compor a tessitura de um ideário maior que vem imbuído da mais instigante pluralidade e dos mais variados escopos mentais, políticos e sociais - tessitura esta que há de servir, sobretudo, para o engrandecimento de uma consciência do ofício do Historiador em suas mais plenas e densas vertentes.

Comissão Editorial da Revista Epígrafe

Departamento de História – FFLCH/USP

Alan Rufino, Felipe Landim, Lígya Esteves, Lucas Otto,
Mariana Ferraz Paulino, Mariana Leão, Renata Furió e Thiago Castro.

**AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA
CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO
DE MICHEL FOUCAULT****Marcelo Ferraro***

Resumo: O presente artigo se propõe a analisar as práticas de controle e punição na sociedade escravista à luz dos estudos e categorias de Michel Foucault, comparando três contextos: a Casa de Correção da Corte no Rio de Janeiro, as grandes plantations escravistas do Vale do Paraíba, e as casas de câmara e cadeia dos núcleos urbanos dessa mesma região. O artigo se desenvolve em três partes, cada qual correspondente a um dos três contextos e espaços. A primeira estabelece um diálogo com Andrei Koerner e seus estudos sobre as práticas punitivas e os saberes jurídicos na sociedade escravista brasileira. A segunda remete aos estudos de Rafael de Bivar Marquese sobre as plantations escravistas da cafeicultura do Vale do Paraíba, e sobre as teorias agronômicas e de administração do trabalho escravo do século XIX. Por sua vez, a terceira parte apresenta uma interpretação da permanência das casas de câmara e cadeia nos núcleos urbanos do interior do território no século XIX. A comparação entre os diferentes estudos a partir das contribuições teóricas de Michel Foucault oferece novas possibilidades interpretativas sobre a sociedade escravista do Império do Brasil.

Palavras-chave: Escravidão; Foucault; Punição; Século XIX; Brasil Império.

Ao tratar das características e origens das práticas disciplinares de poder em seu artigo “*O Nascimento do Hospital*”, Michel Foucault reafirma que não seriam técnicas inventadas no século XVIII, mas surgidas anteriormente de forma difusa, em algumas práticas e instituições específicas, sendo apenas reelaboradas nesse século e tornadas posteriormente hegemônicas. Entre as instituições onde teria se originado difusamente práticas de poder disciplinares, como os espaços destinados

* Graduação em História pela Universidade de São Paulo – USP.

aos loucos e organizações militares, o autor se refere às “grandes empresas escravistas nas colônias”(FOUCAULT, 1979, p.105).

Dessa afirmação surgiu o interesse na apropriação do instrumental teórico-conceitual de Foucault para analisar as práticas punitivas na sociedade escravista brasileira. Evidentemente, não se trata de uma proposta inédita, eis que outros estudos já se engajaram nessa tentativa, entre os quais se destacam os de Andrei Koerner, ao qual retornaremos mais adiante. Todavia, esses estudos se detiveram, predominantemente, nas práticas punitivas oficiais na Corte do século XIX. Por sua vez, esse estudo pretende abordar as práticas punitivas no coração da escravidão oitocentista, focando os espaços urbanos e rurais do Vale do Paraíba, centro da cafeicultura.

Embora Foucault se refira a práticas disciplinares no período colonial, nos parece mais profícuo o recorte temporal do século XIX, eis que se trata do período de ascensão e consolidação da hegemonia do poder disciplinar na França. O objetivo é realizar uma análise que permita comparar tais práticas nessas diferentes sociedades do universo oitocentista, extraindo hipóteses e interpretações a partir das semelhanças e divergências.

I) SOBERANIA E DISCIPLINA NA PASSAGEM DO SÉCULO XVIII PARA O SÉCULO XIX

Em “*Vigiar e Punir*”, Foucault apresenta uma transformação nas práticas punitivas na passagem do Antigo Regime para a Sociedade Burguesa, em um processo complexo, não linear nem evolutivo.

Até o século XVIII predominaria uma forma de organização social e de expressão do poder pautadas pela ostentação. Vigeria uma economia política das práticas punitivas expressivas da figura do poder soberano/real. Era adotada a tecnologia punitiva do suplício, que embora esporádico, era ostensivo. Não se trata um ato cruel e irracional, mas de uma lógica específica, que faz dele ao mesmo tempo

um procedimento técnico e um ritual. Como procedimento técnico, o suplício pretende produzir uma quantidade de sofrimento que possa ser

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

apreciada, comparada, hierarquizada, modulada de acordo com o ato cometido. (...) Como ritual, visa marcar o corpo da vítima, tornar infame o criminoso, ao mesmo tempo que a violência que marca é ostensiva, caracteriza-se pela demonstração excessiva do poder daquele que pune(SALLA;GAUTO; ALVAREZ, 2006, p.337).

Já no século XIX tornou-se hegemônica uma nova forma de organização social e de expressão do poder e das práticas punitivas, pautadas pelo adestramento dos indivíduos, pela docilidade e produtividade dos corpos e mentes, a partir da vigilância constante e da introjeção das normas pelos indivíduos. Essa forma de expressão do poder implica uma organização e um controle meticolosos do espaço, do tempo e das atividades.

Fundamentalmente, nessa obra Foucault procura compreender a progressiva (mas não linear) substituição do espetáculo do suplício – expressão do poder soberano – por essa nova modalidade de punição, voltada para o controle constante a para a construção de mentes e corpos dóceis (FOUCAULT, 2004).A própria organização do livro orienta a leitura a enxergar nessa mudança uma relação de oposição entre poder soberano e poder disciplinar, como se Soberania e Disciplina fossem categorias excludentes. Todavia, em textos posteriores, como “Soberania e Disciplina” (FOUCAULT, 1979), tal relação não seria necessariamente antagônica, de forma que ambas as categorias chegaram a coexistir e inclusive a se articular.¹

Nesse trabalho, ambas as categorias serão utilizadas como tipos ideias (no sentido weberiano) de economia política das práticas punitivas e de tecnologias do poder: *o poder soberano, esporádico e ostentatório, e o poder disciplinar, pautado pela vigilância constante, pelo fomento ao autocontrole, à docilidade de mentes e à produtividade de corpos*. Nesse sentido, cabe questionar a validade dessas categorias para a análise das práticas punitivas e de controle social na sociedade brasileira oitocentista, o que nos leva a um diálogo direto com Andrei Koerner.

¹Segundo Sérgio Adorno (2006), as leituras das categorias como contrapostas decorreria da própria formacomou Foucault redigiu sua obra ‘*Vigiar e Punir*’, mas que tratar-se-ia de uma escolha de ordem metodológica, e não da construção de conceitos excludentes.

II) ANDREI KOERNER - AS PRÁTICAS PUNITIVAS (UMA TECNOLOGIA POLÍTICA DO CORPO) E OS SABERES JURÍDICO-PENAIIS NA SOCIEDADE ESCRAVISTA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX

Em dois artigos, Koerner (2001; 2006) se propõe a uma

análise das práticas punitivas na sociedade escravista brasileira do século XIX, com o objetivo de esboçar a tecnologia política do corpo daquela sociedade e suas consequências para o pensamento jurídico penal. (...) A análise concentra-se nas relações entre as práticas punitivas estatais e as estratégias de produção de submissão produtiva dos indivíduos naquela sociedade. (KORNER, 2006, p. 205).

O autor busca compreender as especificidades das relações de poder e as formas de saber (pensamento jurídico penal) em uma sociedade escravista e organizada como uma monarquia constitucional.

Ao analisar a validade das categorias foucaultianas para a sociedade escravista, Koerner ressalta suas peculiaridades. Primeiramente, trata-se de uma sociedade na qual não se configura plenamente o monopólio da violência legítima, eis que autoridades públicas e particulares (senhores) compartilham essa prerrogativa. O Império brasileiro conteria uma espécie de soberania compartilhada entre o Estado e os senhores (de terras e escravos), sendo que esses detinham prerrogativas bastante amplas ante seus subordinados (esposas, filhos e escravos). Ademais, esses mesmos senhores tenderam a ocupar os cargos públicos do Estado em formação, de forma que exerciam ao mesmo tempo prerrogativas da soberania estatal e de sua soberania particular, em suas terras e sobre seus subordinados.

Partindo dessas premissas, Koerner parte para uma análise da arquitetura da Casa de Correção da Corte do Rio de Janeiro (CCC-RJ). Embora teoricamente tivesse seguido o modelo arquitetônico do panóptico de Bentham, a CCC-RJ não se constituiu plenamente segundo seu projeto. Todavia, os desvios não dever-se-iam a uma cópia mal feita ou a equívocos formais, mas decorreram da forma peculiar como as práticas punitivas estatais se relacionavam com a sociedade escravista. Ou seja, a análise dos desvios seria precisamente o que explicaria as particularidades da

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

relação da sociedade brasileira no tocante às práticas punitivas e tecnologias de controle e poder (KOERNER, 2006, pp. 217).

O panóptico de Bentham implicaria uma plena visibilidade de todos os presos e, concomitantemente, a invisibilidade do vigia (ser visto sem ver seu vigia), fomentando um maior autocontrole e um exercício impessoal do poder, nos termos da categoria do poder disciplinar. Já os desvios da CCC-RJ implicavam na ocorrência de espaços de invisibilidade. Para além de meros equívocos na construção, esses desvios implicariam um regime de visibilidade que demandaria a manutenção de um vigilante presente. Ou seja, a vigilância seria apenas parcialmente impessoal, sendo mantida a figura do vigilante e de seu arsenal punitivo à mostra. Eram mantidos elementos centrais da dominação pessoal, vitais na sociedade escravista, paternalista e clientelista. À distância na hierarquia social corresponderia uma proximidade física como elemento vital à manutenção dessa forma de dominação (KOERNER, 2006, pp. 219-220).

Koerner estende sua tese para além dos espaços da Casa de Correção, concluindo que tais técnicas de controle e de punição estariam presentes nos espaços públicos urbanos. Essa colocação nos será útil mais adiante, quando serão comparados o Vale do Paraíba e a Corte, e em seguida espaços urbanos (vilas e cidades) e rurais (plantations) do próprio Vale.

A partir dos pressupostos e hipóteses interpretativas apresentadas, Koerner conclui pela impossibilidade do “*Panóptico Tropical Escravista*”:

(...) Seria possível um hipotético ‘panóptico tropical-escravista’? O panóptico poderia constituir um modelo das relações de poder de uma sociedade fundada no latifúndio escravista?

O panóptico somente seria um modelo das relações sociais na medida em que se negasse enquanto panóptico – uma torre de onde tudo se vê, a disciplina agindo nos corpos e a norma social inscrita na consciência dos indivíduos como padrão de comportamento de um indivíduo médio abstrato. Na sociedade escravista, não só a generalidade da lei do soberano não atingia a totalidade dos indivíduos no território, como também o indivíduo abstrato não existe, pois esse tipo de sociedade implica a diferenciação dos indivíduos segundo sua condução. A condição social dos indivíduos significava a sua classificação segundo critérios como estatuto jurídico, riqueza e prestígio social, este considerado sob o aspecto da sua inserção nas redes de troca de favor. Os indivíduos são

classificados em categorias sociais hierarquizadas em distinções que assumem uma dimensão quase ontológica (KOERNER, 2001, pp. 215-216).

Portanto, no *'panóptico tropical escravista'* não se completa a diluição do vigilante em um olhar invisível e impessoal. A partir da análise da CCC-RJ, Koerner propõe uma hipótese referente à sociedade escravista brasileira, na qual vigeria um outro regime de saber-poder. Não se trata de um modelo punitivo similar ao suplício, eis que não afirma apenas o poder real/soberano, e tampouco um modelo disciplinar, no qual se reafirma a impessoalidade da norma. Tratar-se-ia de um modelo específico, no qual as tecnologias de controle e punição obedecem a critérios de classificação social dados a priori, de forma que sua aplicação reafirma a hierarquia social vigente, bem como a dominação pessoal dos senhores sobre seus subordinados e agregados.

No que se refere especificamente aos escravos, ser-lhe-iam aplicadas técnicas disciplinares específicas, que combinariam elementos do suplício. Ou seja, na sociedade escravista brasileira, a produtividade dos escravos não é obtida pela introjeção da norma pelo indivíduo, mas por meio da intimidação próxima, contínua e regular. Assim, não se trata do modelo punitivo do suplício – esporádico ostentatório – e tampouco da disciplina – constante e utilitário (justa medida para o objetivo da docilidade e produtividade) -, mas de uma modalidade específica, que combina violência física ou ameaça de violência constante, relações de afeição e/ou favor, e vigilância pessoal, proximidade física (dominação pessoal) (KOERNER, 2006, pp. 229-230).

A tais tecnologias de poder correspondeu a construção de um saber, um discurso político-jurídico que mesclaria elementos do liberalismo nascente e da tradição católica, patriarcal e paternalista, de origem ibérica e presente desde o período colonial. Um discurso jurídico e moral da família, marcado pela regra do paternalismo. Em vez da impessoalidade da Lei, o paternalismo se pauta pela lógica ultra personalista do Favor (FRANCO, 1997). elemento central nas relações entre senhores e escravo, e entre senhores e homens livres e pobres – em especial os libertos e agregados (KOERNER, 2006, p. 230).

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

Assim, o discurso paternalista predominaria como norte das relações de poder e das práticas punitivas na sociedade escravista, marcando inclusive o sistema normativo em construção (KOERNER, 2006, p. 230). De forma concomitante e articulada constituíram-se técnicas de controle e punição e saberes jurídicos que não se opuseram, mas se articularam, ao discurso paternalista. Formava-se uma monarquia constitucional cuja soberania era compartilhada entre Estado e senhores (assim como o direito ao exercício da violência legítima), um ordenamento jurídico pautado por hierarquias sociais positivadas ou tácitas, e práticas de controle e punição marcados por um tipo híbrido de poder, que continha características do poder soberano e do poder disciplinar, bem como traços próprios.

A sociedade brasileira, monarquista-constitucional e escravista, formava suas próprias tecnologias de poder e seus correlatos saberes jurídicos, em uma articulação *sui generis*, mas que permitiu a esse regime político e a essa estrutura social sobreviverem até quase a última década do século XIX, em um dos períodos de maior estabilidade social e institucional da história do país.

III) O RURAL E O URBANO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA BRASILEIRA DO SÉCULO XIX: AS PLANTATIONS ESCRAVISTAS E AS CASAS DE CÂMARA E CADEIA

Segundo a tese de Andrei Koerner, a sociedade escravista brasileira do século XIX teria dado origem a uma tecnologia específica do poder, que mesclaria elementos do poder soberano e do poder disciplinar, além de apresentar características próprias. Nos termos apresentados pelo autor dessa tese, essa forma de expressão do poder seria característica de toda a sociedade brasileira do século XIX, permeando os espaços prisionais, as ruas e espaços urbanos, e também as plantations.

Todavia, embora bastante profícua e fundamentada a interpretação de Koerner, a presente pesquisa busca questionar a existência de uma única tecnologia de controle e punição predominante nesses diferentes espaços. São espaços

dotados de funções sociais diversas e permeados por agentes sociais (e posições sociais) específicos.

A hipótese a ser levantada remete à existência de espaços nos quais as tecnologias de poder aproximar-se-iam do modelo disciplinar, e outros nos quais aproximar-se-iam do poder soberano. Cabe-nos demonstrar as especificidades desses espaços, analisar as eventuais diferenças nas tecnologias de controle e punição, bem como interpretá-las.

A) AS PLANTATIONS ESCRAVISTAS OITOCENTISTAS: UM DIÁLOGO COM RAFAEL MARQUESE

No que se refere aos espaços rurais, essa pesquisa se pauta pelos estudos de Rafael Marquese, referentes à paisagem e à arquitetura da escravidão nas grandes *plantations* oitocentistas do Vale do Paraíba, assim como sua tese sobre as teorias agrônômicas e de gestão do trabalho escravo.

No primeiro estudo, Marquese investigou a disposição espacial e a relação entre casas de vivenda senhoriais, as moradias escravas e os processos produtivos, buscando compreender o peso que função e representação social cumpriam na ordenação da paisagem e dos ambientes construídos. Entre suas conclusões, o autor sugere que a plantation escravista brasileira sofre amplas transformações na passagem do período colonial para o Império, sendo que sua disposição arquitetônica segue progressivamente uma lógica de produtividade, em consonância com a revolução industrial. A cafeicultura brasileira somente teve condições de se atrelar ao mercado mundial pós-revolução industrial por ter adotado um modelo produtivo altamente desenvolvido e articulado aos ditames da economia-mundo do século XIX. Trata-se de uma plantation moderna, com progressivo desenvolvimento tecnológico e organizada segundo uma lógica semi-industrial, ainda que pautada no trabalho escravo (MARQUESE, 2006).

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

E ao se referir à escravidão do Brasil oitocentista, Marquese adota o conceito de *Segunda Escravidão*², cunhado pelo historiador Dale Tomich, segundo o qual não tratar-se-ia de uma simples manutenção da escravidão colonial, mas de uma reinvenção da escravidão no contexto de Estados Nacionais constituídos (Brasil e Estados Unidos) e engajada num sistema produtivo articulado à economia-mundo pós revolução industrial.³Na passagem do século XVIII para o XIX, diferentes oportunidades se apresentaram na economia mundial para a produção de artigos como o açúcar, o café e o algodão. Diferentes regiões competiram arduamente até consolidarem fatias de mercado (e até monopólios virtuais) de tais produtos. Nesse processo, venceram aquelas que desenvolveram as melhores condições e técnicas para a produção – de forma simplificada, o Sul dos Estados Unidos com o algodão, Cuba com o açúcar, e o Brasil com o café (essencialmente no Vale do Paraíba). Ao mesmo tempo, as demandas de uma economia mundial pautada pela revolução

²“Em um ensaio pioneiro publicado originalmente há vinte anos, Dale Tomich propôs a categoria ‘segunda escravidão’, para apreender em um quadro conjunto a novidade da escravidão atlântica oitocentista. De acordo com seu argumento, as modificações ocorridas com o advento da economia-mundo industrial do século XIX impuseram aos senhores de escravos americanos a necessidade do aumento constante da produtividade de seus cativos, sob o risco de se verem excluídos do mercado mundial. (...) Nesse movimento, os destinos do Sul dos Estados Unidos, de Cuba e do Brasil – cada qual se especializando na produção escravista, em larga escala, de algodão, açúcar e café – entrelaçaram-se de modo estreito. Em cada uma dessas novas fronteiras da mercadoria surgiram unidades produtivas escravistas com plantas inéditas, cujas combinações de terra, trabalho e capital romperam com os padrões anteriormente vigentes no mundo atlântico” (MARQUESE, 2010, pp. 83-84)

“A segunda escravidão consolidou uma nova divisão do trabalho e forneceu um volume considerável de matérias-primas e gêneros alimentícios aos poderes industriais centrais. Longe de ser uma instituição moribunda durante o século XIX, a escravidão demonstrou toda a sua adaptabilidade e vitalidade.

(...) A competição dos preços num mercado em expansão e o crescimento do trabalho assalariado tornaram mais importante a produtividade do trabalho. (...) Os produtores escravistas tinham de competir entre si e com outros produtores periféricos, e sua posição nas relações de produção internacionais foram determinadas pelo preço das matérias-primas. Ao mesmo tempo, os diferenciais de preço foram nivelados pela produção industrial e pelo mercado mundial integrado, com o estabelecimento de preços mundiais. (...).

Ao mesmo tempo que a hegemonia britânica criava um mercado mundial integrado, as condições para a produção e a reprodução das relações sociais de capital foram-se tornando “nacionais”: as condições impostas pela divisão internacional do trabalho ocasionaram uma variedade de respostas políticas por parte das classes senhoriais de Cuba, da América do Sul e do Brasil. Ao contrário de seus predecessores coloniais, elas desenvolveram variados graus e modos de autoconsciência nacional por intermédio dos quais tentaram consolidar sua posição na economia mundial. (...) Ademais, os proprietários de escravos tinham de ser empresários preocupados com a produtividade do trabalho (...).” (TOMICH, 2011, pp. 96-97).

industrial e pela construção de um mercado de consumo de massa demandavam produtos cada vez mais baratos, o que forçava os produtores a refinarem suas técnicas e extraírem o máximo de produtividade dos trabalhadores escravos e das terras cultivadas. Esse processo levou a uma alteração profunda nas relações de trabalho nas plantations escravistas. Aquelas que conseguiam atender às demandas do mercado mundial passaram a organizar a produção de forma minuciosamente organizada segundo os ditames da máxima produtividade. No tocante à mão-de-obra, os escravos tornaram-se nesse período exponencialmente mais produtivos, multiplicando progressivamente seus resultados, de forma que essa forma de escravidão não mais podia ser compreendida como uma continuação da escravidão colonial. Tratava-se de uma nova forma de escravidão, uma *Segunda Escravidão*.

Esse regime produtivo dizia respeito principalmente às grandes plantations escravistas, diretamente articuladas ao mercado mundial. Assim, ao nos referirmos aos espaços rurais do Vale do Paraíba, focamos especialmente essas grandes unidades produtivas, deixando de lado o papel significativo – porém percentualmente reduzido nas exportações brasileiras – dos pequenos proprietários de terras e escravos.

As grandes plantations que se melhor se adaptaram às demandas da economia mundial fomentaram o desenvolvimento de técnicas produtivas mais eficientes. As novas teorias e técnicas da produção exigiram uma reconfiguração das estratégias no trato com os trabalhadores escravos. É nesse sentido que apontam os estudos de Marquese em sua tese de doutorado “*Feitores do Corpo, Missionários da Mente*”. Segundo essa pesquisa, ter-se-ia constituído um campo de saberes agronômicos compartilhado, contendo uma nova teoria da gestão escravista no século XIX (uma relação saber-poder) (MARQUESE, 2004, pp. 267-268).

Analisando algumas dessas obras de teoria agronômica e de gestão do trabalho escravo, Marquese conclui que inaugurou-se no século XIX

uma forma inédita de encarar a administração do trabalho escravo nas propriedades rurais brasileiras, (...)a administração dos escravos tornava-se objeto de uma reflexão minuciosa, que dava conta de vários aspectos da vida da escravaria sob o comando de um único senhor (...). O cerne

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

desse modelo deitava raízes em dois aspectos interligados: por um lado, recorrendo à imagem do acampamento militar para caracterizar a gerência escravista, a defesa do primado da disciplina como essencial à condução dos escravos; por outro lado, a concepção da religião como freio e o estímulo à formação de casais como passos necessários para a constituição de uma comunidade escrava na propriedade rural. Disciplina severa e paternalismo, portanto, conjugavam-se como os dois mecanismos basilares da administração dos escravos e, conseqüentemente, do sucesso econômico do proprietário rural (MARQUESE, 2004, pp. 279-280).

Os manuais agronômicos analisados por Marquese remetiam diretamente ao controle e gestão da mão-de-obra escrava. Nesse sentido, são precisamente saberes constituídos a partir das práticas de poder exercidas por esses senhores. Toda uma experiência de poder conferindo-lhes saberes capazes de fomentar uma gestão mais produtiva do trabalho escravos. Entre as obras analisadas por Marquese, estão o *“Manual do Agricultor Brasileiro”*, de Carlos Augusto Taunay, e a *“Memória sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro”*, de Francisco Peixoto de Lacerda Werneck. Entre os excertos apresentados por Marquese, nos quais esses e outros autores se referem à gestão da escravaria, estão os seguintes.

Nos termos de Calor Augusto Taunay:

Ei-nos pois obrigatoriamente com uma rigorosa disciplina nos campos? E mormente nas grandes fábricas, onde uma perpétua vigilância e regra intransgressível devem presidir aos trabalhos, ao descanso, às comidas, e a qualquer movimento dos escravos, com o castigo sempre à vista. A maior ou menor perfeição nessa disciplina determina o maior ou menor grau de prosperidade dos estabelecimentos (TAYNAY, 2001, p. 55).

quem observar estas máximas, conhecerá que não é difícil conservar a disciplina mais rigorosa, com bem poucas correções, pois que o excesso de castigo e repetição contínua, longe de corrigirem, embrutecem, não devendo ser permitido aos feitores o castigarem imediatamente, senão na ocasião da desobediência com revolta, que é o maior dos crimes domésticos, e ao qual deve aplicar-se depois o máximo do castigo, seja qual for a dose instantânea que o réu tiver levado (TAYNAY, 2001, pp. 67-68).

onde a sombra da disciplina que tinham organizado ainda se conserva a descendência dos seus escravos. Portanto, o senhor humano que tiver estabelecido uma disciplina razoável e regularmente observada em sua fazenda, e equiparado pouco mais ou menos o número dos machos e das fêmeas, pode contar que com bem poucas compras conservará a sua escravatura completa e a transmitirá aos filhos melhor, mais dócil e mais

adestrada, se souber convenientemente educar e tratar os crioulos (TAUNAY, 2001, pp. 76-78).

Como se observa, trata-se precisamente de uma economia política de produtividade dos corpos dos escravos, e de fomentação de uma docilidade de suas mentes. É interessante observar que, embora não se rompa com a personalidade nas relações de poder, essa forma de administração e controle dos escravos se aproxima dos termos do poder disciplinar descrito por Foucault.

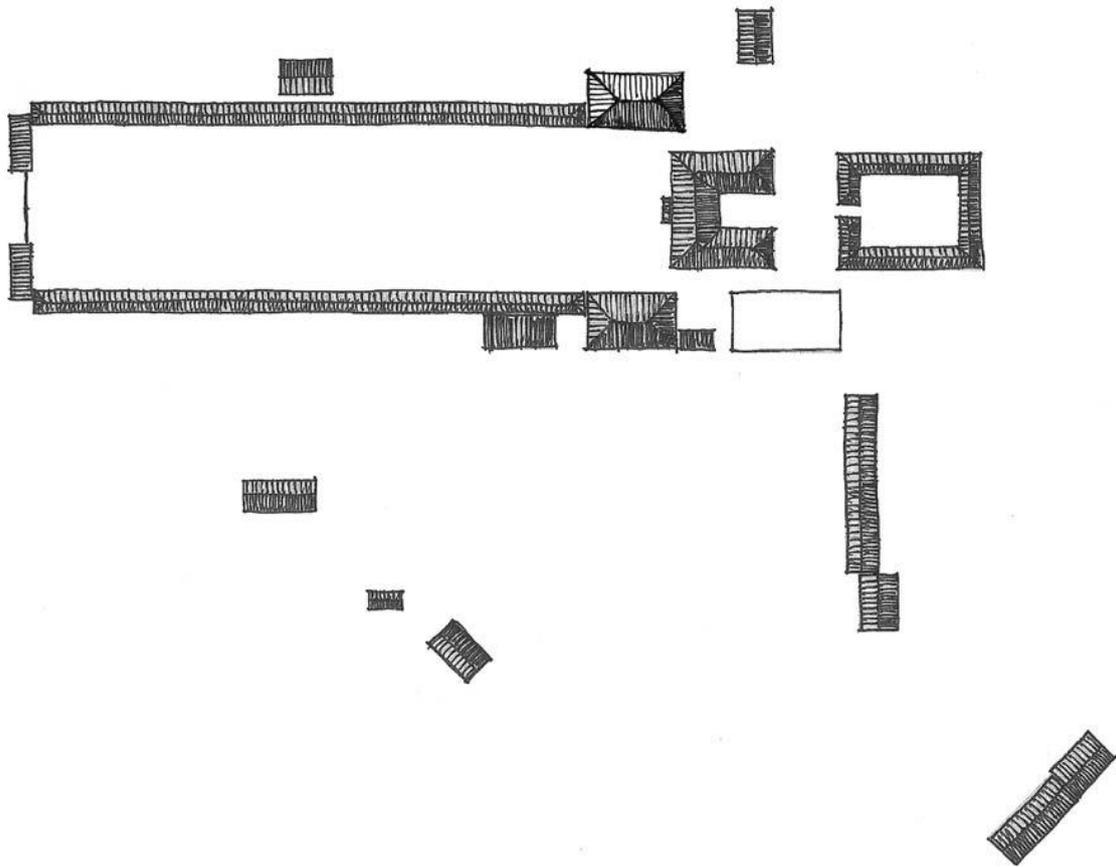
Por sua vez, para Francisco Peixoto de Lacerda Werneck, nas palavras de Marquese:

Já na abertura do trabalho Werneck recomendou cuidado com a saúde dos escravos e vigilância estrita sobre os mesmos, ao traçar as instruções para a construção da senzala. Esta deveria ser erguida em uma só linha, (...); cada cubículo deveria acomodar quatro escravos solteiros e, no caso dos casais, marido e mulher com os filhos. As portas dos cubículos estariam voltadas ao quadro da fazenda, que confirmava uma espécie de pátio em torno do terreiro, sendo cada face ocupada respectivamente pela casa do senhor, pelos paióis, armazéns, e cavaliças, pelos engenhos de pilões e de mandioca, e pela senzala: assim a moradia escrava permaneceria sempre sob a vista e o controle do senhor (MARQUESE, 2004, pp. 281-282).

Trata-se do padrão arquitetônico dos barracões cubanos:



AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

FIGURA 1⁴FIGURA 2.⁵

Ainda segundo Werneck:

O administrador, meia hora antes de romper o dia, deve mandar tocar a chamada, à qual acodem de pronto, e a um ponto já designado toda a escravatura dos diversos trabalhos; formam-se com a separação dos dois sexos, e por altura, ficando os mais altos à direita, e as mulheres defronte os homens. Os feitores tomam o centro; passa-lhe uma revista para ver os que faltam, tomando nota se por doentes, se por omissão ou por fuga; dá alta aos restabelecidos do hospital, e recolhe a ele todos os que se acham enfermos; observa se eles têm a ferramenta próprio do trabalho do dia, cuja ordem deve ser dada de véspera. Imediatamente os mandará persignar-se e rezar duas ou três orações, seguindo logo ao seu destino com o feitor na retaguarda (WERNECK, 1985, p. 61).

⁴Georg Grimm [atribuição], Fazenda Boa Vista (detalhe), Bananal, SP, óleo sobre tela, ca. 1880, 74cm x 144cm (SETUBAL, 2004, p.160; MARQUESE, 2006, p. 26).

⁵Osmar Cassiano Gomes Jr., Fazenda Boa Vista, 2005, planta baixa (MARQUESE, 2006, p.26).

Nos termos de Marquese:

Toque de chamada, classificação dos escravos em filas conforme sexo e altura, revista pelos feitores, distribuição das ferramentas, partida para o campo com o feitor na retaguarda: a despeito de Werneck não empregar explicitamente a imagem do exército para caracterizar essas atividades, não há como negar que o padrão disciplinar recomendado aproximava-se muito da prática militar (MARQUESE, 2004, p. 282).

Outro manual citado por Marquese é o do Padre Antonio Caetano da Fonseca, que contém afirmações como:

Quando os meninos passarem de cinco anos devem ir aprendendo alguma doutrina cristã, e principiar a trabalhar em serviços que forem compatíveis com as suas forças, porém por pouco tempo; pois é isso tão somente para moralizá-los e para desenvolver e fortificar seus músculos, e não para tirar fruto do seu trabalho; pois só de dez anos por diante podem dar algum serviço a seus senhores (FONSECA, 1864, p. 101).

A partir das fontes documentais analisadas, Marquese conclui que a teoria oitocentista brasileira sobre a administração dos escravos se pautou por uma conjugação estreita entre disciplina e paternalismo (MARQUESE, 2004, p. 292).

Em outro artigo, Marquese remete ao que denomina de *Regime Visual da Segunda Escravidão*. Analisando as práticas de controle dos escravos nas plantations do século XIX, o autor apresenta a dimensão visual do poder, em reflexões que permitem um interessante diálogo com as ideias de vigilância no poder disciplinar de Foucault. Segundo Marquese, a organização arquitetônica da plantation obedecia tanto a critérios de produtividade como de controle da escravaria. Esse controle dar-se-ia tanto pela composição quase militar da plantation, como pela organização dos campos visuais por meio dos quais os escravos eram observados em suas atividades (MARQUESE, 2010).

Após visitar fazendas da região entre 1883 e 1884, o agrônomo holandês C. F. van Delden assim a elas se referiu:

A aparência de uma fazenda-fábrica brasileira é raramente alegre. Grandes edifícios com dois pavimentos, ladeados por linhas de edifícios menores dispostos em um quadrilátero que constituem as habitações dos escravos e dos trabalhadores livres, a casa do médico, enfermarias e armazéns, afora os extensos terreiros para a secagem [...] tudo isso dá ao estabelecimento a aparência de uma fortaleza, não de um centro agrícola,

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

ainda mais porque tudo está cercado por muros e paliçados de forma que o lugar pode ser trancado à noite (DELDEN LAERNE *apud* MARQUESE, 2010, p. 97).

É nesse sentido que Marquese se refere a essas plantations como organizações espaciais fortemente disciplinares. Cita ainda a percepção de outro viajante, Augusto Emílio Zaluar, a respeito de outra fazenda do Vale em 1859: “Esta imensa praça é fechada em torno pelas senzalas, engenho e mais oficinas, de modo que forma uma larga cidadela para onde se entra por dois grandes portões laterais” (ZALUAR *apud* MARQUESE, 2010, p. 97).

Os escravos alocados nas grandes plantations obedeciam a uma rotina rigorosamente planejada e imposta:

(...) a senzala em quadra das grandes fazendas atendia tanto ao objetivo de controlar a mobilidade noturna dos cativos quanto ao de comandar, de forma estrita, o trabalho coletivo. Os registros do século XIX documentam amplamente como o agenciamento em quadra facilitava a coordenação de grupos numerosos de trabalhadores escravos por meio de procedimentos cotidianamente reiterados: o sino tocado pelo administrador/feitor antes do nascer do sol, a formação dos escravos no terreiro para a inspeção e distribuição das fainas do dia, a reza coletiva, a partida dos vários ternos (gangs) para o campo, cada qual com seus respectivos feitores de roça ou capatazes, o trabalho de secagem dos grãos no quadro sob o comando do feitor de terreiro, a reunião de toda a escravaria no quadro após o por do sol (ao que, muitas vezes, seguia o serão noturno) o toque de recolher às 20h00 ou 21h00, a nova contagem, a tranca dos cubículos das senzalas e do portão do quadrado (MARQUESE, 2010, p. 97).

Como se observa, trata-se de um modelo arquitetônico voltado à melhor administração dos corpos com vista à sua produtividade, com uma rígida organização dos espaços e do tempo. Marquese fala, ainda, em uma organização de espaços disciplinares dotados de rígidos protocolos de conduta. A aproximação com as instituições analisadas por Foucault nas quais predominaria o poder disciplinar é evidente.

No tocante à dimensão do *Olho do Poder*, da vigilância como elemento central do poder disciplinar, uma outra aproximação pode ser feita. Marquese fala

em uma administração visual do trabalho escravo, por meio de novas técnicas espaciais na plantação dos pés de café:

A cafeicultura do Vale do Paraíba apresentou algumas modificações em relação aos padrões caribenhos. Ainda que seguissem o princípio do alinhamento vertical dos pés de café, da base ao topo dos morros, os senhores de escravos do Vale adotaram um espaçamento bem maior entre os arbustos e as linhas dos cafeeiros. (...) (...) quero ressaltar como a conjugação entre o afastamento dos pés e a produtividade das plantas possibilitou o aumento da exploração dos escravos. A chave para tanto residiu no incremento da supervisão direta sobre o processo de trabalho. Por meio do primado da visualização como meio de controle dos trabalhadores, ou seja, de uma nova forma de funcionamento do olho senhorial-escravista, os fazendeiros do Vale do Paraíba impuseram aos seus escravos uma carga inaudita de trabalho. (...) Diante do grande afastamento entre as linhas, o capataz ou feitor, postado na base do morro, conseguia visualizar facilmente o ritmo de andamento do trabalho e, portanto, impor sua aceleração quando julgasse necessário (MARQUESE, 2010, p. 97).

Como se verifica, trata-se de uma técnica de controle dos corpos pautada pela vigilância, com vista à máxima produtividade do trabalho escravos. Todavia, embora se trate de uma forma de controle visual, não se trata de uma reprodução do panóptico foucaultiano (paradigma da disposição arquitetônica do poder disciplinar). Em vez de uma vigilância impessoal e constante - a fomentar a introjeção do controle das condutas -, na plantation escravista ainda vige um modelo de vigilância pessoal, seja representada na figura do feitor, do administrador, ou do próprio senhor da propriedade. Essa forma de vigilância é cada vez mais pautada por diretrizes de produtividade dos corpos, mas não rompe de vez com a pessoalidade da vigilância. Mesmo nesses espaços marcados pela lógica da máxima produtividade, ainda vige uma forma de poder e dominação marcada pela pessoalidade.

Embora tendamos a concordar com as teses de Marquese e Koerner, nosso objetivo nessa pesquisa é comparar e analisar as diferentes práticas de controle e punição em diferentes espaços sociais. Partimos da premissa que as funções e papéis sociais cumpridos nas plantations escravistas diferentes daqueles dos espaços urbanos. A plantation fechava-se de tal forma que tendia a veicular uma forma própria de sociabilidade. Por sua vez, as cidades das regiões cafeicultoras não

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

eram propriamente espaços de liberdade, mas detinham outras formas de articulação social, com escravos de ganho, libertos, homens livres e pobres, ou seja, relações sociais de outra natureza, não pautados pela rígida disciplina do trabalho nos cafezais.

Nesse sentido, nossa hipótese é a de que as formas de controle e das punições de escravos, segundo os termos dos manuais de agronomia analisados, consistiam em uma modalidade de expressão do poder mais próximo do poder disciplinar conforme descrito por Foucault. Embora concordemos que se trata de uma forma *sui generis* de expressão do poder, eis que mantém a pessoalidade e o paternalismo como características centrais da dominação – conforme constatado por Koerner -, nos parece que essa organização do trabalho contém algumas das principais características do poder disciplinar.

É ainda mais interessante observar que os espaços onde essa forma de poder mais se concretizou são precisamente aqueles que melhor se articularam à economia mundial industrial do século XIX. Não se trata de expressar uma leitura economicista da tese de Foucault, mas de recordar sua afirmação de que, se não foi a burguesia que criou o poder disciplinar, certamente foi na consolidação da ordem burguesa e do sistema capitalista que essa forma de expressão do poder tornou-se hegemônica. Podemos pensar em uma espécie de ‘afinidade eletiva’ entre o poder disciplinar e o sistema econômico e de produção que se constituía no século XIX. Nesse sentido, os senhores que melhor se adaptaram ao novo contexto econômico foram aqueles que se destacaram na sociedade e na economia imperial – precisamente aqueles que adotaram as técnicas de controle da escravaria e do trabalho produtivo mais eficientes.

Segundo a tese de Marquese, podemos pensar que se tratava de uma forma de expressão do poder que reafirmava a dominação pessoal dos senhores e extraía o máximo do trabalho escravo por meio de uma rígida disciplina dos corpos, e pela docilidade das mentes por meio do paternalismo, da conversão religiosa, e de benesses oferecidas pelo senhor (indo de mantimentos e roças à própria alforria). Uma combinação entre disciplina e paternalismo que permitiu ao Império brasileiro

alcançar o monopólio virtual da oferta mundial de café no século XIX, sob o preço da consolidação de uma sociedade altamente hierarquizada e de uma exploração brutal dos trabalhadores escravizados.

B) AS CASAS DE CÂMARA E CADEIA: UMA INTERPRETAÇÃO

A formação dos espaços urbanos no Vale do Paraíba decorreria tanto de processos econômicos (produção e circulação de mercadorias), como de processos políticos – de consolidação de núcleos eleitorais e de instituições administrativas e representativas. Nesse quadro, o espaço urbano detinha amplo papel na produção, manutenção e expansão da riqueza e do poder dos senhores da região. Ao mesmo tempo, oferecia novas possibilidades econômicas e sociais a homens livres, libertos e escravos. Nesses novos ambientes, eram fomentadas novas formas de sociabilidade e novas relações políticas e sociais, que marcaram a sociedade imperial brasileira.

A Corte no Rio de Janeiro era a matriz cultural de todo o território nacional, de onde emanavam as ideias e princípios do projeto monárquico do Estado e da sociedade brasileira. Novos padrões de comportamento eram fomentados, a partir de matrizes culturais das nações civilizadas do noroeste europeu, e ressignificados na sociedade imperial (ALENCASTRO, 1997). As práticas sociais e culturas da Corte foram progressivamente adotadas pelos senhores do Vale, que se vinculavam aos símbolos e instituições de poder e status do Império.

Todavia, embora na Corte tenham surgido projetos como a CCC-RJ, e o policiamento fosse ostensivo – ante o elevado número de escravos de ganho e libertos nos espaços urbanos, as práticas punitivas e de controle nos espaços urbanos do Vale e de outras regiões interioranas não seguiram esse novo modelo institucional e arquitetônico de prisão. Embora transformadas, foram mantidas as Casas de Câmara e Cadeia como paradigma principal do edifício prisional.

As Casas de Câmara e Cadeia eram no período colonial a sede da administração e da justiça na esfera local. E tendo em vista a descentralização do poder, detinham relativa autonomia, ao menos até o surto minerador e as reformas

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

pombalinas, que levaram a uma maior interferência da metrópole nas diretrizes locais. A condição de Vila ou cidade demandava a construção de uma igreja, de um pelourinho, e de um edifício destinado às funções de câmara (composta pelos ‘homens bons’ da localidade – proprietários de terras) e de prisão. Em alguns casos eram utilizados dois edifícios diferentes, um para cada função. Mas esse não era o padrão esperado de uma vila ou cidade de importância considerável, na qual a existência de uma Casa de Câmara e Cadeia era um elemento simbólico de poder e distinção (BARRETO, 1980, p. 110). Com a independência e a formação do Estado Imperial, os municípios mantiveram apenas parcialmente sua autonomia, perdendo poder ante os órgãos provinciais (após as reformas da década de 1830).

O programa arquitetônico das Casas de Câmara e Cadeia tinha por objetivo satisfazer necessidades de serviços administrativos e judiciários, penitenciários e religiosos. Os edifícios eram, em geral, compostos por dois pavimentos distintos. O pavimento superior era dividido em duas partes, uma destinada às atividades camarárias e outra para os serviços da judicatura. Já o pavimento térreo era destinado à cadeia. A segregação espacial desse pavimento obedecia apenas a critérios como sexo, raça e categoria social. Nesse sentido, não havia qualquer medida para segregar individualmente o preso (BARRETO, 1980, pp. 147-150).

A localização do edifício era quase sempre na lateral do quadrilátero central da praça da Igreja Matriz. Tratava-se de um símbolo do poder e da riqueza da cidade e da região. Diversos ritos e festas públicas tinham início à frente desses edifícios, e com o avanço das tecnologias de iluminação, essas passavam a ser iluminadas à noite em períodos festivos. Como se observa, tratava-se de um monumento dotado de amplo caráter simbólico, com uma alusão tanto ao poder real como à autoridade municipal.

Após a independência, as Câmaras não eram mais apenas instituições administrativas da localidade de um Reino difuso cuja metrópole jazia distante, mas eram braços do Estado que se construía, adquirindo amplas funções. Embora perdessem parte de sua autonomia, detinham um poder de negociação e de articulação com as instituições provinciais e centrais do Império. Assim, embora

mantidas as Casas de Câmara e Cadeia, não se tratava da mesma instituição do período colonial, e tampouco o edifício reproduzia apenas as antigas funções. Ao mesmo tempo, uma constituição fora outorgada pelo imperador e um código de processo penal fora promulgado, organizando um novo sistema jurídico e administrativo, regulando tanto a esfera administrativa do Império como o sistema penal e prisional, segundo diretrizes do pensamento liberal da época.

As Casas de Câmara e Cadeia adquiriam progressivamente o papel de monumento simbólico do Estado em construção e da autonomia municipal, ao mesmo tempo em que abrigava as práticas administrativas e prisionais do novo Estado na esfera local.

ANÁLISE DE CASO: A ARQUITETURA DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE VASSOURAS



FIGURA 3⁶

A Casa de Câmara e Cadeia de Vassouras teve seu projeto idealizado e sua construção iniciada em 1849, ainda que a conclusão da obra somente tenha se dado em 1872 (BARRETO, 1980). Antes da conclusão da construção do edifício, as atividades camarárias e judiciárias se davam em espaços alugados. O mesmo ocorria com os presos, sendo guardados em uma casa alugada. Em 1840, o então presidente da Província do Rio de Janeiro, Paulino de Souza solicitava que Vassouras fosse a próxima cidade a ter financiada a construção de uma cadeia. Dois anos antes, Paulino de Souza visitara Vassouras dias antes da revolta dos escravos da Fazenda Maravilha, do capitão-mor Manuel Francisco Xavier (trata-se da fuga

⁶Câmara Municipal de Vassouras. Fotografia do Autor, 2011.

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

liderada Manoel Congo, que trataremos mais adiante), e verificara por si próprio a insegurança da casa alugada para a guarda dos presos (SOUZA, 1971, pp. 48-49).

Embora José Antônio Soares de Souza (1971, pp. 19-51) afirme que a construção contou com verba provincial, outros estudos como o de Silva Telles alegam o financiamento por parte dos senhores de Vassouras. As quatro colunas monolíticas frontais do edifício aludiriam aos quatro principais financiadores da obra: O Barão de Vassouras, o Barão de Ribeirão, o Barão de Massambará e o Dr. Manuel Simões de Sousa Pinto (conceituado advogado de Vassouras, vinculado à família Leite Ribeiro). De toda forma, é interessante perceber as tênues fronteiras entre o financiamento público e privado das instituições. Cabe lembrar, ainda, que os cargos administrativos e judiciários eram preenchidos por membros das grandes famílias locais, eis que sua proeminência social e econômica os condicionava a pleitear cargos nas eleições, e a lograr os títulos acadêmicos (direito) que lhes permitiam o acesso aos cargos jurídicos.

A composição arquitetônica da Casa de Câmara e Cadeia obedecia aos critérios ideais dos edifícios dessas instituições. A existência de dois pavimentos permitia que o mesmo conjunto abrigasse as atividades camarárias, judiciárias e o espaço destinado aos presos. Enquanto o pavimento inferior destinava-se à cadeia, no superior se davam as atividades administrativas e judiciárias. É evidente a dimensão simbólica dessa solução arquitetônica, eis que a ordem institucional do Estado se reafirma em um status de superioridade (elemento espacial dotado de caráter simbólico qualitativo), sobrepondo-se àqueles que violam a legislação vigente. Para além de uma reafirmação do Estado, da ordem e da lei, há uma reprodução dos padrões de estratificação dessa sociedade. Em uma ordem constitucional que reafirmava categoricamente status diferenciados para os grupos sociais da população e defendia a ordem escravista, torna-se evidente que os dois pavimentos não eram destinados aos mesmos estratos sociais. Enquanto o espaço prisional era destinado basicamente a escravos e homens livres e pobres, o pavimento superior era acessível apenas aos 'homens bons' daquela sociedade (proprietários de terras e escravos, distintos socialmente por critérios legais e constitucionais).

No que se refere ao papel prisional desse modelo arquitetônico, não nos encontramos sequer próximos do panóptico foucaultiano. Seus espaços internos são esquadrihados, mas a segregação espacial do pavimento térreo obedecia apenas a critérios como sexo, raça e categoria social. Nesse sentido, não havia qualquer medida para segregar individualmente o preso (BARRETO, 1980, p. 150). Além disso, não havia um isolamento espacial da cadeia e do preso. Os presos das Casas de Câmara e Cadeia eram parte da paisagem urbana, e interagiam diretamente com o cotidiano urbano das vilas e cidades. Esse padrão pode ser observado na Casa de Câmara e Cadeia de Vassouras, a partir dessa fotografia de sua fachada lateral:

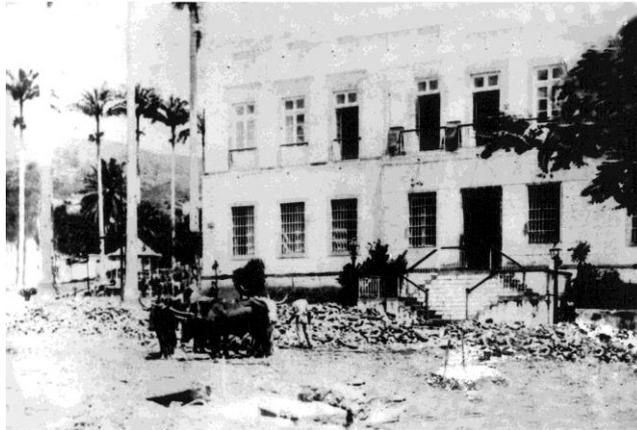


FIGURA 4⁷

Nessa imagem ainda persistem as grades nas janelas do primeiro pavimento, onde eram abrigados os presos. Tendo em vista que se trata do núcleo urbano de Vassouras, os presos certamente tinham amplo contato com o cotidiano da população.

⁷ Fachada lateral da Casa de Câmara e Cadeia de Vassouras. Fotografia de autoria e data desconhecidas, descoberta pelo fotógrafo e pesquisador Othon de Almeida Filho.

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

FIGURA 5⁸

Referindo-se ao padrão das cidades brasileiras, Barreto afirma:

Os presos alimentavam-se da caridade pública ou de instituições pias e filantrópicas. Por vezes eram socorridos em alimento, remédio e roupa por beneméritas instituições que se chamam Casa de Misericórdia. Em datas festivas resolviam as Câmaras fornecer-lhes alimento. Quando tal acontecia, enramalhavam-se os carros precisos, carregados com mantimentos e carnes, desfilavam eles pelas ruas da cidade secundados por alguma música dos regimentos, com assistência e acompanhamento das altas autoridades e republicanos (BARRETO, 1980, p. 215).

Por sua vez, o viajante Auguste de Saint-Hilaire registrou que os presos eram vistos “às grades solicitando a piedade dos transeuntes ou conversando com eles. É necessário, aliás, que os encarcerados estejam, tanto quanto possível, em contato com os cidadãos, pois estes últimos é que os alimentam com suas esmolas” (SAINT-HILAIRE *apud* BARRETO, 1980, p. 215).

Assim, não observamos qualquer medida no sentido de segregar espacialmente as cadeias nas regiões do Vale do Paraíba, assim como os próprios presos. Tampouco havia qualquer iniciativa no sentido de serem construídos nesses espaços edifícios prisionais segundo o modelo panóptico. Ao que tudo indica, a iniciativa relativamente frustrada da Casa de Correção da Corte não parece ter tido

⁸Mesma face do edifício atualmente (já sem as grades). Fotografia do Autor, 2011.

qualquer medida correspondente no coração da cafeicultura e da escravidão oitocentista. Outras práticas punitivas, de controle social e outros modelos arquitetônicos foram adotados nesses espaços, tendo sido capazes de preservar a ordem escravista e hierárquica desses núcleos sociais por décadas.

Nessas sociedades, nem todos os crimes eram punidos com prisão, havendo outras penas para crimes brandos, e penas mais severas para insubordinações de escravos. A pena de prisão não se destinava a todos os estratos sociais da mesma forma, sendo geralmente destinadas a escravos e homens livres e pobres. Em geral essa pena remetia a crimes pecuniários e alguns envolvendo violência física.

Todavia, a condição de escravo e o tipo de crime cometido poderiam levar a penas bem mais severas. Analisemos três casos de penas para escravos na década de 1830 na região.

Na manhã do dia 16 de junho de 1836, Vassouras assistiu a um espetáculo macabro, a execução na forca de dois escravos africanos: João Preto de Nação Congo, que com uma faca matara sua mulher, Rosa, (...) e Matheus Rebolo, que atentara, sem sucesso, contra a vida de seu senhor, Joaquim de Bastos Valbão, (...). João Congo teria assassinado a esposa, acometido de 'ciúme cego' (...).

(...)Crimes passionais, sobretudo quando cometidos pelos maridos, não eram novidade na sociedade do Oitocentos e, quando punidos, não eram com pena capital. Mesmo quando praticados por escravos, outras soluções punitivas eram mais comuns. (...) As 'circunstâncias agravantíssimas' que mereciam a exemplaridade da justiça eram outras. Deviam-se às origens de João Congo e ao perigo representado pelo que seu acusador considerava ser a sua cultura de origem nos quadros da sociedade escravista.

(...)A condenação de Matheus Rebolo por seu crime era mais rotineira na sociedade escravista imperial. Assassinatos ou tentativas de assassinato por parte de escravos contra seus senhores, e, às vezes, contra seus feitores, quase sempre, eram punidos com a morte.

(...) dois crimes cometidos em circunstâncias e datas diferentes, por escravos que não tinham relação entre si, eram punidos com o espetáculo de uma dupla execução pública, na mesma hora, no mesmo dia, no largo da Forca. Havia uma clara mensagem nesse espetáculo sinistro. Mensagem aos escravos: a lei dos senhores punia com rigor atos de rebeldia (...). Implicitamente, a mensagem deixava entrever o quanto os senhores se sentiam ameaçados pela presença africana (GRINBERG; BORGES; SALLES, 2009, pp. 242-243).

Por sua vez, Manoel Congo seria executado por um crime ainda mais grave. Em 1838 esse escravo liderou uma fuga em massa de uma plantation em Vassouras,

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

libertando escravos das fazendas pelas quais passavam, somando cerca de 300 pessoas e rumando para as matas da região. Uma vez reprimidos, a maior parte dos escravos sofreu penas de açoite a alguns a galés. Todavia, no dia 06 de setembro de 1839, Manoel Congo, acusado e condenado pelos crimes de homicídio e insurreição, foi enforcado. Não bastasse, fora condenado à pena de morte ‘para sempre’, o que significava que seu cadáver ficaria à exposição até sua decomposição, sem receber sepultura religiosa. Embora não haja documentos que provem se tal tratamento foi dado a seu corpo, é certo que não recebeu os sacramentos fúnebres (GRINBERG; BORGES; SALLES, 2009, pp. 255-256).

Como se observa, no coração da escravidão oitocentista brasileira, mesmo nos espaços urbanos, havia práticas de suplício. Mas sua aplicação era basicamente restrita a escravos e a crimes nos quais haveria alguma forma de contestação ou ameaça ao poder soberano dos senhores. Nesse sentido, trata-se de uma lógica bastante próxima da tecnologia do suplício descrita por Foucault, pautada pelo caráter ostentatório do poder soberano, com a diferença que aqui se trata de uma soberania compartilhada entre o monarca e os senhores locais. Essas punições não tinham qualquer intuito de tornar os corpos de tais escravos mais úteis, mas destruí-los como uma forma de expressar o poder soberano dos senhores sobre os escravos, deixando uma mensagem clara para o contingente de escravos da região.

Ao analisarmos as práticas punitivas nos espaços urbanos e a arquitetura prisional das Casas de Câmara e Cadeia, a quais conclusões chegamos? Tratar-se-ia de uma forma de expressão híbrida de poder, nos termos de Koerner? Seria uma tecnologia de poder mais ou menos próxima o poder disciplinar? Ou do poder soberano?

A partir do quadro analisado, podemos falar na coexistência de formas de tecnologias como o suplício e outras formas de punição e de expressão do poder. Nos espaços urbanos, especificamente, as formas de punição eram basicamente a prisão na Casa de Câmara e Cadeia, os açoitamentos no pelourinho e as execuções públicas na Forca. Se essas últimas consistem em práticas punitivas bastante próximas do suplício analisado por Foucault, a prisão na Casa de Câmara e Cadeia

não se mostra uma forma de exercício do poder disciplinar. Sua manutenção na paisagem pública, a possibilidade de contato visual – pelas grades – com o restante da população, e a inexistência de uma rotina rígida pré-fixada, não permitem que nos refiramos a essa forma punitiva como uma tecnologia de poder assemelhada ao panóptico.

Sendo assim, cabe-nos interpretar o papel social cumprido pela arquitetura da Casa de Câmara e Cadeia na paisagem e no espaço urbano de Vassouras. Ao refletir sobre a arquitetura moderna da vigilância em *Vigiar e Punir*, Foucault faz a seguinte afirmação:

Toda uma problemática se desenvolve então: a de uma arquitetura que não é mais feita simplesmente para ser vista (fausto dos palácios), ou para vigiar o espaço exterior (geometria das fortalezas), mas para permitir um controle interior, articulado e detalhado – para tornar visíveis os que nela se encontram; mais geralmente, a de uma arquitetura que seria um operador para a transformação dos indivíduos: agir sobre aqueles que abriga, dar domínio sobre seu comportamento, reconduzir até eles os efeitos do poder, oferece-los a um conhecimento, modificá-los (...) (FOUCAULT, 1979, p. 166).

A partir do que observamos até aqui a arquitetura das Casas de Câmara e Cadeia, em especial a de Vassouras, parece reproduzir aquilo que Foucault apontou como uma arquitetura *feita simplesmente para ser vista*. Todavia, o regime visual contido nessa arquitetura possui muitas dimensões. Todo um campo semântico de discursos de poder é acionado a partir da inscrição da Casa de Câmara e Cadeia na paisagem. A localização das Casas de Câmara e Cadeia na lateral do quadrilátero central da praça da Igreja Matriz fazia dela um símbolo do poder e da riqueza da cidade e da região.

As Casas de Câmara e Cadeia eram ao mesmo tempo signos de vínculo com Estado imperial em construção e da autonomia municipal. E o edifício de Vassouras era motivo de orgulho para os habitantes da região, em especial os senhores locais. Sua presença na paisagem representava a inserção plena de Vassouras no quadro administrativo do Império, e consolidava o sucesso do projeto dos senhores locais em articularem de seus interesses com o plano político imperial. As palmeiras imperiais diante da face voltada à praça da Matriz são um elemento simbólico de

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

alusão direta a essa relação entre poder local e a Corte (D'ELBOUX, 2006). Seu caráter monumental e seu modelo arquitetônico (neoclássico) repetiam os padrões oriundos da Corte, remetendo a ideias de civilização e modernidade, ao mesmo tempo em que eram apropriados e reproduzidos os signos do poder imperial. Os senhores de Vassouras inscreviam na paisagem não apenas seu refinamento cultural e a pujança da cafeicultura da região, como seu poder político na ordem imperial.

FIGURA 6⁹

No tocante a seu papel como instituição prática e simbólica da ordem social, trata-se de uma outra forma de expressão do poder, que tampouco se limita àquele observado nas plantations. Aqui o preso se mantém próximo à sociedade, mas segregado por grades. Ademais, o edifício em que se encontra contém toda uma disposição espacial que o coloca abaixo (pavimento inferior) – e subordinado – aos espaços destinados à administração e à justiça da sociedade imperial (pavimento superior). Há uma forma de controle e de expressão do poder que remete a uma dominação impessoal, como se a soberania em questão fosse institucional – das instâncias administrativas e jurídicas do Império. Todavia, essa impessoalidade sempre foi relativa na sociedade escravista brasileira, eis que os cargos administrativos e jurídicos eram sempre compostos pelos grandes senhores da

⁹Parte central da fachada voltada à praça, com as quatro colunas sob o frontão (traços da arquitetura neoclássica) e as palmeiras imperiais à frente. Fotografia de Marcelo Ferraro, 2011.

região. A subordinação nunca se restringia ao caráter institucional de um cargo, remetendo à condição senhorial daquele que o ocupava.

Nesse sentido, a pena de prisão nas Casas de Câmaras e Cadeia reproduzia uma forma de controle social e de expressão do poder que associava instituições do Estado Imperial ao poder pessoal dos senhores, exercendo sobre os presos uma forma de expressão do poder supostamente impessoal, mas que reafirmava a ordem social hierárquica, o papel subordinado do preso e a posição dominante dos senhores. Sob uma pretensa legitimidade jurídico-formal, reproduziam-se as formas de dominação pessoal da sociedade escravista.

IV) CONCLUSÃO

Enquanto Koerner estuda a Casa de Correção da Corte, Marquese estuda a arquitetura das grandes plantations escravistas do Vale do Paraíba, ambos espaços do Império brasileiro. Ambas as formas de organização espacial reproduzem certas características: vigilância pessoal, espaços de invisibilidade, ostentação de instrumentos de violência. Diferentemente do panóptico, essas formas arquitetônicas reproduzem uma expressão pessoal de poder. Apesar de tais aproximações entre as teses de ambos, algumas diferenças devem ser pontuadas. A Casa de Correção da Corte de Koerner é uma instituição estatal voltada à manutenção da ordem urbana. Por sua vez, as grandes plantations escravistas do Vale do Paraíba são geridas por senhores e tem por objetivo o máximo de produtividade na cafeicultura.

Ao compararmos as práticas de controle e de punição nesses diferentes espaços, apresentamos uma primeira tese: ao que tudo indica, as plantations detinham uma forma de disciplina mais rigorosa e que visava ao constante aumento da produtividade dos trabalhadores. Precisamente por se tratar de uma unidade produtiva, e ser gerida por interesses econômicos dos senhores, nesses espaços foram gestadas formas cada vez mais elaboradas de gestão do trabalho dos escravos, com vista à docilidade de suas mentes e à máxima produtividade de seus corpos. Isso não significa que não houvesse práticas disciplinares visando à

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

produtividade dos corpos na Casa de Correção da Corte. Mas aparentemente tais práticas não se deram com a mesma intensidade, e tampouco foram gestadas tantas teorias sobre a gestão dos presos.

De fato, concordamos com Koerner quando afirma que as formas de imposição de disciplina por meio da vigilância nunca se tornam impessoais como no panóptico. A disciplina tanto nas prisões como nas plantations é adquirida por meio de uma constante vigilância pessoal, concretizada na figura de carcereiros e funcionários das cadeias, feitores, administradores, senhores. No entanto, mesmo se tratando de uma forma de vigilância pessoal, as grandes plantations escravistas apresentaram novos saberes e novas práticas de controle e punição mais próximas daquilo que Foucault definiu como poder disciplinar.

É interessante observar que precisamente nos espaços articulados à ordem econômica pós-revolução industrial, tenham se tornado predominantes práticas disciplinares tão rigorosas. Embora as práticas disciplinares tenham surgido anteriormente em espaços específicos, é com a consolidação da ordem burguesa capitalistas que essas práticas disciplinares se tornam hegemônicas na sociedade, não apenas em instituições, mas se expressando por todas as redes de relações da sociedade. Aparentemente, foi nos espaços mais profundamente ligados à nova ordem econômica mundial que se desenvolveram mais firmemente as teorias e práticas disciplinares - e isso aproxima a realidade das indústrias europeias com a das plantations brasileiras.

Nesse sentido, as plantations escravistas do Vale do Paraíba reproduziram teorias e práticas disciplinares mais intensas que aquelas observadas na Casa de Correção da Corte, essencialmente por sua função econômica imediata, com vista à produtividade máxima da cafeicultura, e à competição do produto no mercado mundial.

A essa tese acrescentamos uma segunda, que procura compreender as especificidades das instituições prisionais dos espaços urbanos do Vale do Paraíba, comparando-as tanto à Casa de Correção da Corte, como às plantations. Nas cidades e vilas do Vale não foram implementados projetos de instituições como a

Casa de Correção da Corte, tampouco quaisquer outros programas arquitetônicos inspirados no panóptico de Bentham. Na maior parte do território brasileiro prevaleceu o modelo da Casa de Câmara e Cadeia, instituição que remonta ao período colonial. Ainda que tenha adquirido novas funções (administrativas e judiciárias) e uma nova importância na construção do Estado imperial, não houve profundas alterações em sua estrutura arquitetônica.

Foucault identificou uma profunda transformação na arquitetura de algumas instituições do século XIX. Como demonstrou Marquese, a arquitetura das plantations escravistas também se alterou profundamente na passagem para o século XIX, adquirindo inclusive algumas características panópticas. No entanto, as Casas de Câmara e Cadeia por todo o império mantiveram a estrutura arquitetônica do período colonial. As transformações se detiveram mais sobre o estilo das fachadas do que sobre o programa interno. Como explicar essas diferenças?

A Casa de Correção da Corte se encontrava no maior núcleo urbano do império, o Rio de Janeiro, onde uma grande população de escravos, libertos, homens livres e pobres circulavam diariamente. Esse quadro urbano demandava novas formas de controle social um novo sistema punitivo. Nesse sentido, ao recorrerem ao modelo arquitetônico do panóptico, as autoridades se mostravam atualizadas no debate acerca das formas modernas de controle social, observando realidades similares em países que se urbanizavam e industrializavam.

Por sua vez, as transformações da arquitetura das grandes plantations escravistas do Vale obedeciam a imperativos do mercado mundial do século XIX. As alterações arquitetônicas adotaram medidas voltadas à disciplina e à produtividade dos corpos dos escravos visavam interesses econômicos dos cafeicultores.

Diferentemente desses dos espaços da sociedade imperial, os núcleos urbanos interioranos do Vale do Paraíba não vivenciavam as mesmas realidades e não eram pautados pelos mesmos interesses. Embora houvesse uma população de escravos, libertos, e homens livres e pobres presente nesses espaços, não se tratava de uma realidade tensa como aquela observada na Corte. Desse modo as autoridades públicas de cidades como Vassouras não precisavam recorrer a

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

tecnologias tão elaboradas e complexas como o panóptico. E tampouco as práticas de controle e punição nos espaços urbanos tinham por fim último a produtividade dos corpos, eis que era nas grandes plantations que esses imperativos se impunham.

Nossa segunda tese veicula a ideia de que nos espaços urbanos do Vale não eram dominantes os imperativos de mercado, e tampouco fazia-se necessária uma gestão meticulosa e disciplinar da população. Nos núcleos urbanos encontravam-se mercadores, tropeiros, pequenos comerciantes, religiosos, e residentes abastados. A ordem pública era mantida com relativo rigor, em especial com relação a escravos. Todavia, não se fazia necessária a gestação de novas tecnologias punitivas e teorias de gestão do controle social.

A arquitetura das Casas de Câmara e Cadeia se enquadravam no padrão que Foucault denominou como *'para ser vista'*. As Casas de Câmara e Cadeia eram ao mesmo tempo signos de vínculo com Estado imperial em construção e da autonomia municipal.

Seu papel como instituição prisional não levava em conta os critérios do panóptico, uma vez que permanecia localizada no centro da vida social, e os presos faziam parte da paisagem urbana e da população das cidades. Por sua vez, os crimes considerados de maior potencial ofensivo eram aqueles perpetrados por escravos e que afrontavam a manutenção da ordem escravista e da hierarquia social. E esses casos eram punidos com grande rigor, fosse por meio de açoitamentos no pelourinho, fosse por meio do enforcamento público.

Ou seja, nos espaços urbanos do Vale vigia uma economia política das práticas de controle e punição pautadas pela visibilidade e publicidade. Toda forma de punição tendia a ocorrer ante os olhos da população, fosse no pelourinho, na Força, ou no pavimento térreo das Casas de Câmara e Cadeia. Nos espaços urbanos eram reproduzidas práticas punitivas mais próximas das formas de expressão poder soberano, primando pela ostentação e pela proximidade entre criminoso e sociedade.

E embora aqui nos refiramos a práticas punitivas estatais, e não privadas, não se trata de uma forma plenamente impessoal. Ainda que formalmente seja uma expressão do poder por meio de instituições e da lei, os cargos administrativos e jurídicos eram sempre compostos pelos grandes senhores da região. E a própria pena de prisão nas Casas de Câmaras e Cadeia reproduzia uma forma de controle social em que se confundiam instituições do Estado Imperial ao poder pessoal dos senhores. Basta lembrar a disposição arquitetônica do edifício, cujos pavimentos reproduziam uma gramática espacial e social rígida. Reproduzia-se no espaço e na paisagem a hierarquia social, naturalizada no cotidiano e legitimada constitucionalmente.

Eis, portanto, a segunda tese a que nos referimos. Nesses espaços predominavam relações de subordinação e deferência entre homens livres. Além disso, a construção do Império Constitucional Brasileiro alterou as regras do jogo pelo poder nessa sociedade. Não bastava a propriedade de terras e escravos para a imposição de sua vontade e de seus interesses. Os senhores tinham de sujeitar-se ao sistema eleitoral e à estrutura administrativa do Estado. Nesse sentido, eram necessárias articulações políticas, assim como um constante investimento em formas de clientelismo e paternalismo: com o fim de angariar um eleitorado constante.

A partir dessa constatação, adotamos a hipótese de que os espaços urbanos eram destinados a práticas sociais que fomentavam a reafirmação e legitimação do poder dos senhores nessa sociedade, tanto em relação aos escravos como em relação aos homens livres. A sociedade imperial que se formava levou à construção de um sistema político pautado por eleições e instituições representativas, mas cuja composição serviu à manutenção de uma ordem social hierárquica. Os cargos eletivos foram apropriados por senhores locais e utilizados como instrumentos de manutenção e aumento de seu prestígio, poder e fortuna. A manutenção dessa ordem social demandava a veiculação de um discurso de deferência social ante tais senhores.

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

Por essa razão, as práticas punitivas aproximavam-se das formas de expressão do poder soberano, pautadas pela ostentação do poder das instituições e dos senhores que as compunham. Assim, os espaços urbanos seriam um dos palcos privilegiados das disputas e articulações políticas dos senhores, onde se davam as eleições, e se encontravam as instituições administrativas e judiciárias da municipalidade. Era a manutenção da hierarquia social e a disputa pela deferência de toda a sociedade que pautavam as práticas sociais nesses espaços urbanos¹⁰.

Dessa forma, a Casa de Câmara e Cadeia detinha objetivos que em muito superavam as demandas por controle social e punição de criminosos. A disciplina e produtividade dos seus corpos não eram as diretrizes que orientavam o modelo arquitetônico vigente. A Câmara era mais importante que a Cadeia, e a disposição espacial de ambas reafirmava a hierarquia e a ordem.

Portanto, a comparação entre as disposições arquitetônicas da Casa de Correção da Corte, as Casa de Câmara e Cadeia dos espaços urbanos e das grandes plantations cafeeiras do Vale do Paraíba do Vale, nos permite extrair conclusões acerca das diversas realidades sociais encontradas na sociedade imperial, assim com as formas de expressão de poder nela presentes.

Na Corte prevaleceram as tentativas de controle da massa populacional, com adoção de tecnologias disciplinares como o panóptico. No entanto, a realização apenas parcial dessa estratégia denota a dificuldade de se instituir uma ordem impessoal da lei, sendo mantida a dominação pessoal. Por sua vez, as grandes plantations constituíram-se como espaços disciplinares rigorosos, nos quais foram produzidas as principais teorias de gestão do trabalho, sempre com vista à máxima produtividade. Por fim, as Casas de Câmara e Cadeia se inseriam em contextos sociais nos quais a imposição da ordem hierárquica e do poder dos senhores se

¹⁰O escravo liberto, desde que nascido no Brasil, adquiria cidadania e direitos constitucionais. Nesse sentido, sua alforria poderia ser instrumentalizada pelos senhores com vista à manutenção de uma clientela fica. Ver a ideia de *paternalismo liberal* em PARRON, 2011. Ver ainda BERBEL; MARQUESE; PARRON, 2010.

sobrepunha às medidas de controle da população escrava e livre. Por meio da articulação política entre si, e com os demais grupos políticos e instituições do império, os senhores do Vale implementavam um projeto de manutenção de seu poder e de seu status privilegiado na ordem vigente, sendo os espaços urbanos o lócus privilegiado de sua atuação.

IMAGENS

FIGURA 1: Georg Grimm [atribuição], Fazenda Boa Vista (detalhe), Bananal, SP, óleo sobre tela, ca. 1880, 74cm x 144cm (SETUBAL, 2004, p.160; MARQUESE, 2006, p. 26).

FIGURA 2: Osmar Cassiano Gomes Jr., Fazenda Boa Vista, 2005, planta baixa (MARQUESE, 2006, p.26).

FIGURA 3: Fotografia de Marcelo Ferraro (autor). Ano de 2011.

FIGURA 4: Fotografia de autoria e data desconhecidas, descoberta pelo fotógrafo e pesquisador Othon de Almeida Filho, e disponibilizada ao autor.

FIGURA 5: Fotografia de Marcelo Ferraro (autor). Ano de 2011.

FIGURA 6: Fotografia de Marcelo Ferraro (autor). Ano de 2011.

FONTES IMPRESSAS

FONSECA, Padre Antonio Caetano da. *Manual do Agricultor dos gêneros alimentícios*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Laemmert, 1864.

Instruções para a comissão permanente nomeada pelos fazendeiros do município de Vassouras. Rio de Janeiro, 1984, apud GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades escravas no Rio de Janeiro – Século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995, p. 282.

TAUNAY, Carlos Augusto. *Manual do Agricultor Brasileiro* (1ª ed., 1839). Organização de Rafael de Bivar Marquese. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WERNECK, Francisco Peixoto de Lacerda. *Memórias sobre a Fundação de uma Fazenda na Província do Rio de Janeiro*. Organização de Eduardo Silva. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa – Brasília: Senado Federal, 1985.

WERNECK, Luís Peixoto de Lacerda. *Ideias sobre colonização, precedidas de uma succinta exposição dos princípios geraes que regem a população*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1855.

AS PRÁTICAS DE CONTROLE E PUNIÇÃO NA SOCIEDADE ESCRAVISTA CAFEICULTORA DO BRASIL OITOCENTISTA: UMA ANÁLISE À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Sérgio. Foucault, a Lei e o Direito. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard. (Orgs.). *O Legado de Foucault*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: _____ (org.); NOVAIS, Fernando (coord.). *História da Vida Privada no Brasil. vol II. Império: A Corte e a Modernidade Nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- BARRETO, Paulo Thedin. Casas de Câmara e Cadeia. In: *Arquitetura Oficial I. Textos escolhidos da Revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. São Paulo: FAU/USP, 1980.
- BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael, PARRON, Tamis. *Escravidão e Política. Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2010.
- D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. *Manifestações Neoclássicas no Vale do Paraíba: Lorena e as Palmeiras Imperiais*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004.
- _____. Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras-imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. v.14. n.2, pp. 193-250, jul-dez, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar E Punir: O Nascimento Da Prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 29ª Edição. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.
- _____. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1997.
- GRINBERG, Keila; BORGES, Magno Fonseca; SALLES, Ricardo. Rebeliões Escravas antes da extinção do Tráfico. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial. Volume II – 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- KOERNER, Andrei. Punição, Disciplina e Pensamento Penal no Brasil do Século XIX. *Lua Nova*, São Paulo, 68: 205-542, 2006.
- _____. O Impossível 'Panóptico Tropical-Escravista': Práticas Prisionais, Política e Sociedade no Brasil do Século XIX. *Revista Brasileira de Ciências criminais*, 35, Ano 9, Julho-Setembro, 2001, pp. 211-224.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do Corpo, Missionários da Mente. Senhores, Letrados e o controle dos escravos na América, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Revisitando casas-grandes e senzalas: a arquitetura das plantations escravistas americanas no século XIX. *Anais do Museu Paulista (Impresso)*, v. 14, p. 11-57, 2006.

_____. O Vale do Paraíba cafeeiro e o regime visual da segunda escravidão: o caso da fazenda Resgate. *Anais do Museu Paulista (Impresso)*, v. 18, pp. 83-128, 2010.

PARRON, Tamis. *A Política da Escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SALLA, Fernando; GAUTO, Maitê; ALVAREZ, Marcos Cesar. A Contribuição de David Garland: a Sociologia da Punição. *Tempo Social*, São Paulo: FFLCH/USP, vol. 18, nº 1, pp. 329-350, 2006.

SOUSA, José Antônio Soares de. Vassouras e suas Residências Urbanas. *Revista do IHGB*, nº 290, jan-mar., 1971.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Vassouras, Estudo da Construção Residencial Urbana. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, v.16, pp. 9-135, 1968.

TOMICH, Dale. *Pelo Prisma da Escravidão*. São Paulo: Edusp, 2011.

A PRODUÇÃO DO NOVO EM HISTORIOGRAFIA: OS ANNALES E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO INTELECTUAL DE UM MOVIMENTO HISTORIOGRÁFICO

Mariana Ladeira Osés*

Resumo: Os *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, revista fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre em 1929, foram celebrados pela historiografia moderna como um ponto de virada na produção de conhecimento histórico do século XX. Essa postura celebratória tem, não raro, sido criticada por setores da historiografia que buscam, por vezes de forma acusatória, contestar os supostos “ineditismos” da revista. O presente trabalho visa a elaborar e elucidar uma série de questionamentos que, em sua concepção, exigem uma postura analítica que se afaste dos juízos valorativos. Com isso, busca-se uma compreensão da produção intelectual como processo, ou seja, dos mecanismos sociais e intelectuais envolvidos na construção da ideia do “novo” nas ciências humanas por meio da atenção a fontes usualmente relegadas a um plano acessório no estudo da história intelectual: as cartas e as resenhas. Acreditamos que, por meio da análise de cartas trocadas entre Bloch e Febvre entre 1928 e 1938 e das resenhas publicadas na revista (em especial em seus primeiros anos), abre-se a possibilidade de estudo das obras dos autores em um panorama mais amplo, e, por consequência, evidenciam-se esferas da produção intelectual que permitam uma compreensão mais refinada do processo de produção e constituição de uma novidade historiográfica.

Palavras chave: Escola dos Annales; História da Historiografia; Novidade Historiográfica.

I) INTRODUÇÃO

Raros são os estudos de caráter sintético a respeito da historiografia moderna que não façam referência à “Escola dos Annales”. Ao longo do século XX, essa escola historiográfica tornou-se referência obrigatória aos historiadores, passando a ser assinalada como um ponto de virada nos métodos e mentalidades que regiam a historiografia do século XIX. Não raro, a literatura historiográfica referente aos *Annales* frisa seus supostos ineditismos, com a sugestão frequente de que as proposições inovadoras, bem como o brilhantismo considerado intrínseco aos fundadores da revista,

* Graduação em História pela Universidade de São Paulo – USP.

seriam o suficiente para explicar a ascensão da “escola francesa” ao patamar de farol da historiografia do século XX.

Obras como *Modern Historiography*, de Michael Bentley e *Historiography of the Twentieth Century*, de Iggers, por exemplo, dedicam capítulos aos *Annales* que pouco fogem de um modelo recorrente de análise do movimento, pressupondo a suposta novidade de suas proposições como explicação natural para sua popularidade e centralidade historiográfica. Segundo essa chave de análise, o movimento francês oficialmente fundado em 1929 teria sido responsável por um esforço inaugural de adoção de métodos interdisciplinares no estudo da história, estabelecendo um canal de diálogo com outras ciências humanas, em especial a Sociologia. Alicerçada por essa proposta supostamente inovadora e pela excelência intelectual de seus fundadores, a escola dos *Annales* teria se configurado como uma ruptura historiográfica instauradora de um novo movimento intelectual hegemônico e, nesse sentido, sua ascensão à condição de mais importante movimento historiográfico do século XX seria inexorável e natural.

A reverência ao suposto “legado dos *Annales*” é de tal forma arraigada em certos setores da historiografia que se faz transparecer mesmo em críticas ao movimento. Um exemplo disso é *A Escola dos Annales, 1929-1989*, de Peter Burke, obra que, mesmo buscando relativizar a noção de que movimento francês é temporalmente precedido por um total obscurantismo intelectual e metodológico, traz no próprio subtítulo (“A revolução francesa da historiografia”) a noção de que a revista foi, de fato, uma ruptura instauradora e revolucionária na historiografia moderna.

Em um movimento diametralmente oposto, outro setor da historiografia intelectual tem se dedicado a uma desconstrução da narrativa por vezes mítica erigida em torno da “escola” e seus fundadores. Nesse esforço, busca-se tratar a ascensão e consolidação dos *Annales* como uma “invenção”, produto exclusivo de estratégias políticas e de poder mobilizadas por Bloch e Febvre, bem como do contexto intelectual no qual a revista foi concebida. Tende-se, assim, a minimizar e relativizar o real legado intelectual da chamada “escola” metódica francesa, em movimento de contestação do caráter referencial por ela assumido na historiografia moderna.

O apoio construído em torno desses dois polos argumentativos abre entre eles uma substancial lacuna de possibilidades não exploradas e questionamentos não formulados.

A PRODUÇÃO DO NOVO EM HISTORIOGRAFIA: OS ANNALES E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO INTELECTUAL DE UM MOVIMENTO HISTORIOGRÁFICO

Ambas as interpretações – a celebração exaltada do “legado” dos Annales ou a negação acusatória desse mesmo legado – trazem em si o mesmo teor valorativo que nubla a compreensão do processo que constituiu esse fenômeno intelectual. Busca-se, aqui, uma revisão desse processo que se afaste dos juízos valorativos e se aproxime de uma gama mais variada de fontes, em um esforço de compreensão do processo de formação dos Annales como um movimento que não se esgota nas estratégias de poder ou nas questões contextuais e tampouco no gênio criador de Bloch e Febvre e no suposto caráter inaudito de suas ideias.

Defende-se, portanto, que o estudo da estruturação do “novo” no que diz respeito aos Annales deve, necessariamente, passar pela compreensão do próprio processo de composição e idealização da revista, da seleção do conteúdo nela incluído, das relações acadêmicas mobilizadas nesse processo e das estratégias textuais das quais se lança mão na fatura dos textos que compõem uma porção substancial da publicação: as resenhas críticas. Visa-se, assim, a um esforço que não reduz a pó o significado intelectual do movimento, mas que tampouco se contenta em tomar fatores como o ineditismo e a qualidade como explicações únicas a seu sucesso.

II) PROBLEMATIZAÇÕES DO CONCEITO DO “NOVO” NAS CIÊNCIAS HUMANAS

O movimento de problematização do “legado” da escola dos Annales não é um esforço isolado: a literatura sociológica já chamou atenção, de fato, ao caráter problemático das rupturas instauradoras em história intelectual e das ciências. Scott Frickel e Neil Gross, por exemplo, ao proporem uma teoria geral dos movimentos científicos e intelectuais, lançam luz sobre uma série de fatores que, segundo essa perspectiva, contribuem para que o trabalho de um autor ou de um conjunto de autores seja apreciado como uma novidade científica. Entre esses fatores, Frickel e Gross destacam o contexto histórico e social em meio ao qual os movimentos são concebidos, bem como os fatores da própria lógica acadêmica que permitem ou inibem o florescimento desses movimentos (FRICKEL; GROSS, 2005). Nessa lógica, estrutura departamental, prestígio acadêmico dos fundadores e dos seguidores, capacidade de atração de pesquisadores, redes de conexões acadêmicas mobilizadas e uma série de outros elementos contextuais seriam fatores indispensáveis a uma análise profunda e

completa do modo como se afirma, consolida e institucionaliza um novo movimento intelectual ou paradigma científico.

Nessa linha de pensamento, identificam-se exemplos práticos de problematização do caráter inovador das novidades científicas. Joseph Ben-David e Randall Collins, por exemplo, apropriam-se do caso da psicologia para demonstrar que o mero surgimento de uma nova ideia e seu potencial instaurador não são o suficiente para institucionalizá-la e tampouco para torná-la um parâmetro intelectual. É necessário, para tanto, que tal ideia ofereça potencial de instauração de uma identidade intelectual, com destaque, novamente, às relações acadêmicas mobilizadas nesse processo (BEN-DAVID; COLLINS, 1966). Essas relações são, ainda, objeto de preocupação de Robert Merton, que invoca a norma da academia no que diz respeito à propriedade intelectual como central na compreensão das disputas ocorridas entre cientistas pelo reconhecimento do pioneirismo em certas descobertas (MERTON, 1957).

Esse tipo de reflexão não é estrangeiro à historiografia referente aos *Annales*. Historiadores como Gerard Noiriel, André Burguière, Olivier Dumoulin e Charles-Olivier Carbonell repensaram a experiência dos *Annales* relativizando seu caráter revolucionário e buscando fatores alternativos para a explicação do sucesso da revista. Noiriel destaca-se pela atenção conferida à influência que fatores como a estrutura acadêmica francesa, as relações hierárquicas entre intelectuais e a trajetória profissional de Marc Bloch e Lucien Febvre exerceram na ascensão dos *Annales* ao patamar singular ocupado pela Revista na historiografia moderna. Destacando a constante busca de legitimação acadêmica de Bloch e Febvre, Noiriel desconstrói uma narrativa heroica naturalizada em torno dos fundadores dos *Annales* que os retrata como marginalizados do sistema acadêmico que, por seus méritos intelectuais, teriam imposto suas ideias e métodos de forma natural e espontânea. Essa noção é relativizada na medida em que se demonstram os mecanismos e estratégias de poder mobilizados por ambos na consolidação de seu modo de pensar, sua submissão à “*règle du jeu*” imposta pela academia francesa e, conseqüentemente, sua adaptação a uma série de normas que contrariam a ideia de um suposto enfrentamento frontal do sistema vigente e imposição de um novo conjunto de ideias alicerçadas exclusivamente no mérito intelectual intrínseco a essas ideias (NOIRIEL, 1996).

A PRODUÇÃO DO NOVO EM HISTORIOGRAFIA: OS ANNALES E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO INTELECTUAL DE UM MOVIMENTO HISTORIOGRÁFICO

Burguière, por sua vez, atribui a influência conquistada pelos Annales à própria proposta da “escola”, que busca legitimar e agregar as ciências humanas ocupando o vazio de liderança deixado pelo declínio da escola durkheimiana. O autor relaciona, portanto, o êxito intelectual da Revista ao cenário da produção intelectual do conhecimento à época de sua fundação, tanto interna quanto externamente à disciplina histórica. Mais uma vez, associa-se o projeto intelectual de Bloch e Febvre e um projeto de poder, relativiza-se sua marginalização em relação ao sistema acadêmico e contesta-se o enfrentamento frontal realizado à tradição acadêmica francesa (BURGUIÈRE, 1979). Burguière caracteriza os fundadores dos Annales não como opositores, mas como herdeiros de uma tradição acadêmica francesa na qual, inseridos em um contexto propício, foram capazes de institucionalizar ideias não necessariamente novas, mas que, veiculadas por representantes legítimos do sistema, passaram a incorporar, elas mesmas, legitimidade intelectual.

Embora as reflexões citadas tragam por mérito a desconstrução de certos mitos erguidos em torno da fundação dos Annales, essa desmistificação não raro leva a um processo de esvaziamento do impacto da escola sobre a historiografia. É necessário que se pense o problema sob outra perspectiva, buscando-se, antes de empreender um julgamento valorativo da “escola”, compreender a rede de mecanismos envolvidos em sua consolidação como ponto de referência historiográfico. É nesse sentido que a supracitada obra de Noiriél se destaca na historiografia referente ao tema, trazendo à tona reflexões acerca dos chamados *Combats pour l’Histoire*, de Lucien Febvre, que permitem reflexões e questionamentos inovadores sobre a problemática dos Annales.

Essas reflexões advêm da observação de que o caráter combativo e incisivo geralmente atribuído aos *Combats* deve-se, em grande parte, a alterações feitas por Febvre tanto nos títulos dos artigos compilados (alguns muito menos ostensivos em seu original do que na adaptação para publicação dos *Combats*) quanto na própria cronologia dos textos, visto que parte dos escritos posicionados como referentes ao início da carreira do historiador são, na realidade, posteriores a sua eleição para o Collège de France, evento que lhe deu condições e respaldo para a elaboração de artigos mais combativos.

Noiriel, identificando esse processo de montagem do que ele denomina “tradição escriturária”, não esgota a crítica do “mito heroico de Bloch e Febvre” no mero esvaziamento da significância da revista, mas, em um processo mais complexo, lança luz sobre o fato de que existe nos *Annales* um movimento de construção autoimagética que, antes de servir como munição à pulverização da obra de Febvre, deve ser estudado de forma mais sistemática para que se compreenda a consolidação da “nova escola francesa”. Propõe-se, no presente trabalho, que esse processo de construção de uma autoimagem seja forjado no próprio cotidiano da revista, e que, portanto, não se esgote nas observações feitas por Noiriel a respeito dos *Combats*. Constitui, pelo contrário, um processo mais amplo e que pode ser mais bem explorado pelo trato sistemático de dois principais tipos de fontes: cartas trocadas entre Bloch e Febvre e resenhas de livros por eles escritas e publicadas.

III) A CENTRALIDADE DO TRATO DAS FONTES

A escolha de ambos os tipos de fontes para abordagem do problema proposto não é fortuita. As cartas pessoais trocadas entre Marc Bloch e Lucien Febvre entre os anos de 1928 e 1938, editadas e publicadas por Bertrand Müller, além das resenhas publicadas na Revista dos *Annales* (em especial nos anos subsequentes a sua fundação) são os principais materiais propostos por, se contemplados a partir dos questionamentos pertinentes, permitirem a elaboração de uma perspectiva nova acerca do processo de fundação, institucionalização e construção da autoimagem da “Escola dos *Annales*”, trazendo à luz elementos da produção intelectual e da supracitada tradição escriturária centrais a esse fim. Destacam-se, aqui, as redes de contatos acadêmicos, a relação nutrida com outras correntes intelectuais e seus respectivos representantes, os meios de legitimação buscados para o movimento nascente e a postura de Bloch e Febvre em relação à recepção e concepção de suas proposições.

A atenção às fontes epistolares tem ganhado destaque da historiografia brasileira, e, portanto, a presente pesquisa inscreve-se em um movimento de redimensionamento da importância desses materiais para o estudo historiográfico. Pesquisas como o estudo referente às cartas de Capistrano de Abreu realizado por Fernando Amed têm lançado luz sobre a riqueza documental das cartas. O trabalho de Miguel Palmeira referente aos

A PRODUÇÃO DO NOVO EM HISTORIOGRAFIA: OS ANNALES E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO INTELECTUAL DE UM MOVIMENTO HISTORIOGRÁFICO

*Finley Papers*² é outro exemplo desse esforço, no qual se destaca a atenção ao fato de que as cartas, na medida em que permitem a contestação da ideia de que as novidades científicas exitosas sejam fruto exclusivo da excelência intelectual de um autor, proporcionam também uma compreensão mais refinada do processo de construção intelectual dessas inovações.

As resenhas, por sua vez, permitem que sejam identificadas relações e redes acadêmicas mobilizadas no processo de construção da identidade dos *Annales*. Tendo-se conhecimento da vasta produção de resenhas escritas por Febvre, e atribuindo-se foco aos textos correspondentes aos primeiros anos da publicação, é possível identificar as relações acadêmicas e os interesses temáticos da revista em construção, as ideias com as quais se dialogava e a relação nutrida entre os fundadores dos *Annales* e os autores contemporâneos a eles. Busca-se, assim, identificar no cotidiano da revista aspectos que apontem para a existência de uma autoimagem que se forja no seio da própria produção e das próprias estratégias sociais, modulada, mas não esgotada, em uma série de fatores intelectuais, acadêmicos e políticos sobre quais cartas e resenhas permitem um olhar privilegiado.

IV) CONCLUSÃO

Acredita-se, portanto, que um enquadramento cuidadoso das fontes analisadas, bem como a formulação de questionamentos pertinentes, permite um ângulo de análise inovador para a questão da consolidação de uma corrente historiográfica como hegemônica ou nova. Cartas e resenhas, usualmente tidas como fontes periféricas no estudo da história da historiografia, permitem a revelação de esferas políticas e sociais da produção intelectual que não se fazem, à primeira vista, óbvias na obra canônica dos autores envolvidos, mas que, indubitavelmente, permitem uma compreensão mais aprofundada e menos mitificada da produção e construção do novo na historiografia. Busca-se, assim, pensar a veiculação da ideia de “novo” ou “novidade” (e seus opostos: “velho”, “ultrapassado”) a partir de elementos que não são externos à obra de Bloch e Febvre, mas que tampouco se esgotam em seu conjunto canônico.

² O presente trabalho é de orientação do prof. Miguel Palmeira e, como tal, dialoga intensamente com suas pesquisas referentes à compreensão do surgimento do “novo” nas ciências humanas, conjunto no qual se inserem suas reflexões acerca dos *Finley Papers*.

Sob esse ângulo, o estudo da formação da Escola dos Annales distancia-se da polarização limitante usualmente encontrada na historiografia, penetrando no universo de questões não exploradas feito vago pelo tradicional embate entre os dois extremos de tratamento do “legado” francês: a exaltação e o esvaziamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEN-DAVID, J.; COLLINS, R. Social factors in the Origins of a New Science: The Case of Psychology. *American Sociological Review*, vol. 31, nº 4, Agosto/1966, pp.451-465.
- BENTLEY, Michael. *Modern Historiography: An Introduction*. London: Routledge, 1999.
- BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *Les Écoles historiques*. Paris: Seuil, 1997.
- BURGUIÈRE, A. Histoire d'une Histoire: la naissance des Annales. *Annales, Économies, Sociétés, Civilisations*, vol. 34, nº6, nov/dec 1979, pp. 1347-1359.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- FRICKEL, S.; GROSS, N. A General Theory of Scientific/Intellectual Movements. *American Sociological Review*, vol. 70, nº 2, Abril/2005, pp.204-232.
- IGGERS, Georg. *Historiography in the twentieth century. From Scientific Objectivity to the Postmodern Challenge*. Hanover e Londres: Wesleyan University Press, 1997.
- MERTON, R. Priorities in Scientific Discovery: A Chapter in the Sociology of Science. *American Sociological Review*, vol. 22, nº62, Dezembro/1957, pp.635-659.
- MÜLLER, Bertrand (org). Marc Bloch. *Lucien Febvre et les Annales d'histoire économique et sociale : correspondance*. Paris: Fayard, 1994.
- NOIRIEL, Gérard. *Sur la “crise” de l’histoire*. Paris: Belin, 1996.

“AQUI ESTAMOS; PARA ONDE VAMOS”: O ENTENDIMENTO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O PÓS-EMANCIPAÇÃO NO BRASIL¹**Fábio Dantas Rocha***

Resumo: O presente texto tem como objetivo fazer um curto balanço sobre o conhecimento historiográfico produzido acerca do pós-abolição brasileiro. Partindo das dificuldades de constituição da identidade negra no país, pretende-se demonstrar como uma recente historiografia encara o problema metodológico da delimitação do período assinalado. Pensando sobre as dificuldades de abordagem do tema, percebeu-se que a reflexão sobre o imediato pós-emancipação é entendido, por esses trabalhos, como uma data-limite importante para a compreensão dos fatores sócio-raciais que atuam para a maior, ou menor, integração de negras e negros na sociedade posterior a escravidão. Assim, traçando um breve debate historiográfico, conclui-se que a definição da identidade negra no Brasil é fruto de embates político-ideológicos de uma sociedade extremamente racializada.

Palavras-chave: Historiografia; Pós-abolição; Cidadania; Racialização.

Pensar acerca do tema do pós-abolição num país como o Brasil é uma tarefa extremamente necessária para historiografia nacional. Vivemos em um país onde a população negra e parda somam, juntas, 50,7% do total da população, assim, como afirma George Andrews, o Brasil é um capítulo importante para a história afro-americana. (ANDREWS, 1998 p.21) E é dentro dessa perspectiva que uma historiografia desde os anos de 1980 vem desenvolvendo diversos trabalhos críticos em relação às realidades raciais brasileiras. Mas o que condiciona o Brasil a um patamar de relevância para a análise das condições histórico-sociais que negras e

¹ A ideia presente neste texto está ancorada em pesquisa, em andamento, realizada como trabalho de conclusão de curso no Departamento de História –EFLCH – Unifesp.

*Graduação em História pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.

negros viveram, e ainda vivem, não é só sua grande contribuição estatística para a população nacional.

Na verdade, o que nos põe essa necessidade em mãos – assim como pôs para as gerações historiográficas dos anos 1960, 1970 e 1980 – é a ausência de um sistema político, claro e bem definido, de discriminação racial. Aqui, o Estado nacional nunca impôs à sociedade, políticas de segregação e discriminação racial como feito no sul dos Estados Unidos. Diferente do apartheid sul-africano, o Estado-nação brasileiro nunca estabeleceu a desigualdade racial, pelo menos durante o século XX, como uma política de Estado.

Mas no que isso torna nossa situação *sui generis*? Quando a discriminação racial é prescrita por lei, sua operação se dá por uma forma mais rígida, inflexível e clara. Assim, são as evidentes formas jurídicas e políticas de injustiças e segregação que acabam por mobilizar milhões de pessoas e diversos movimentos sociais contra legislações racialmente discriminatórias e, por isso, tem como foco a luta por garantia da igualdade racial. Mas no Brasil, pela ausência dessa prescrição legal, a questão das injustiças raciais é muito mais difícil de ser combatida. Voltando para os termos de Andrews, com a discriminação deixada a cargo do indivíduo, ela “opera de uma maneira inconsistente e imprevisível, e nem sempre é identificável como tal”. (ANDREWS, 1998 p.23)

“Isso pode conduzir a uma incerteza considerável sobre se existe inclusive discriminação, particularmente quando outros fatores oferecem explicações convincentes para a existência de desigualdade racial em uma dada sociedade. É claro, por exemplo, que os negros estão muitíssimo mal representados nos cargos de colarinho branco no Brasil; mas grande parte dessa má representação pode ser atribuída a níveis educacionais inferiores dos candidatos negros aos empregos, em comparação com os brancos, ou à concentração da população negra em áreas rurais ou regiões economicamente menos dinâmicas do país, que oferecem menores oportunidades para empregos de colarinho branco”. (ANDREWS, 1998 p.24).

No entanto, tanto estudos sociológicos, como historiográficos, percebem – o que hoje já nos parece óbvio – que os fatores estruturais não bastam para explicar a exclusão racial. Demonstram que a discriminação racial tem um marcante papel no

**“AQUI ESTAMOS; PARA ONDE VAMOS”: O ENTENDIMENTO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O
PÓS-EMANCIPAÇÃO NO BRASIL**

que tange ao acesso da população negra a melhores empregos, renda, educação e moradia. (ANDREWS, 1998 p.24)

Para o antropólogo Kabengele Munanga, a definição do que é ser negro no Brasil é uma tarefa de absoluta dificuldade. Para ele, o desejo de branqueamento da população brasileira, em geral, gera essa dificuldade de definição de que é ser negro ou não no Brasil.

“Há pessoas negras que introjetaram o ideal de branqueamento e não se consideram como negras. Assim, a questão da identidade do negro é um processo doloroso. Os conceitos de negro e de branco têm um fundamento étnico-semântico, político e ideológico, mas não um conteúdo biológico. [...] No contexto atual, no Brasil a questão é problemática, porque, quando se colocam em foco políticas de ações afirmativas – cotas, por exemplo –, o conceito de negro torna-se complexo. Entra em jogo também o conceito de afro-descendente, forjado pelos próprios negros na busca da unidade com os mestiços. Com os estudos da genética, por meio da biologia molecular, mostrando que muitos brasileiros aparentemente brancos trazem marcadores genéticos africanos, cada um pode se dizer um afro-descendente. Trata-se de uma decisão política”. (MUNANGA, 2004, p.52).

Então, o conceito de raça, assim como a maioria dos conceitos, esta posto em um campo semântico vinculado a distintas dimensões temporais e espaciais. Assim, são as estruturas globais das sociedades e suas relações de poder que forjam esse conceito.

"Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados Unidos, no Brasil, na África do Sul, na Inglaterra etc. Por isso que o conteúdo dessas palavras é étnico-semântico, político-ideológico e não biológico. Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos de diversas populações contemporâneas existem ainda raças fictícias e outras construídas a partir das diferenças fenotípicas como a cor da pele e outros critérios morfológicos. É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares.”. (MUNANGA, 2003).

Nesse sentido, cabe-nos a pergunta feita por George Andrews. De que formas se desenvolveram os padrões de desigualdade racial brasileira, e por que se modificaram desde o fim da escravidão? (ANDREWS, 1998, p.24)

A resposta a essa pergunta requer outra conceituação, a qual nos permita situar num determinado tempo histórico o tema do pós-abolição, uma vez que o termo raça é fruto, sobretudo (senão, unicamente), de construções sociais historicamente postas. (ALBUQUERQUE, 2009)

Então, trabalhar com a temática do pós-abolição é uma tarefa difícil. Em primeiro lugar, porque se faz necessário pensar quais são as rupturas e as permanências ocorridas neste período. Deve-se pensar como o caráter das relações raciais brasileiras mudou desde o fim da escravidão até os dias atuais. É claro que o trato das diferenças na população do país não funcionou sempre da mesma maneira, mas guarda certas características e heranças de padrões de desigualdades raciais de tempos anteriores.

É essencial analisar a herança da escravidão como fator influente nas relações construídas após 1888. Concentrar-se nessa experiência é um bom ponto de partida para entendermos a hierarquia racial brasileira desde então. A escravidão esteve muito presente na América portuguesa e no Brasil até o século XIX, e tem enorme importância na conformação social e racial do país contemporâneo. No entanto, ater-se a ela como único fator importante para tipificar as relações raciais seria insuficiente para explicá-las depois da emancipação. Neste ponto, apresenta-se a principal dificuldade de se trabalhar o tema.

Estudar o período posterior à emancipação ainda sob o véu da escravidão requer alguns cuidados, pois há o risco de se descurar de outras particularidades, tanto do presente pós-1888 quanto do passado histórico. Ou seja, pensar no sistema escravista como determinante fundamental das relações raciais no país leva-nos, como ressalta George Andrews, à tentação de cometer anacronismos para explicar essas relações durante o século XX, deixando de levar em conta as novas relações sociais e condições históricas que passaram a exercer influência sobre as heranças da escravidão. (ANDREWS, 1998)

Outro cuidado a se levar em conta neste tipo de análise é o de não se estratificar o conceito de “herança escravista” como fator preponderante da

**“AQUI ESTAMOS; PARA ONDE VAMOS”: O ENTENDIMENTO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O
PÓS-EMANCIPAÇÃO NO BRASIL**

exclusão do negro da participação política e econômica. Embora a escravidão tenha mutilado suas vítimas em vários aspectos, é preciso cautela ao tratar dos sentimentos, pensamentos e agir social dos ex-escravos e seus descendentes. É necessário perceber que a marginalização da população negra não foi um produto da sua incapacidade em ser absorvida pela sociedade de classes – pensando, de forma crítica, que isso é uma herança dos sofrimentos e abusos da época escravista. Para Florestan Fernandes e Roger Bastide, autores de trabalhos clássicos sobre essa temática, a Lei Áurea nada concedeu aos negros, pois, na prática, eles não foram absorvidos socialmente em São Paulo, senão a partir de trabalhos sempre mal remunerados. Para isso, contou a herança negativa da escravidão na cidade. Então, de acordo com estes autores, “o trabalho escravo nunca irá além do seu ponto de partida: o esforço físico constrangido; não educará o indivíduo, não o preparará para um plano de vida humana mais elevado”. O ex-escravo, abandonado a si mesmo, não estaria, portanto, em condições de competir como os imigrantes europeus sequer na lavoura. (BASTIDE; FERNANDES, 1971, p. 62) Em obra posterior, Fernandes revigorou essa ideia, afirmando que, durante a escravidão, o negro fora constantemente apartado de qualquer possibilidade de organização da vida social, sendo assim limitadas as suas condições de interação no período republicano. Agora, o novo liberto não conseguiria realizar a sua imersão numa sociedade urbana competitiva e nem lutar contra ela, pois não tinha a experiência de ação coletiva; a herança escravista, para ele, é determinante no processo de sua *não integração*² na sociedade de classes. (FERNANDES, 1978)

Foi por essa influência que, ao contestarem a alegoria da escravidão benevolente freyriana, Clovis Moura, Fernando Henrique Cardoso e Emilia Viotti da Costa apontam para as diversas características desta instituição, que acabaram por respaldar a condição marginal dos negros e mestiços brasileiros. (MOURA, 1981; CARDOSO, 1977; COSTA, 2007; BASTIDE; FERNANDES, 1971)

² Aqui, faço referência ao título do livro de Florestan Fernandes (1978).

Esses autores, com grande mérito, colocaram abaixo o mito da democracia racial brasileira, e com isso, influenciaram fortemente as gerações das décadas de 1950, 1960 e 1970. No entanto, a partir dos anos de 1980, as perspectivas teóricas da história social da escravidão tenderam a modificar o cerne da discussão posta por aquelas gerações anteriores. A contestação dessa nova historiografia está voltada contra a teoria do escravo-coisa, como denomina Sidney Chalhou. Para eles, a tese de que a escravidão violenta - que condicionava as vidas dos escravos em situações de extrema penúria – impossibilitaria, ou incapacitaria, o escravo “de pensar o mundo a partir de categorias e significados sociais que não aqueles instituídos pelos próprios senhores” (CHALHOU, 2003, p.249) não seria suficiente para que se pudesse cogitar diferentes nuances da escravidão. O conceito de anomia social do negro, torna inviável enxergar as diversas formas de ações autônomas dos escravos, dessa forma, práticas que não redundassem em ações limites como suicídio, assassinato, aborto ou fuga não poderiam ser vistas como estratégias de resistência.

Dessa nova perspectiva, a escravidão não pode produzir um homem apartado da uma vida política e social. Esses trabalhos da década de 1980 rediscutem a sujeição escrava e a vida no pós-abolição, buscando enunciar a função da família escrava, as diversas formas de resistências desses negros, os seus cotidianos, a diferença entre escravidão urbana e rural.

Nesse sentido, a história social da década de 1980, ao enxergar o escravo como um agente histórico fundamental para a estruturação do processo de dominação escravista, muito contribuiu para uma produção recente sobre o tema do pós-abolição brasileiro. Buscando resgatar o universo social do escravo, aqueles estudos demonstram que ações e concepções dos escravos de liberdade também modelaram as mentalidades senhoriais do regime escravista. Nesse sentido, pensar naquele processo de dominação como uma relação recíproca entre escravo e senhor, faz-nos perceber que ações e contra-ações são frutos de interpretações autônomas tanto de senhores, como de escravos. Portanto, não se pode mais

**“AQUI ESTAMOS; PARA ONDE VAMOS”: O ENTENDIMENTO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O
PÓS-EMANCIPAÇÃO NO BRASIL**

pensar no negro, no período posterior à emancipação como um ser anômico, sem perspectivas próprias de integração.

Muito se tem discutido sobre a importância da não separação metodológica sobre escravidão e trabalho livre³ uma vez que estudos empíricos comprovam que não há uma ruptura radical – com a Abolição - no mundo do trabalho brasileiro. (LARA, 1998, p. 27) Com nova lente, as gerações dos anos 1990, ao invés de refletir sobre os termos de transição, ou substituição do trabalhador escravo pelo livre⁴, tendem a enxergar os anos finais do escravismo, assim como os iniciais da República, como parte de um todo processual onde o primeiro evento não aparece como ruptura transitória ao segundo. Não se tratam de continuidades, nem mesmo de rupturas; isso simplificaria a dinâmica dos conflitos no Brasil pós-escravista. (FRAGA FILHO, 2004, p. 18) A ideia de processo, nos estudos sobre a Abolição sugere, para essa nova historiografia sobre o porvir do escravismo, uma forma primordial de explicar que “noções diferentes de liberdade e de trabalho livre estiveram em luta no final do século XIX e início do XX”. (LARA, 1998, p. 28) Portanto, o viés da *transitoriedade* ou da *substituição* não levaria em conta a complexidade desse momento histórico.

No entanto, temos que voltar a nossa questão. Partindo do princípio – óbvio – de que o mundo do trabalho posterior à escravidão tem o 13 de maio de 1888 como seu marco cronológico inicial, como podemos delimitar melhor esse tema, uma vez posto que o termo pós-abolição representa uma abstração cronológica, um tempo histórico que se deixa misturar entre passado e presente?

Nesses termos, é relevante a ideia de racionalidade do sistema escravista de Célia Maria Marinho de Azevedo. Pensando acerca do imaginário temeroso das elites paulistas nos tempos da abolição, a autora ressalta o debate em torno das

³ Diversos são os estudos apontam que, mesmo durante a escravidão, o trabalho livre não foi inaugurado com a Lei Aurea ou, muito menos, pela imigração. Cf. Chalhoub (2001), Chalhoub, Ribeiro e Esteves (1985) e Alencastro (1988).

⁴ Comumente associada ao imigrante e à experiência paulista do processo de fim da escravidão, a ideia de substituição e ruptura acabou por excluir a presença do ex-escravo dos estudos sobre os projetos de reorganização do mercado de trabalho pós-1888. Para maiores detalhes ver: LARA (1998).

consequências que o fim da escravidão traria para o país. Nesses debates pode-se perceber, entre vários outros aspectos, a grande preocupação de deputados acerca do caráter do trabalhador nacional pobre (brancos e negros). Mesmo que não atendidas em sua totalidade, ideias pedagógicas foram pensadas, segundo significações racializadas, num sentido de atribuir ao trabalhador nacional o gosto *pelo trabalho, a repulsa pela embriaguez, pelo ócio e pela vadiagem*.

Entre outros pontos, o que a historiografia, que aqui se propõe à análise, absorve de Azevedo é que não se pode pensar o fim do trabalho escravo como uma simples ruptura ou transição para o trabalho livre, como a passagem de um sistema irracional de trabalho para outro com uma racionalidade capitalista. A autora interpreta a relação de trabalho escravista como uma relação racional de trabalho, mesmo que diferente do que entendemos por racionalidade capitalista. Assim, os egressos da escravidão não estariam privados de habilidades de conviver em um mundo livre e capitalista. À marginalização do negro na sociedade paulista, Célia de Azevedo relaciona ao caráter discriminatório e racial que o capitalismo pós-1888 formulou. (AZEVEDO, 1987)

Nesse âmbito, em *Encruzilhadas da liberdade*, Walter Fraga Filho analisa as implicações do fim do cativeiro sobre as vivências cotidianas das populações negras no recôncavo baiano de 1870 a 1910. A ênfase do historiador foi a busca das marcas, não esquecidas, da luta pela emancipação depois do fim da escravidão. Para ele, os laços de solidariedade entre escravos e suas redes familiares permaneceram e se ampliaram nos anos seguintes à abolição. Seus estudos comprovam que os escravos tinham possibilidades de constituição familiar e manter sua autossuficiência, em certa medida estável, ao longo de gerações. Essas relações familiares, em grande medida, foram de vital importância para definições de estratégias dos ex-escravos no *mundo livre*. Contribuindo para a formação de sólidas comunidades. Nesse sentido, o historiador busca reconstruir essas trajetórias familiares, mas também individuais, dos libertos, como modo de deslindar suas diferentes significações de liberdade, seus distintos projetos de vida e suas aspirações ao trabalho de forma a

**“AQUI ESTAMOS; PARA ONDE VAMOS”: O ENTENDIMENTO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O
PÓS-EMANCIPAÇÃO NO BRASIL**

demonstrar que foram essas distintas aspirações que nortearam as escolhas dos libertos no mundo livre. A vasta documentação utilizada por Walter Fraga Filho demonstra a existência de pagamentos em dinheiro para escravos, por prestarem serviços extras, assim como o cultivo de gêneros agrícolas de subsistência por escravos. É em torno dessa autonomia escrava⁵ que se deu a conflituosa relação entre ex-escravos e ex-senhores no pós-emancipação. (FRAGA FILHO, 2004)

Claudia Alessandra Tessari tem como tema os momentos decisivos de formação e consolidação do mercado de trabalho livre brasileiro. Pensando sobre a incorporação do ex-escravo ao mercado de trabalho e à nova sociedade pós-1888, analisa a incorporação da mão de obra imigrante nas fazendas de café em Piracicaba - zona Central do Estado de São Paulo, comumente chamado de Oeste Paulista – e a forma como se pode exercer sobre a população negra da região tentativas de domínio e de controle.

A historiadora demonstra as formas pelas quais os ex-senhores utilizaram sua influência política e sua autoridade local para manter uma série de mecanismos de controle sobre a mão-de-obra negra, de tal forma a poder mantê-la presa aos trabalhos nas fazendas de cana-de-açúcar da região. Acentua, assim, a coerção moral em relação aos libertos como importante recurso para a *condução* do negro ao trabalho. Na verdade, analisa que, sob a alegação de despreparo dos recém libertos, os ex-senhores – impossibilitados de aderir à alternativa imigrantista – pautaram-se em estereótipos raciais⁶ da época, para instituir uma moral do trabalho nos recém egressos da escravidão.

O próprio termo *vadiagem*, utilizado pela polícia para deter todo e qualquer um que fosse contra os preceitos de *bom comportamento* e, portanto, *bom trabalhador*, deveria ser abrangente, afinal, numa época de grandes transformações dos padrões de sociabilidade e de trabalho, o medo da classe dominante

⁵ Termo retirado do artigo de MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Em torno da autonomia escrava: Uma nova direção para História Social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, v.8, nº16, p.143-160, 1988.

⁶ Sobre o tema, é importante a leitura de SCHWARCZ (2012), SKIDMORE (2012), ALBUQUERQUE (2009). Sobre as visões da alta sociedade republicana e de suas autoridades acerca da população pobre e, por que não, negra, no país, ver: (CHALHOUB, 2001); (RAGO, 1985); (CARVALHO, 1987).

impulsionava-os para políticas e medidas de repressão, sugeridas pelos proprietários; tinham como objetivo “obrigar o liberto a manter um contrato de trabalho, sob pena de ser preso ou pagar multas, caso fosse pego sem o devido contrato assinado por seu patrão”. (TESSARI, 2000, p. 221) Assim, para Tessari, essa repressão marcou o pós-Abolição piracicabano, no sentido da constituição do mercado de trabalho livre.

Lúcia Helena Oliveira Silva, concentrando-se na migração paulista (de ex-escravos e afro-descendentes) para a cidade do Rio de Janeiro, no período de 1888 à 1926, investiga as motivações de negros e negras para trocarem um estado por outro. O que se quer perceber são os motivos que esses personagens levaram em conta ao abandonarem os seus laços de amizade e parentesco. Além disso, perlustrando livros de registros de presos da Casa de Detenção da Corte/Distrito Federal (da, agora, cidade do Rio de Janeiro), desvenda os caminhos pelos quais esses migrantes seguiram para um relacionamento tanto com os habitantes dessa cidade, quanto com as autoridades policiais. Dessa forma, consegue encontrar o reduto dessa parcela da população negra, tanto quanto suas formas de interação social no espaço físico da cidade. Para tanto, além de pensar nos motivos de expulsão que o Estado de São Paulo forneceu, irá refletir acerca dos fatores de atração da cidade carioca. Determina, em sua tese, que a “raça preta” (SILVA, 2001, p. 88) migrou em busca de melhores condições de vida e menor violência. Se a experiência de liberdade proporcionou uma visão de autonomia, quando esses ex-escravos viram na cidade do Rio de Janeiro, a possibilidade de refazer suas vidas, afastando-se das lembranças do cativo, existiu uma reelaboração de representações de mundo, onde a opção pela migração estaria presente. Mas a autora mostra que essa esperança de sociabilidade não se deu sem conflitos, sem impasses, num espaço físico-social onde já havia uma tentativa bem definida de disciplinarização da presença negra e pobre. No entanto, esses atores históricos, pela busca de uma vida independente – que a dinâmica cafeeira paulista não lhes possibilitava – não perderam a probabilidade de criação de estratégias que

**“AQUI ESTAMOS; PARA ONDE VAMOS”: O ENTENDIMENTO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O
PÓS-EMANCIPAÇÃO NO BRASIL**

possibilitassem a realização do desejo de trabalhar movidos por suas próprias escolhas. (SILVA, 2001)

Seguindo caminho paralelo, mas não oposto ao de Lúcia Helena Oliveira Silva, Sílvio Humberto dos Passos Cunha busca relacionar o âmbito econômico ao racismo na sociedade do recôncavo baiano do pós-emancipação. Pensando em “transições”, ao invés de “transição”, traça o debate historiográfico das teorias econômicas brasileiras – que teve como modelo mais radical a teoria da dependência – dizendo que daquela perspectiva pouco se poderia ver a integração total dos ex-escravos a uma nova ordem de progresso capitalista. Ao rechaçar a ideia de anomia social do escravo, afirma, contra o economicismo desenvolvimentista, a incapacidade desse arcabouço teórico em explicar o subdesenvolvimento brasileiro. Assim, Sílvio Cunha leva em conta o racismo, dentro das decisões econômicas, atribuindo uma dimensão política e econômica à ideia de raça. Utilizar-se, como pano de fundo de sua tese, do recôncavo baiano açucareiro no processo de emancipação do trabalho escravo e o seu *porvir* lhe serve de grande apoio. Ao perceber que ali não houve uma real desestruturação do mercado de trabalho, mesmo que não tenha havido imigração para esse local, relaciona – assim como Walter Fraga Filho – a ideia de controle e disciplina do trabalho em relação ao liberto como fator preponderante para a maior, ou menor, exclusão do negro do mercado de trabalho. O interessante desse trabalho é a relação que faz entre aspectos econômicos da produção açucareira e a função do racismo no processo de estratificação da sociedade. (PASSOS CUNHA, 2004)

Ao embasar sua teoria em ideias keynesianas, admite que devem ser ponderados “os nervos e a histeria” (PASSOS CUNHA, 2004, p. 144) na centralidade das condições objetivas da economia. Destarte, com a importância das *condições nervosas* da economia, não pode haver determinismo, afinal o futuro é resultado efetivo das *ações nervosas* humanas. Nesta análise das condições do *mundo econômico* dos ex-escravos, o autor conclui que o espírito racista ex-senhorial da tentativa de manter o controle da mão-de-obra negra existe e marginaliza-o (ora mais, ora menos). No entanto, a noção de racialização nas próprias ressignificações

desses negros os levou a lutar por seus ideais acerca dos lugares sociais que deveriam ocupar; preservando e reelaborando a religiosidade de matrizes africanas e concebendo uma ética própria do trabalho. O negro no pós-abolição, portanto, resiste, o quanto pode, às tentativas, também racializadas, de opressão. (PASSOS CUNHA, 2004)

Como se pode notar, para essa recente historiografia, são as batalhas políticas e raciais do processo de abolição brasileiro que acabam por delimitar a periodização do pós-abolição. Assim, para discorrerem sobre as estratégias cotidianas de negros e negras no mundo livre, necessariamente remetem-se às análises dos tempos da escravidão como uma forma de se pensar o período que querem abordar.

Para Wlamyra de Albuquerque, o processo de abolição é o tempo histórico onde são vivenciados, urdidos e disputados os limites, os “lugares sociais”, da cidadania negra, onde surgem noções de diferenciação racial. (ALBUQUERQUE, 2009, p.40) Em seu livro *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil* - originalmente como sua tese de doutorado, *Exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (Bahia 1880-1900)* -, demonstra os caminhos pelos quais a noção de raça pautou a construção de lugares sociais tanto para negros quanto para brancos.

Descrevendo os conflitos, os medos senhoriais da “preponderância da raça africana no Brasil”, as significações e ressignificações do processo abolicionista, a autora consegue historicizar o conceito de raça, mostrando que a racialização de uma sociedade é fruto de construções sociais historicamente postas. Para tanto, problematiza a memória da emancipação escrava, mostrando que, se por um lado, discursos e representações republicanas existiram, elas entraram em constante conflito com as interpretações da *raça emancipada*. Enquanto abolicionistas diziam vestir os louros da vitória abolicionista, a apropriação da imagem da princesa Isabel como Redentora, por parte da população negra, demonstrou o potencial

**“AQUI ESTAMOS; PARA ONDE VAMOS”: O ENTENDIMENTO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O
PÓS-EMANCIPAÇÃO NO BRASIL**

interpretativo dos ex-escravos e da classe popular conflituoso como o ideal republicano. (ALBUQUERQUE, 2009)

Assim, ao investigar as estratégias de construção daqueles lugares sociais, também analisou estratégias sabotadoras do imaginário *abolicionista* baiano. Desde a convicção do primado branco nas tomadas de decisões políticas, até as ações da Guarda Negra – pensando suas implicações nas questões do Império – constatou que o processo de racialização na sociedade baiana, de fins do século XIX, foi fruto da marcha, dos conflitos e ressignificações abolicionistas, o que acabaram por deixar suas marcas no Brasil pós-emancipação. Em suma, a racialização *à brasileira* acabou por impossibilitar “os homens de cor de verem seus filhos retirados das ‘profundas trevas’ a que a ausência de cidadania os relegou”. (ALBUQUERQUE, 2009, p. 244) No entanto, se é compreensível que o processo de formação da cidadania no Brasil tem íntima ligação com o conceito racialização, essa compreensão não nos basta; é preciso articular os diferentes posicionamentos das elites, da população negra e, quiçá, nacional pobre, para entender os mecanismos forjadores de certos limites dessa cidadania no país pós-abolição. Assim, como ressalta Albuquerque, o processo emancipacionista é um excelente ponto de partida para esse “desvendar” das relações raciais e dos lugares sociais no Brasil. (ALBUQUERQUE, 2009)

Racialização; ponto conceitual importante para uma recente historiografia do pós-1888. É importante ressaltar que para essa nova linha de pesquisa, a lei Áurea não fundou o racismo no Brasil; desde os tempos coloniais e do Império a noção de raça estruturou a hierarquias sociais no país. O que torna intrigante os anos posteriores de 1888 - nesse sentido - são os resíduos que o desmantelamento do escravismo deixou para a dinâmica social da nova sociedade republicana. Como salienta Wlamyra de Albuquerque, se o sistema pós-escravista não inaugurou o racismo, ou ainda, a diferenciação social a partir do critério cor/origem, esse sistema se utilizou daqueles fundamentos para a redefinição de hierarquias sociais, de forma a dar novo significado para antigos binômios, como senhor-escravo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com tudo dito, passemos para algumas considerações finais. Nota-se que para a geração de 2000, o recorte temporal do período pós-abolição tem como critério o processo de decadência do trabalho escravo brasileiro. Disputas em torno de concepções ideológicas sobre trabalho tem seu melhor contexto contado a partir do desmonte escravista. No entanto, esses diferentes conceitos de trabalho foram fortemente influenciados por uma sociedade cada vez mais racializada, já nas primeiras décadas do regime Republicano. É entre agitações urbanas e consideráveis transformações das relações, que uma nova ideologia do trabalho começa a ser elaborada de forma mais persistente. (CHALHOUB, 2001)

Mundos do Medo, do pânico, da violência, mas também de diferentes elaborações de liberdade! Dessa forma, esses trabalhos conciliaram a antiga oposição escravidão versus liberdade. O final do século XIX não pode ser entendido como uma simples e inevitável substituição do escravo (negro) pelo trabalhador livre (branco e imigrante). Agora, deve-se pensar a formação do mercado de trabalho livre como processual, repleta de conflitos, resistências, vitórias e derrotas (AZEVEDO, 1987; CHALHOUB, 2003; MACHADO, 1994) que pautaram os lugares sociais que esses agentes históricos ocuparam. (ALBUQUERQUE, 2009)

As dissertações e teses aqui enunciadas demonstram o quão difícil e complexo foi o processo de moralização do trabalhador e cidadão ex-escravo. Se, por um lado, pensou-se na disciplinarização como tutela, por outro, os cidadãos negros não aceitaram serem tutelados pelo antigo senhor branco. Para tanto, tiveram que estabelecer estratégias de acomodação ou de resistência pautadas em conceitos racializados de cidadania.

Assim, tratar do imediato pós-emancipação, é perceber como se arquitetou um campo de batalha pela construção de memórias racializadas. Como nos mostra Wlamyra de Albuquerque, desde antes da proclamação da República, já depois da abolição, o embate entre monarquistas e republicanos tendeu à caracterização

**“AQUI ESTAMOS; PARA ONDE VAMOS”: O ENTENDIMENTO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O
PÓS-EMANCIPAÇÃO NO BRASIL**

entre ex-senhores (brancos) e ex-escravos (negros). Discursos acerca da conquista ou da dádiva da liberdade acabavam por impregnar noções raciais. Existiam interpretações republicanas que legavam à *raça branca* o carisma de ser a *raça* emancipadora, salvadora e libertadora daqueles constituintes da *raça emancipada*. Na contramão desse discurso, Albuquerque identifica a divergente interpretação de liberdade da Guarda Negra⁷. Ao eleger como *Redentora* a imagem política da princesa Isabel, esses libertos, afirma a historiadora, corroboraram para uma interpretação distinta daquela dos republicanos. Portanto, é nos conflitos entre monarquistas e republicanos, no imediato da Lei Áurea, que se pode notar o embate⁸ simbólico⁹ que pautou a construção dos lugares sociais tanto de negros quanto de brancos na sociedade brasileira. (ALBUQUERQUE, 2009)

Pautando-se na história social da escravidão e do processo de Abolição brasileiro da geração dos anos de 1980-90, os estudos aqui expostos revelam que experiências e lembranças dos tempos do cativeiro também existiram na construção da cidadania do negro no Brasil. No entanto, como podemos notar, são os *significados da liberdade* que buscaram apreender em suas pesquisas. Dessa maneira, a agência de negras e negros na construção da ideia de cidadania e justiça no mundo posterior à escravidão é algo que deve ser posto urgentemente em pauta.

⁷ Para Carlos Eugênio Líbano Soares (1994.), a Guarda Negra, desde os tempos da Corte, teve uma íntima relação com o Partido Conservador. No entanto, para além da comum interpretação de que era o braço violento do partido conservador, Soares interpreta que a relação entre os capoeiras da *Guarda* e o Partido Conservador deu o teor do debate político entre monarquistas e republicanos.

⁸ Em relação às lutas escravas por maior autonomia de vida e de trabalho, é de suma importância o livro de Maria Helena Machado (1987). O elo entre resistência, política e cotidiano do negro e do popular em geral é muito bem delineado por Maria Odila Leite da Silva Dias (1984) e Sidney Chaloub (2001). Chaloub, Gladys Sabina Ribeiro e Martha Abreu Dias também oferecem uma importante contribuição (1985). Outra boa e recente colaboração para o entendimento acerca dos conflitos e do mundo cotidiano pós-emancipação está na coletânea de textos organizada por Elciene Azevedo, Jefferson Cano, Maria Clementina Perreira Cunha e Sidnye Chaloub (2009).

⁹ Para melhor entendimento do conceito dos aspectos simbólicos e de sua dimensão em tais conflitos, é imprescindível a leitura de Karl Monsma (2005). Walter Fraga Filho (2004) também oferece um interessante meio interpretativo das perspectivas alegóricas que essas resistências assumiram.

Sendo assim, podemos voltar aos termos do antropólogo Kabengele Munanga. Perceber o processo de racialização e sua origem na sociedade brasileira é extremamente necessário para que se possa compreender o porquê a sociedade, ainda hoje, acaba por introjetar aquele ideal de branqueamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Proletérios e escravos: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro. *Novos Estudos*, nº21, p. 30-56, 1988.
- ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo: 1888-1988*. Bauru: EDUSC, 1998.
- AZEVEDO, Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites (século XIX)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- AZEVEDO, Elciene; CANO, Jefferson; CUNHA, Maria Clementina Pereira; CHALHOUB, Sidney (Org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo (séculos XIX e XX)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. *Branco e negro em São Paulo*. 3ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHALHOUB, Sydney; Ribeiro, Gladys Sabina; ESTEVES, Martha de Abreu. *Trabalho escravo e trabalho livre na cidade do Rio: vivências de libertos, “galegos” e mulheres pobres*. *Revista Brasileira de História*, v.55, nº8/9, p.85-116, 1985.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- _____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 2003.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4. ed. São Paulo: Unesp, 2007.

**“AQUI ESTAMOS; PARA ONDE VAMOS”: O ENTENDIMENTO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O
PÓS-EMANCIPAÇÃO NO BRASIL**

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3ª ed., São Paulo: Ática, 1978, v. 1.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: história e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, 1870-1910*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2004.

LARA, Sílvia Hunold. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. *Revista projeto História*, v. 16, p. 25-38 27, 1998.

MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. *Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. Em torno da autonomia escrava: Uma nova direção para História Social da escravidão. *Revista Brasileira de História*, v.8, nº16, p.143-160, 1988.

_____. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, São Paulo: EDUSP, 1994.

MONSMA, Karl. *Desrespeito e violência: fazendeiros de café e trabalhadores negros no Oeste paulista (1887-1914)*. *Anos 90*, Porto Alegre, v.12, nº21/22, p.103-149, jan./dez. 2005.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1981.

MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB-RJ, 5 nov. 2003.

_____. “A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil”. Entrevista com. In: *ESTUDOS AVANÇADOS*, 18(50):51-56, São Paulo: IEA/USP, 2004.

PASSOS CUNHA, Sílvio Humberto dos. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade, racismo, economia na transição para o trabalho livre no recôncavo açucareiro (1871-1902)*. Tese (Doutorado). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2004.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SILVA, Lúcia Helena O. *Construindo uma nova vida: migrantes paulistas afro-descendentes na cidade do Rio de Janeiro (1888-1926)*. Tese (Doutorado). UNIVERSIDADE Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2001.

SILVA, Maria Odila Leite da. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco: Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo: Companhia das letras, 2012;

SOARES, Carlos Eugenio Libano. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

TESSARI, Cláudia Alessandra. *Tudinhas, Rosinhas e Chiquinhos: o processo de emancipação dos escravos e os libertos no mercado de trabalho, Piracicaba (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, SP, 2000.

HISTORICIDADE E TEMPORALIDADE NA LITERATURA DE HORROR DE LOVECRAFT

Luis Vieira*

Resumo: O objetivo deste trabalho é realçar a inserção do conto *O chamado de Cthulhu*, de H. P. Lovecraft, em sua conjuntura histórica, em sua historicidade. Demonstrando, desse modo, implicações e relações dessa literatura de horror com o início do século XX, nos EUA, situando-a como um documento histórico tão representativo quanto os produtos das vanguardas literárias. Além disso, são ressaltadas as concepções de tempo presentes tanto no enredo quanto no universo mental da conjuntura histórica vivida pelo autor, influenciando diretamente sua escrita. Por fim, verifica-se que a historicidade e as concepções temporais acerca do conto são indissociáveis, estabelecendo relações fundamentais para a caracterização de *O chamado de Cthulhu* como evidência histórica relevante.

Palavras-chave: Temporalidade; Historicidade; Modernidade; Horror; Literatura.

I) INTRODUÇÃO

“Os homens ficaram atentos e ainda tentavam ouvir quando a Coisa se arrastou, babando, à vista de todos, espremendo sua imensidade verde e gelatinosa pela passagem escura para o ar exterior infecto daquela venenosa cidade de loucura” (LOVECRAFT, 2007, p.136). Esse trecho pertence ao clímax de *O chamado de Cthulhu*, conto de autoria do norte-americano Howard Phillips Lovecraft, escrito em 1926 e publicado pela primeira vez dois anos depois. Nem o estilo e nem a ação denunciam filiação a nenhuma vanguarda. Pelo contrário, as histórias de horror de Lovecraft, em sua época de produção, estavam fora “da forma hegemônica de os escritores da dita alta literatura conceber e executar suas obras e em reproduzir de forma instigante e ousada a nova realidade social” (BEZERIAS, 2010, p.19).

De fato, uma coisa imensa, verde, gosmenta e gelatinosa que se arrasta em direção a um grupo de homens atônitos não parece refletir ou denunciar influências da realidade moderna e industrial dos EUA durante o começo do século XX. Se

* Graduação em História pela Universidade de São Paulo – USP.

pensarmos em uma oposição entre a chamada alta literatura, que reproduz a nova realidade social, e as histórias de Lovecraft, pode emergir a conclusão de que estas últimas se encontram em diacronia com seu contexto histórico. O chamado de *Cthulhu* existiria então como uma excrescência do começo do século XX? Uma manifestação artística completamente descolada de seu tempo?

Vejamos um exemplo de como a chamada alta literatura se exprimia nesse momento. Em 1927, o italiano Fedele Azari bradava num manifesto futurista,

A máquina enriqueceu nossa vida, a máquina multiplicou nossa existência, a máquina destruiu as distâncias, a máquina aumentou nosso padrão de vida. A máquina que nós adoramos com nossa fé entusiasta de precursores e de artistas purificados, libertos de toda influência arqueológica nos libertará da escravidão do trabalho manual e eliminará definitivamente a pobreza e, portanto, a luta de classes (AZARI, 1927 apud BORTULUCCE, 2012, p.260).

Máquina, padrão de vida, pobreza e luta de classes. Aparentemente, diferente de *O chamado de Cthulhu*, o manifesto literário *Por uma sociedade de proteção das máquinas*, situa o leitor no âmago dos conflitos do final século XIX e começo do XX. Um período cuja modernidade se apresenta sob as vestes de,

...grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas; rápido e muitas vezes catastrófico crescimento urbano; sistema de comunicação de massa, dinâmico em seu desenvolvimento, que embrulha e amarra, no mesmo pacote, os mais variados indivíduos e sociedades; Estados nacionais cada vez mais poderosos, burocraticamente estruturados e geridos, que lutam com obstinação para expandir seu poder; movimentos sociais de massa e de nações, desafiando seus governantes políticos ou econômicos, lutando por obter algum controle sobre suas vidas; enfim, dirigindo e manipulando todas as pessoas e instituições, um mercado capitalista mundial, drasticamente flutuante, em permanente expansão (BERMAN, 2006, p.16).

Seria legítimo, portanto, considerar como representativos desse período apenas manifestações artísticas e fenômenos que trazem dentro de si

explicitamente características dessa modernidade em sua positividade? O que dizer então de uma literatura fantástica calcada no mote do horror sobrenatural?

Atentando às transformações mentais que a modernidade engendrou no século XIX, Robert Muchembled aponta:

...para os europeus, empenhados na conquista do mundo e de uma vida melhor graças à ciência e à técnica, surge uma angustiante, mas fecunda, interrogação a respeito da natureza humana. Boa ou má, segundo os filósofos subjacentes, esta motiva, ou não, uma crença no demônio oculto no coração do homem. Além disso, uma poderosa vaga irracional estoura a partir de 1860, ano do aparecimento de duas obras de Eliphas Lévi, *História da Magia* e *A chave dos grandes mistérios*...O ocultismo é posto novamente em moda, durante o último terço do século, pelas inúmeras obras de Lévi e de diversos escritores... (MUCHEMBLED, 2001, p.240 e 258).

Portanto, o irracional, o oculto, é indissociável à modernidade e não a ela deslocada nem necessariamente nega-a, e nem a seus valores tais como, por exemplo, o cientificismo.

A Magia encerra, pois, numa mesma essência o que a filosofia pode ter de mais certo e o que a religião de infalível e de eterno Ela concilia perfeita e incontestavelmente estes dois termos que à primeira vista parecem tão opostos: fé e razão, ciência e crença...a ciência absoluta é a Magia, e esta asserção deve parecer muito paradoxal aos que não duvidaram ainda da infabilidade de Voltaire, este maravilhoso ignorante, que julgava saber tantas coisas porque achava sempre um meio de rir em vez de aprender (LEVI, 1985, p.20).

Lévi não nega o cientificismo e até o enaltece, apesar de apresentar uma concepção pouco ortodoxa do mesmo. De qualquer maneira, não há como considerá-lo extirpado do debate oitocentista sobre o tema. O ano de 1875, quando Lévi morre, é significativo por ter sido o mesmo ano de nascimento de outros dois bons exemplos da inserção do irracional e do oculto na corrente moderna. O primeiro é Aleister Crowley, podendo ser considerado em algum grau um sucessor de Lévi, mas levando a difusão do ocultismo a patamares ímpares, tornando-se um personagem emblemático do fim do século XIX e começo do XX. Descrito pelo periódico britânico *Sunday Express* como “the wickedest man in the world” e tendo o privilégio de ser banido da Itália por Mussolini, Crowley não deixou de ser figura

influyente no segundo milênio¹. Também em 1875 nascia Carl Gustav Jung, principal discípulo de Freud e outro pilar fundamental da, então nascente ciência, psicanálise. Diferente de Lévi e Crowley, Jung acha limitações das ambições modernas de domínio do mundo pela razão, através do próprio desenvolver científico da psicanálise.

Por existirem inúmeras coisas fora do alcance da compreensão humana é que frequentemente utilizamos termos simbólicos como representação de conceitos que não podemos definir ou compreender integralmente...utilizando instrumentos científicos [o homem] pode, em parte, compensar a deficiência dos sentidos...[mas] em um determinado momento há de chegar a um limite de evidências e de convicções que o conhecimento não pode transpor (JUNG, 1989, p.23).

Jung postula um limite não só ao alcance do instrumentário científico, mas da própria consciência humana, além da reafirmar a existência do inconsciente, uma parte da mente humana alheia ao domínio racional. E isso através do próprio desenvolvimento científico da psicanálise. O inconsciente, inclusive, parece encontrar espaço harmônico no questionamento levantado por Muchembled. Em dados momentos, Jung não fica muito distante do campo de experimentação de Crowley e Lévi.

Pode-se perceber a energia específica dos arquétipos quando se tem ocasião de observar o fascínio que exercem. Parecem quase dotados de um feitiço especial. Qualidade idêntica caracteriza os complexos pessoais; e assim, como os complexos sociais tem a sua história individual, também os complexos sociais de caráter arquetípico tem a sua. Mas enquanto os complexos individuais não produzem mais do que singularidades pessoais, os arquétipos criam mitos, religiões e filosofias que influenciam e caracterizam nações e épocas inteiras (JUNG, 1989, p.79).

De forma que mesmo do invólucro místico e irracional ao redor do desenvolvimento de suas atividades, Lévi, Crowley e Jung não podem ser dissociados do contexto social da modernidade.

O presente trabalho, de forma análoga, pretende situar *O chamado de Cthulhuem* sua historicidade moderna do começo do século XX, aproximando seus

¹THE TELEGRAPH. **Aleister Crowley live's.** Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/culture/books/5407318/Aleister-Crowleys-lives.html>. Acessado em 01/06/2013.

pontos nodais das questões e conflitos desse contexto social, apesar da aparente distância entre essas questões e a temática do horror sobrenatural. Além disso, outro objetivo central deste estudo é a verificação de diversas concepções de tempo e suas utilizações como recurso literário incrustadas no conto. Procurar-se-á observar de forma separada uma das outras a aparição dessas temporalidades distintas como forma de realçá-las. No entanto, em sua “organicidade” o conto as mantém dialogando a todo o momento, não sendo totalmente possível essa dissociação em unidades autônomas.

É interessante ressaltar que a possibilidade de Lovecraft lidar com tempos diferentes em sua narrativa, confrontando-os em diversos momentos, se dá justamente pela influência da afirmação da modernidade na forma de se sentir o tempo, “desde que a ruptura revolucionária fez em pedaços o espaço tradicional da experiência, dissociando passado e futuro” (KOSELLECK, 2011, p.82). O tempo como objeto estante e imutável de ferramenta de ordem divina torna-se subjetivo, e por sua realocação como construto social maleável. “De fato, a revolução instaurou um futuro inédito, independentemente do fato deste ter sido percebido como progresso ou catástrofe, instaurando da mesma forma um passado inédito” (KOSELLECK, 2011, p.81). O futuro não é pré-anunciado, mas suscetível a planejamento, assim como o passado pode ser reelaborado em função do presente e do futuro. Quanto ao presente: “o tempo que assim se acelera a si mesmo rouba ao presente a possibilidade de se experimentar...perdendo-se em um futuro, no qual o presente...tem que ser recuperado por meio da filosofia da história” (KOSELLECK, 2011, p.37). As três dimensões desse tempo tornam-se mais elásticas, fecundas de possibilidades e relativizadas perante a mente humana.

II) A HISTORICIDADE DO HORROR SOBRENATURAL DE LOVECRAFT

Em *O chamado de Cthulhu*, o leitor toma contato com um personagem narrador tragado em meio a desconcertantes, perturbadoras e místicas descobertas. O dono da narração não se apresenta pelo nome, mas se diz sobrinho de um importante acadêmico da Universidade Brown Providence, em Rhode Island, cuja especialidade era línguas semíticas. Quando o professor George Angell falece

em circunstâncias misteriosas, o narrador e herdeiro e executor testamentário de seu tio-avô recebe uma caixa contendo um numeroso material coletado sobre um misterioso culto a um ídolo denominado Cthulhu.

O material é composto por anotações referentes a conversas com um policial de Nova Orleans, inspetor Lagrasse, que alguns anos antes havia desbaratado um núcleo do culto na região pantanosa da cidade de Nova Orleans, em meio a um ritual ornado com sacrifícios humanos, e apreendeu uma escultura do estranho ídolo. Uma segunda leva de anotações relatava as conversas do professor com um jovem artista, Wilcox, que o procurara para esclarecer seus estranhos sonhos e acessos de febre, envolvendo estranhos motivos e uma figura monstruosa, cuja réplica feita pelo artista se assemelhava ao ídolo encontrado por Lagrasse.

Munido desse material, o narrador começa a investigar o culto e suas pistas o levam até a Noruega, onde recolhe o relato escrito de Johansen, comandante de um iate que se perdeu numa tempestade, sendo resgatado dez dias depois, tendo Johansen como único sobrevivente, em estado delirante e de posse de uma versão do mesmo ídolo apreendido por Lagrasse e esculpido por Wilcox. Entre a tempestade e o resgate, o relato do marinheiro descreve o confronto com outra embarcação ocupada por adoradores do culto e a entrada em uma estranha ilha onde se deparam com o próprio Cthullu. Johansen também morre em circunstâncias misteriosas antes de encontrar o narrador.

São através desses fragmentos, que o personagem que dialoga com o leitor estabelece conexões e descobre que o culto de Cthullu remete a tempos imemoriais e carrega a verdadeira e terrível origem do planeta e da humanidade, além de revelar que o fim da Terra e dos seres humanos está bem próximo de acontecer.

“No interior da miríade de cenários, mundos e até universos que caracteriza o fantástico, a obra de Lovecraft ocupa lugar de destaque, por sua importância histórica...e representação, ainda que bastante torcida e exótica, do mundo urbano-industrial”(BEZERIAS, 2010, p.20). Visto isso, surgem duas questões: quais são os

HISTORICIDADE E TEMPORALIDADE NA LITERATURA DE HORROR DE LOVECRAFT

aspectos dessa sociedade moderna em *O chamado de Cthulhu*, e por que emergem de forma tão peculiar na ficção de Lovecraft?

Na realidade, são questionamentos indissociáveis, mas para fins de clareza iniciaremos pela segunda indagação. Dessa forma, a pergunta transforma-se em: quem era Lovecraft nos Estados Unidos do começo do século XX?

Os sobrenomes Phillips e Lovecraft remetem a duas famílias aristocráticas tradicionais da Nova Inglaterra, cujas origens remeteriam ao Mayflower, portanto, envoltas no mito dos pioneiros puritanos. Um típico exemplo da primeira aristocracia rural norte-americana. No entanto, o tempo de Lovecraft nessa linhagem é justamente um tempo de transformações traumáticas para esse estrato social.

Sua Nova Inglaterra natal foi sede do projeto puritano de construir uma comunidade baseada em princípios religiosos radicais, projeto cuja longa e problemática execução gerou os Estados Unidos. E a região foi por mais de dois séculos guardiã e refúgio da cultura anglo-saxã protestante. Assim o processo que culminou com a afirmação dos Estados Unidos como potência mundial – a desabalada industrialização da economia, a partir da década de 60 do século XIX, e que no limiar do século XX estava estabelecida – fez antigas famílias e linhagens serem postas de lado pelas novas aristocracias que comandavam a economia industrial e ascenderem ao poder e ao status...Essa substituição de uma elite por outra foi particularmente dolorosa para a Nova Inglaterra, que perdeu importância em inúmeros aspectos da vida norte-americana, e para suas antigas elites (BEZERIAS, 2010, p.25)

Portanto, para Lovecraft, nascido em 1890, seu tempo é marcado pela decadência de sua região e de sua família, processo intimamente relacionado à sociedade industrial. “Seu nascimento e infância coincidiram com a derrocada econômica de sua família...muitas possibilidades oferecidas pela posição social de sua parentela foram bloqueadas de forma traumática” (BEZERIAS, 2010, p.24). De forma que a Lovecraft restou “o papel de espoliado de posição e recursos em nome de uma modernidade imensa e aterrorizante” (BEZERIAS, 2010, p.25). O conflito entre o escritor e a modernidade configurada em urbanização e industrialização atinge seu ápice quando Lovecraft, seguindo conselhos de amigos, tentando se colocar em evidência no mercado editorial muda-se para o grande palco do processo

de mutação moderna, Nova Iorque. É justamente nesse período que escreve *O chamado de Cthulhu*.

Situado quem é o autor frente a seu tempo histórico, resta evidenciar como o mesmo se apropria desse tempo e o representa no conto. Uma primeira característica marcante é a caracterização dispensada à grande massa dos seguidores do culto de Cthulhu presentes em solo norte-americano, presos por Lagrasse, em Nova Orleans.

Inquiridos na delegacia depois de uma jornada de tensão e cansaço intensos, os prisioneiros revelaram-se todos homens de um tipo de mestiçagem muito inferior e mentalmente aberrante. Eram marinheiros, em sua maioria, e um punhado de negros e mulatos, sobretudoos caribenhos ou portugueses de Brava, nas ilhas de Cabo Verde, dava um toque de voduísmo ao culto heterogêneo. Mas não foi preciso muita inquisição para ficar evidente que havia algo muito mais profundo e mais antigo do que o fetichismo negro. Degradadas e ignorantes como eram, as criaturas defendiam, com surpreendente consistência, a idéia central de sua abominável fé. (LOVECRAFT, 2007, p.120)

É bem comum, ao se tratar dessa posição claramente racista de Lovecraft, evocar todas as idiossincrasias da personalidade do autor, tal como sua infância incomum, a relação conflituosa com a mãe e a misantropia que o acompanhou a vida toda. No entanto, insistir nessa explicação baseada no indivíduo é continuar deslocando Lovecraft de seu tempo histórico. A aversão ao elemento estrangeiro nessa época não é exclusividade do autor.

Entre 1870 e 1900, os EUA, em seu impulso industrial, plenamente estabelecido após a Guerra de Secessão (1861-1865), e de desenvolvimento econômico, receberam mais de 20 milhões de imigrantes. “Chineses foram vistos como sujeitos de raça inferior, gente porca e portadora de doenças, os europeus recém-chegados compunham uma massa de camponeses maltrapilhos e ignorantes” (PURDY, 2007, p.153). Portanto, a mesma modernidade industrializada que destruiu o modelo de dominação da antiga aristocracia rural, da qual a família de Lovecraft fazia parte, também era a que atraía o elemento estrangeiro. Os imigrantes, os mestiços, eram um sintoma evidente da inversão de modelo social execrada por Lovecraft e pela antiga elite. Logo, “os membros do culto estão nos

Estados Unidos devido à industrialização e à urbanização, mal-vistas pelos desprestigiados descendentes dos puritanos” (BEZERIAS, 2010, p.65).

A estatueta, ídolo, fetiche, ou seja lá o que fosse, fora capturada alguns meses antes nos pântanos arborizados ao sul de Nova Orleans, durante uma batida a uma suposta reunião vodu, e os ritos a ela associados eram tão extraordinários e repulsivos que a polícia não pôde deixar de concluir que tinha topado com um culto demoníaco totalmente desconhecido e muito mais diabólico do que os mais tenebrosos círculos de vodu africanos (LOVECRAFT, 2007, p.112).

E o parâmetro de medida escolhido por Lovecraft para tornar o culto mais nefasto é a figura africana. Tanto o negro quanto a própria miscigenação são referendados quando o autor situa a localidade do culto em Nova Orleans, cidade muito conhecida pela cultura afro-descendente e de considerável mistura étnica. Desse modo, o palco perfeito e nascente lógica para o que Lovecraft descreve como um culto degenerado.

Considerando a ojeriza do autor a dois tipos humanos, o imigrante proletário e o negro, é possível situar a semelhança da mentalidade de Lovecraft com a de um dos chamados “pais fundadores”, Thomas Jefferson. Morgan repassa o pensamento de Jefferson baseado em duas premissas, a primeira pró-escravidão negra, vendo nesse regime de trabalho a coesão e a estabilidade da sociedade norte-americana não obstante as diferenças sociais entre esses elementos brancos. “A segunda fobia de Jefferson era sua desconfiança contra os trabalhadores urbanos sem terra empregados em fábricas. Na visão de Jefferson, eles eram homens livres apenas nominalmente” (MORGAN, 2000, p.125). Essa liberdade aparente, segundo Jefferson, colocaria em risco a estabilidade do idílico modo de vida dos proprietários rurais, criando principalmente animosidade entre os homens livres.

Entre Lovecraft e Jefferson existe o mesmo apreço pela vida centrada na propriedade rural em pleno antagonismo com uma sociedade industrial – embora no primeiro seja apenas de forma nostálgica, tendo ciência da irreversibilidade do processo de modernização. Ambos são oriundos de um mesmo grupo social, a antiga aristocracia proprietária de terras, implicando em sua aversão a negros e imigrantes um fenômeno de duração considerável. Portanto, é possível levar o

racismo e a xenofobia de Lovecraft para além de uma questão individual, mas ligá-los a uma mentalidade de classe frente a uma inversão social desencadeada pela modernidade.

A lógica de conflito entre ruralismo idílico do passado e urbanismo caótico dominante pode ser observada em outros trechos do conto. Quando o marinheiro Johansen aporta na misteriosa cidade de R'yleh, recém emergida do fundo do mar e morada de Cthulhu, a descrição do local é bastante significativa.

Johansen e seus homens ficaram admirados diante da majestade cósmica daquela Babilônia gotejante de demônios ancestrais, e devem ter imaginado, sem orientação, que aquilo não pertencia a este e nem a qualquer outro planeta são...Sem conhecer o *futurismo*, Johansen chegou muito perto dele ao falar da cidade, pois, em vez de descrever alguma estrutura ou edifício definido, ele se atém a impressões gerais sobre os imensos ângulos e superfícies de pedra — superfícies grandes demais para pertencerem a qualquer coisa normal ou própria desta Terra, corrompidas por imagens e hieróglifos terríveis. Menciono sua referência a ângulos porque sugere algo que Wilcox me disse sobre seus pavorosos sonhos. Ele disse que a geometria do lugar que via em sonhos era anormal, não euclidiana, sugerindo locais e dimensões repulsivosdiferentes dos nossos. Agora, um marinheiro iletrado sentia a mesma coisa observando a terrível realidade (LOVECRAFT, 2007, p.135).

A dimensão alienígena de R'yleh o é de forma substancialmente metafórica, já que parte de suas estranhezas e traços bizarros partem de concepções um tanto terrenas. “Os Grandes Antigos...agentes da perdição da humanidade, só poderiam repousar em uma metrópole feérica, pois suas maravilhas técnicas são uma apologia invertida, negativa, do mundo regido pela técnica, que ferve de contradições e conflitos” (BEZERIAS, 2010, p.65).

A cidade mística é o ápice de uma mudança paisagística que vinha se intensificando desde o século XIX.

Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras conseqüências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de media, que se comunicam em escada cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial que a tudo abarca, em crescente expansão, capaz de um estarrecedor

HISTORICIDADE E TEMPORALIDADE NA LITERATURA DE HORROR DE LOVECRAFT

desperdício e devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade. Todos os grandes modernistas do século XIX atacam esse ambiente, com paixão, e se esforçam por fazê-lo ruir ou explorá-lo a partir do seu interior; apesar disso, todos se sentem surpreendentemente à vontade em meio a isso tudo, sensíveis às novas possibilidades, positivos ainda em suas negações radicais, jocosos e irônicos ainda em seus momentos de mais grave seriedade e profundidade (BERMAN, 2006, p.19).

A menção ao futurismo é bem significativa, retomando a oposição feita na Introdução deste trabalho. Um manifesto como *Por uma sociedade de proteção das máquinas* provavelmente passaria como uma distopia completa sob a ótica de Lovecraft. O que é ode ao progresso iminente, por um lado, é a descrição do colapso e do caos igualmente iminentes, por outro. Essa polarização parece ser típica frente à modernidade do século XX.

Nossos pensadores do século XIX eram simultaneamente entusiastas e inimigos da vida moderna, lutando desesperados contra suas ambigüidades e contradições; sua auto-ironia e suas tensões íntimas constituíam as fontes primárias de seu poder criativo. Seus sucessores do século XX resvalaram para longe, na direção de rígidas polarizações e totalizações achatadas. A modernidade ou é vista com um entusiasmo cego e acrítico ou é condenada segundo uma atitude de distanciamento e indiferença neo-olímpica; em qualquer caso é sempre concebida como um monólito fechado, que não pode ser moldado ou transformado pelo homem moderno (BERMAN, 2006, p.25)

III) UM MITO MODERNO

O chamado de *Cthulhu* possui entre seus elementos mitológicos três que se destacam fundamentalmente, remetendo às características essenciais deste tipo de narrativa em sua forma clássica. Em primeiro lugar, a história remete a tempos imemoriais, indicando narrativas acerca da origem do mundo e da humanidade, papel dos chamados mitos cosmogônicos ou de criação.

Eles adoravam, assim disseram, os Grandes Antigos que viveram muitas eras antes de existirem os homens, e que tinha vindo do céu para o mundo jovem. Esses Antigos já tinham partido, para o interior da Terra e o fundo do mar, mas seus corpos mortos tinham revelado seus segredos em sonhos aos primeiros homens, que criaram um culto que jamais deixara de existir. Aquilo que praticavam era esse culto, e segundo os prisioneiros ele sempre existira e sempre existiria, escondido em desertos remotos e lugares sombrios espalhados pelo mundo até o dia em que o grande sacerdote Cthulhu, saindo de sua tétrica morada na imponente cidade submarina de R'lyeh, emergiria e colocaria a Terra novamente sob seu jugo (LOVECRAFT, 2007, p.120).

Cthulhu os demais Grandes Antigos estão intimamente ligados com as origens do mundo e antecedem a existência da humanidade². Isso enseja a ambientação da narrativa em um tempo a-histórico, mostrando indícios do processo de criação -aspectos centrais do mito do cosmogônico.

Uma das citações mais reproduzidas de *O chamado de Cthulhu* indica explicitamente o patamar a-histórico, e de temporalidade completamente fora das experimentadas socialmente - até por conta da impossibilidade biológica. “That is not dead, which can eternal lie, and with strange aeons even death may die”³. A frase trata essencialmente sobre a capacidade de Cthulhu e seus semelhantes de subjugar a morte. Esse poder impossibilita a paridade entre a experiência temporal desses seres e a humana. Pois, o tempo biológico do homem é determinante na construção de seu tempo social. E entre todas as marcações do organismo, a morte é uma, senão a, mais determinante de todas. Logo, para seres além do cometimento da morte, cria-se uma temporalidade totalmente alheia ao homem, tornando esses mesmo seres incompreensíveis.

Como segundo elemento, a história abarca o destino último e a destruição tanto do mundo quanto da humanidade. Aí, estariam as bases do mito escatológico.

Esse culto não morreria jamais até que as estrelas estivessem de novo em posição e os sacerdotes secretos tirassem o grande Cthulhu de Sua sepultura para reanimar Seus súditos e recuperar Seu domínio sobre a Terra. O momento seria fácil reconhecer pois a humanidade se teria tornado então como os Grandes Antigos, livre, selvagem, e além do bem e do mal, com as leis e os comportamentos morais deixados de lado, e todos os homens, em júbilo, gritando, matando e festejando. Os Antigos libertadores lhes ensinariam então novas maneiras de gritar, matar, festejar, se divertir, e toda a Terra arderia em um holocausto de êxtase e liberdade (LOVECRAFT, 2007, p.122).

De fato, cosmogonia e escatologia são indissociáveis em *O chamado de Cthulhu*. A segunda fecha um ciclo iniciado pela primeira, ao ter como término a re-arquitetura do caos inicial no retorno da dominação do planeta pelos Grandes

² Em outras narrativas posteriores de Lovecraft, conectadas diretamente a *O chamado de Cthulhu*, o autor descreve o papel dos Grandes Antigos na criação do homem, complementando o mito criado neste conto. LOVECRAFT, H. P. **Nas montanhas da loucura**. São Paulo: Iluminuras, 1999.

³ Na edição do conto utilizada neste trabalho, a citação está na página 123. Entretanto, optou-se por utilizar especialmente este trecho em sua forma original por entender que a tradução foge de seu sentido primordial. Sentido este que envolve a questão do tempo.

Antigos. A existência humana, logo a história, figura como mero interlúdio durante o sono desses seres primordiais. Além disso, por mais que o momento do retorno dos Grandes Antigos remeta ao presente no enredo, não deixa de funcionar como uma profecia, portanto, como um vislumbre do futuro. E não de qualquer futuro, mas de um futuro iminente, que na realidade é uma volta ao passado imemorial, construído pelo autor. Neste sentido, há grande semelhança com as narrativas cristãs, mais especificamente com o apocalipse direcionando a existência a um irremediável fim, cuja difusão marcou a própria concepção de tempo humano no período pré-moderno. “A história da Cristandade, até o século XVI, é uma história das expectativas, ou, melhor dizendo, de uma contínua expectativa do final dos tempos; por outro lado, é também a história dos repetidos adiamentos desse mesmo fim do mundo” (KOSELLECK, 2011, p.24).

Num movimento circular, temos o tempo a-histórico, seguido do tempo histórico tipicamente humano, e finalmente a obliteração deste último como fenômeno passageiro para o retorno do tempo a-histórico. A concepção moderna de tempo, principalmente, perde muito sua primazia e sua característica revolucionária de experimentação temporal, pois estaria destinada a sucumbir novamente, e não apenas a uma noção de tempo pré-moderna, mas a uma temporalidade absolutamente a-histórica. Definitivamente, a completa obliteração “[d]o aspecto arbitrário da história [que] cresce paralelamente à sua capacidade de realização...Ambos compartilham da destruição do espaço tradicional da experiência, o qual, até então, parecia ser determinado a partir do passado” (KOSELLECK, 2011, p.57).

Por fim, como terceiro elemento, há semelhança no que se poderia chamar por aproximação de “finalidade” entre os mitos antigos e o *O chamado de Cthulhu*. Por mais niilista que a história de Lovecraft seja, ela é a apreensão de um momento histórico e de como o homem se insere nesse meio, em forma de uma narrativa alegórica. Uma harmonização, na medida em que redimensiona essa experiência de estar no mundo em uma produção compatível a apreensão lúdica do homem⁴. Por

⁴ Não haveria espaço útil neste trabalho para a problematização do conceito de mito. De qualquer maneira, parte-se de uma concepção do papel social do mito próxima de Lúkacs. LUKÁCS, George. **A**

outro lado, “é fundamental revelar a função que esse mito artificial possui: veicular uma crítica violenta e um tanto desesperada ao mundo moderno” (BEZERIAS, 2010, p.27).

Logo, há diferenças consideráveis entre os mitos clássicos e a construção de Lovecraft. “As características dos mitos naturais foram subvertidas por Lovecraft” expressando a sua crítica ao mundo moderno através dessas modificações (BEZERIAS, 2010, p.30). Bezarias denomina o mito lovecraftiano, em oposição aos naturais – clássicos -, como artificial. Todavia, as razões dessas mudanças remetem essencialmente as diferenças entre as realidades históricas diversas de produção desses dois tipos de narrativas – pré-modernas e modernas, basicamente. Portanto, opta-se, com base nesse critério, em chamar a história de Lovecraft de um mito moderno, coadunando melhor esta denominação com a análise de temporalidades.

Uma primeira diferença é notada por Bezarias ao classificar os contos de Lovecraft como “mitos elaborados não por uma cultura inteira reagindo às contingências da história..., mas apenas por ele, o autor” (BEZERIAS, 2010, p.24). No entanto, essa discrepância é próxima de uma característica marcante no processo de modernização social.

O motor oculto desta evolução era a promoção do indivíduo frente ao coletivo, que introduzia uma tensão dinâmica sobre um continente até então fortemente tributário das pressões e das normatizações...Sem desaparecerem, ou mesmo adaptando-se por vezes eficazmente às mutações, estas instâncias se viram cada vez mais contestadas por um verdadeiro culto do Eu (MUCHEMBLED, 2001, p.265).

E essa individualização de largo espectro não é exclusivamente direcionada em traços práticos e objetivos, como na noção autoria de um conto (ou mito moderno). A investigação do inconsciente, área subjetiva por excelência da existência humana, proposta por Jung, mesmo propondo, como visto anteriormente a universalidade dos arquétipos, recaí sobre o indivíduo.

teoria do romance – um ensaio histórico/filosófico sobre as formas da grande épica. São Paulo: Cidades/34, 2000.

Casos como esse ensinaram-me a adaptar meus métodos às necessidades de cada paciente, em lugar de me entregar a considerações teóricas gerais que talvez não se aplicassem a nenhum caso particular. O conhecimento da natureza humana, que acumulei em 60 anos de experiência prática, ensinou-me a considerar cada caso um caso novo (JUNG, 1989, p.65).

E mesmo penetrando no misticismo, renascido no século XIX, o individualismo mostra-se uma potência extremamente difícil de barrar. A mais famosa obra de Crowley, clama claramente, “every man and every woman is a star”⁵. Portanto, abre-se, ao menos, a possibilidade de questionar a concepção de Bezerias, na qual Lovecraft subverteria o mito clássico tornando-o artificial. Outra possibilidade seria a própria transformação dos mitos e das narrativas como objetos históricos, sofrida com o advento da modernidade. Não sendo a subversão um ato exclusivo de Lovecraft, mas uma nova forma social de lidar com essas narrativas. O que remetendo ao social, talvez contivesse a preponderância do orgânico e não do artificial.

As bases do mito de Cthulhu se assentam num panorama extremamente influenciado pela experiência de mundo moderna. Parte dessa influência se expressa na leitura conjunta dos seguintes trechos:

...na costa da Groenlândia Ocidental havia encontrado uma tribo ou culto singular de esquimós degenerados cuja religião, uma curiosa forma de adoração ao diabo, o havia estarecido por seu caráter deliberadamente cruel e repulsivo. A fé era pouco conhecida dos outros esquimós e eles só a mencionavam entre arrepios, dizendo que tinha surgido em épocas terrivelmente primitivas, antes mesmo do mundo existir.

Sobre o culto, disse que seu núcleo devia estar no centro dos desertos intransitáveis da Arábia, onde Irem, a Cidade dos Pilares, sonha oculta e intocada. Ele não tinha qualquer relação com o culto das bruxas europeu, e era virtualmente desconhecido entre seus membros. Nenhum livro jamais se referira de fato a ele, embora, segundo os imortais chineses, houvesse um duplo significado no Necronomicon.

O grosso do que a polícia conseguiu extrair veio de um mestiço muito velho chamado Castro, que alegava ter navegado em portos estranhos e conversado com líderes imortais do culto nas montanhas da China (LOVECRAFT, 2007, p. 114, 123 e 121).

O culto, e, por conseguinte, o mito são globais, desde o início remetente aos tempos imemoriais e seu desenvolvimento em algum ponto da

⁵ CROWLEY, Aliester. **The book of the Law**. Disponível em: <http://www.thelema101.com/liber-al> Acessado em 08/06/2013.

Antiguidade. Entretanto, historicamente, a ideia de uma rede global constituída e articulada, remetendo a Antiguidade, envolvendo etnias separadas por oceanos, é no mínimo anacrônica. Desta forma, essa rede global diz mais respeito ao tempo presente de produção do conto. É uma necessidade do mito moderno para abarcar e ser eficazmente abrangente a essa realidade moderna que se espalha pelo globo, o conecta e diminui suas distâncias. Como uma mensagem percorrendo toda a Terra em alta velocidade, através das redes telegráficas, o mito precisa ter a mesma dinâmica, desde suas origens, para funcionar e provocar efeito nessa realidade. Sobretudo, porque como visto anteriormente, o mito de Cthulhu responde essencialmente a essa realidade do início do século XX.

Logo, o que se opera é uma reconstrução do passado com características do presente, estabelecendo, desse modo, continuidades mais fortes entre os dois. E essas continuidades são fundamentais para a profecia futura proposta pelo mito. A presentificação do passado, em função da construção de um viés futuro, ressalta a priorização dessa última dimensão temporal no conto. A preocupação primordial é o futuro, é a profecia de ascensão de Cthulhu e o retorno dos Grandes Antigos, significando a aniquilação total do mundo. Apesar da releitura do passado dar mais legitimidade a esse retorno, ela por si só não sustentaria a história de horror.

É precisamente o panorama futuro de destruição onde age a tensão. Que o culto secreto tenha agido nas sombras por tanto tempo e visando um objetivo apocalíptico de fato é assustador, mas só é na medida em que esse objetivo se faça cumprir. A própria brevidade com que Lovecraft trata das origens do mundo e dos homens pelas mãos dos Grandes Antigos em comparação com os diversos detalhes acerca da apreensão do retorno, demonstra a preocupação maior com o futuro. Portanto, a maneira típica da modernidade, o tempo presente do conto está priorizando e muito mais próximo do futuro do que do passado. Essa hierarquia das dimensões temporais implica diretamente na abertura de um futuro imprevisível não pré-ditado pela história. “Não se pode mais esperar conselho a partir do passado, mas sim apenas de um futuro que está por se constituir” (KOSELLECK, 2011, p.58). Mesmo havendo a pré-disposição desse futuro tenebroso se repetir aos

moldes do passado dominado pelo Grandes Antigos, a própria concepção desse passado como sendo secreto, é sinal da inviabilidade da história humana. O passado só é valorizado na medida em que foi reconstruído para se assemelhar ao futuro.

A operação de reconstrução do passado, no enredo do conto, portanto, tem grande caráter pragmático para o desenvolvimento da trama e a abertura da perspectiva futura. O futuro e o presente, alvo das críticas de Lovecraft, determinaram essa nova roupagem e articulação do passado. E Lovecraft efetivamente manipula o passado. “É sabido e registrado que a base mítico-artificial do ciclo de Cthulhu seria um amálgama do sumo narrativo de mitos sumérios, egípcios, árabes e gregos...” (BEZERIAS, 2010, p.33).

De forma semelhante, Koselleck afirma que “as categorias da aceleração e do retardamento, evidentes desde a Revolução Francesa, modificam...as relações entre passado e futuro, conforme o partido ou ponto de vista político. Aqui reside o caráter comum entre progresso e o historicismo” (KOSELLECK, 2011, p.59).

O passado, e por consequência a história humana, deixam de conter as respostas do desenrolar dos conflitos no presente e seus resultados futuros. Pelo contrário, agora, muito mais o presente como palco de perspectivas futuras molda o passado em prol de uma legitimação dessas perspectivas. Operação mental típica da modernidade percebida por Koselleck, e manifestando-se como recurso literário em *O chamado de Cthulhu*.

Diante dessas características da mentalidade moderna incrustadas na forma mítica da narrativa de *O chamado de Cthulhu*, percebe-se a possibilidade de chamá-lo de mito moderno. Principalmente, a partir de suas diferenças expressivas com o modelo clássico. No entanto, os elementos clássicos continuam a ser fundamentais na estrutura desse mito, mesmo, ou principalmente, pelo confronto destes com as características modernas. O “funcionamento” do conto como crítica depende desse conflito. A ruptura entre tradição e modernidade, no conto, não é nem pode dessa maneira ser absoluta. O conflito é visível no movimento do mito em “obliterar as mudanças trazidas pelo correr do tempo e as particularidades dos diferentes espaços e lugares do mundo, subjugando tudo a seu relato paralisante” (BEZERIAS, 2010, p.39).

Em suma, “Lovecraft intentou criar uma mitologia cuja força e alcance de seu relato superasse e obliterasse um tempo histórico que ele não aceitava ou apreciava, mas essa criação foi imediatamente capturada pelo tempo em que foi gerada” (BEZERIAS, 2010, p.47). Logo, em um presente e futuro ameaçadores, o escritor se apropria e opões a eles, buscando anulá-los, um modelo de narrativa pretérita. Não obstante, essa forma pretérita é fundamentalmente influenciada em suas bases pelas perspectivas ameaçadoras do presente e do futuro. E nesse embate, nenhuma das frentes efetivamente sucumbe. O resultado, portanto, é que *O chamado de Cthulhu* se situa em uma dinâmica conflituosa entre diferentes temporalidades, de onde advém o poder de sua crítica.

Esta é a tensão que marca o mito: ele sempre carrega em si a marca da historicidade turbulenta que o gerou; é um esforço humano de transformar o que vê como caos do mundo exterior em ordem, e portanto tem em si marcas do tempo e espaço em que foi gerado, ou seja é um produto histórico que portanto possui uma história, ainda que busque anular tempo e história (BEZERIAS, 2010, p.50).

A figura da modernização sem limites, a grande atmosfera do horror de lovecraftiano, tende a abranger não só o espaço, mas também o tempo em sua completude. A cidade de R'yleh é totalmente alegórica para ilustrar essa onipresença temporal.

Imagino que um único topo de montanha, a hedionda cidadela encimada por monólito sobre a qual o grande Cthulhu estava enterrado, emergiu mesmo das águas. Quando penso na extensão de tudo que pode estar germinando naquele lugar, tenho vontade de me matar. Johansen e seus homens ficaram admirados diante da majestade cósmica daquela Babilônia gotejante de demônios ancestrais, e devem ter imaginado, sem orientação, que aquilo não pertencia a este e nem a qualquer outro planeta são. A admiração com o tamanho descomunal da cidade de blocos de pedra esverdeados, com altura estonteante do grande monólito cinzelado e com a estarecedora semelhança entre as colossais estátuas e baixos-relevos, e a imagem bizarra encontrada em um escrínio do Alert, é dolorosamente visível em cada linha da apavorada descrição do contramestre (LOVECRAFT, 2007, p.134).

Tanto Cthulhu quanto R'yleh estavam em repouso no fundo do mar, aguardando o momento descrito pela profecia. É semelhante a descrição do Apocalipse, de onde a Besta emergirá do mar eterno. Eterno por conta de sua imagem imutável e alheio às intervenções e modificações humanas, e, por

HISTORICIDADE E TEMPORALIDADE NA LITERATURA DE HORROR DE LOVECRAFT

consequente, um campo a-histórico. Uma vez acima do nível do mar, é como se essa cidade saísse de sua atemporalidade e penetrasse no presente. Entretanto, sua mera existência transcende sua presença em apenas uma dimensão temporal.

Em sua feição vanguardista, R'yleh se apresenta como futuro ou progressão natural das cidades modernas contemporâneas a Lovecraft. Não esquecendo que o autor não se utilizou gratuitamente do termo futurismo. E nem a própria profecia que configura o tempo presente como porta de entrada para um futuro sintetizado em uma cidade cujas técnicas de construção e arquitetura superam a compreensão de qualquer mente humana.

Johansen e seus homens desembarcaram em um banco de lama inclinado daquela monstruosa Acrópole, e escalaram aos escorregões os titânicos blocos enlameados que não poderiam ser a escada de nenhum mortal. O próprio sol no firmamento parecia distorcido visto através dos miasmas polarizantes que exalavam daquela perversão encharcada, e um misto de ameaça e expectativa, às escondidas, daqueles ângulos loucamente enganosos de rocha entalhada, onde se revelava côncavo a um segundo olhar do que se mostrara convexo a um primeiro (LOVECRAFT, 2007, p.135).

Todavia, se a tecnicidade indica futuro, o material desta construção, conforme a descrição do autor, é essencialmente primitivo, ou natural. Não há sinais de uma transformação mais significativa desses objetos. Nenhuma referência a manufatura ou industrialização desses materiais. Portanto, em sua natureza, a cidade remete ao passado. Assim como o fato de R'yleh ser uma cidade ancestral, que apesar de submersa nas últimas eras, era o centro do planeta quando este estava sob o domínio dos Grandes Antigos. Logo, como se vê, R'yleh habita passado, presente e futuro simultaneamente, em sua simples manifestação de existência.

IV) CONCLUSÃO

Não há como dissociar *O chamado de Cthulhu* de seu contexto histórico. A narrativa de horror fantástico é repleta de elementos sobrenaturais e de extrapolações da realidade. Mas por extrapolar a realidade, partindo dela mesma,

não é de maneira alguma estranha ou antagônica a ela. Está mais para uma forma de mensurar a experiência dessa realidade por um meio alegórico.

Cerca de sessenta anos após a publicação do conto de Lovecraft, o britânico Alan Moore explicou em linhas mais claras a relação, quer simbiótica, quer parasitária, entre uma história de horror e o século XX, através do exemplo de seu próprio trabalho na HQ *Swamp Thing*.

Num século repleto de paradoxos, um dos mais intrigantes é, com certeza, a meteórica ascensão do horror como gênero, na literatura, cinema e até mesmo na música. Tudo isso em um tempo em que cada dia parecemos ficar um pouco mais conscientes dos horrores da vida real, que se revelam à nossa volta. Enquanto os rostos de crianças perdidas nos encaram nas embalagens de leite, notícias sobre o último filme de chacina adolescente estão tomando o quarteirão. Enquanto o vírus da AIDS corre pela sociedade com assustadora facilidade, nascido de uma onda colossal de ignorância e prejuízo, as prateleiras das livrarias dobram-se devido ao peso das pragas e infestações que preenchem as páginas que são obrigadas a suportar – sejam elas pragas de ratos, lesmas, caranguejos ou centopéias, que caracterizam a pior parte do mercado, como nos diz Stephen King em *The Stand*... gostemos ou não, o horror é parte de nossa mídia, de nossa cultura, parte de nossas vidas... a ficção de horror é, de uma maneira ou de outra um dos maiores símbolos do século XX (MOORE, 2002, p.5).

Tendo em vista essa relação próxima entre a modernidade do século XX e o horror fantástico de Lovecraft, desenvolvida na primeira parte deste trabalho, as seguintes enfatizaram a dinâmica dessa literatura. E boa parte dessa dinâmica se dá com relação as experiências temporais na obra. Concepções modernas e tradicionais de tempo se confrontam e se complementam em todo momento. Tempo mítico e história, profecias e prognósticos futuros. Todos esses elementos são componentes e ao mesmo tempo transcendem o conto. E dessa relação múltipla, que varia do choque a harmonização, resulta a organicidade e eficácia da crítica com roupagem de mito – ou vice-versa.

Portanto, referente a temporalidade e sua experiência, *O chamado de Cthulhu*, não só apresenta a coexistência de tradição e modernidade, como depende dela. Não há ruptura absoluta, assim como as experiências temporais pretéritas não são obliteradas pela nova experiência do futuro aberto, da aceleração presente e da distância com o passado.

HISTORICIDADE E TEMPORALIDADE NA LITERATURA DE HORROR DE LOVECRAFT

Formas novas e assustadoras de experimentar o tempo evocam prognósticos terríveis e criaturas inomináveis. Para dominar, ou ao menos mensurar dentro de uma narrativa esse horror, formas como o mito são utilizadas. De fato, um vínculo muito complexo entre categorias que organizamos naturalmente como antagônicas. Mas que sempre evocam uma a outra, geralmente em decorrência de sua insuficiência aos anseios humanos. Uma por não conseguir mais abranger as novas experiência e conjunturas e a outra por não apresentar maiores garantias, gerando grande angústia.

Logo, ao menos nesse universo de Lovecraft, modernidade e seu modo de experiência temporal estão mais para elementos em dialética com suas contrapartes tradicionais do que para fatores que se anulam. Olhando para o conto como um espaço, é possível visualizar manifestações de diferentes tempos. Todas essas manifestações são absolutamente irrevogáveis, pois a subtração de qualquer uma já modifica e descaracteriza o espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar. A aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- BEZERIAS, Caio Alexandre. *A totalidade pelo horror – o mito na obras de Howard Phillips Lovecraft*. São Paulo, Annablume, 2010.
- BISSETTE, Steve; MOORE, Alan; TOTLEBEN, John. *Monstro do pântano – volume I*. São Paulo: Brainstore, 2002.
- BORTULUCCE, Vanessa Beatriz. O Manifesto Futurista 'Por uma Sociedade de Proteção das máquinas' de Fedele Azari. *Revista de Italianística*, v. 19/20, 2012.
- JUNG, Carl G. *O homem e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC -Rio, 2011.
- LEVI, Eliphas. *História da Magia*. São Paulo: Pensamento, 1985.
- LOVECRAFT, H. P. *O chamado de Cthulhu*. In: _____. *O horror em Red Hook*. São Paulo: Iluminuras, 2007.

MORGAN, Edmund S. Escravidão e liberdade: o paradoxo americano. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.14, n°.38, jan./abril, 2000.

MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do Diabo: séculos XII – XX*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.

PURDY, Sean; KARNAL, Leandro; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinícius de. *A história dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

TEMPO COLETIVO EM A DIFÍCIL MANHÃ, DE CASSIANO RICARDO (REDAÇÃO DE 1965)¹**Pedro Augusto Pinto***

Resumo: Comparando uma análise gráfica e rítmica do poema *A difícil manhã* do poeta e ensaísta Cassiano Ricardo Leite com a sua trajetória intelectual e política, o presente artigo pretende extrair o vetor político-temporal, nos termos de Reinhart Koselleck, da produção de Cassiano nos anos do Golpe de 1964, ligando-a a uma problemática pessoal fundamental em sua obra e em sua atuação no funcionalismo público ao longo de 30 anos.

Palavras-chave: Cassiano Ricardo; Instauração Práxis; Golpe de 1964; Estado Novo; Movimento Verde-Amarelo.

Antes de tudo, como sói à história intelectual, uma breve apresentação da trajetória de Cassiano Ricardo Leite (1895 – 1974), de modo a localizar sua produção poética no tempo e no espaço, esclarecer suas relações políticas fundamentais e libertar sua obra do estigma da colaboração com o Estado Novo (1937-1945). Mesmo correta, uma tal abordagem peca por abranger somente parte de sua produção, deixando de lado as diversas fases de sua problemática fundamental que o levou da participação no levante de 1932 e da atividade no gabinete de Armando Salles de Oliveira a uma participação ativa no Estado Novo; paralelamente, sua estética parte do neoparnasianismo de *Dentro da Noite* (1915) e *A fruta de Pã* (1917), passando pelo modernismo verde-amarelo de *Martim-Cererê* (1928) e, em certa medida, de *A marcha para o Oeste* (1940), chegando por fim à lírica introspectiva de *O sangue das horas* (1943) e *Um dia depois do outro* (1947) – virada na obra poética

¹ Redação analisada e outras em anexo.

* Graduação em História pela Universidade de São Paulo – USP.

de Cassiano, segundo a crítica de então² – e aos experimentos de inspiração concreta da revista *Invenção* (1962) e de seu livro práxis³ *Jeremias sem-chorar* (1964). Na constante mudança de seu fazer poético, se manifesta uma relação fundamental com o tempo histórico vivenciado – misto de agudo senso de oportunidade com a proposição pessoal⁴ de uma poesia participativa, engajada nos projetos e acontecimentos de cada período referido –, que como fator permanente será de bastante ajuda na interpretação de seu poema *A difícil manhã*, em sua redação de 1965 dos *Poemas escolhidos* editados pela Cultrix.

Cassiano Ricardo Leite nasceu em São José dos Campos, filho de pequenos lavradores, onde fez seus estudos primários, indo depois estudar em São Paulo e no Rio de Janeiro. A infância, e, ainda, a presença do campo e de um idílio campestre no planalto marcariam profundamente sua obra com um ideário de estado de inocência, perdido, mas recuperável,⁵ por um lado, e por outro com a idealização de uma comunhão nacional realizável a partir desta inocência, que nasce da terra e da história. Nisto talvez se encontrasse a chave para seu neoindianismo (o termo é seu) engajado no movimento Verde-Amarelo, junto a Plínio Salgado, Raul Bopp e Menotti Del Picchia: para eles, o índio – diluído espiritualmente nas bandeiras e no

² “Eis que em 1947, aos cinquenta e dois anos, lança o poeta o livro *Um dia depois do outro*, que tamanha surpresa causou aos que como eu não suspeitavam que em Cassiano Ricardo houvesse um grande poeta encadeado” (BANDEIRA, apud in RICARDO 1955, orelha).

³ *Instauração Práxis* – dissidência surgida, como oposição ao concretismo, em São Paulo em finais da década de 1950 acusando-o de formalismo e de hermetismo. Seu principal nome foi Mário Chamie (1933-2011).

⁴ “Seguir as fases de Cassiano Ricardo é percorrer a série de pontos-chaves que lastreiam os nossos movimentos poéticos, as nossas instaurações e algumas problemáticas válidas. É, principalmente, percorrer os sulcos das técnicas e linguagem que adotou, as quais brotam de um centro e formam a sua circunferência. Esta antologia oferece o exemplo da equidistância em que o poeta se mantém em relação a si mesmo e à poesia modernista, qualquer que seja o tema que costuma frequentar” (CHAMIE, in RICARDO, 1965, p. 12).

⁵ Não à toa suas memórias acabarão, e não começarão, com o relato da infância. Alguns de seus versos, *A flauta que me roubaram*, reforçam esta interpretação do *topos* da infância em sua obra:

“Era em S. José dos Campos
 no tempo em que não havia
 comunismo nem fascismo
 pra nos tirarem o sono.”
 (RICARDO, 1965, p. 60.)

Brasil moderno, numa “eucaristia de sangue”, segundo Plínio Salgado (apud in MORAES 1978, p. 133) – seria a verdadeira brasilidade a ser recuperada e instituída.⁶ Advogado por formação, trabalharia toda a sua vida em cargos politicamente importantes, embora nunca como protagonista: passou pelo Partido Republicano Paulista, pela campanha de Armando Salles de Oliveira, pela redação do jornal estadonovista *A manhã* e, posteriormente, com a volta de Getúlio Vargas, junto a Embaixada Brasileira em Paris. Fez parte da Academia Brasileira de Letras, onde divulgou o Modernismo, premiando obras de Cecília Meireles e advogando, por exemplo, a polêmica entrada de Monteiro Lobato.

O fim do Estado Novo o afastaria em definitivo das questões políticas brasileiras – mas não da sociologia histórica, em sua obsessão pelos bandeirantes e pelo Padre Anchieta –, e concluiria uma transformação radical na sua poética, que já se esboçava em 1943 com *O sangue das horas*. Seu próximo livro, *Um dia depois do outro* (trazendo também no título a permanente problemática *temporal, individual e cotidiana* que passaria a ter), seria saudado pela crítica com os seguintes termos:

Oswald de Andrade

O novo livro de versos de Cassiano Ricardo, *Um dia depois do outro* é tão forte e significativo que desloca a partida de xadrez da poesia brasileira. É como se um valor novo adviesse. E esse valor vem do fundo da geração de 22.” (ANDRADE, apud in RICARDO, 1955, orelha).

Manoel Bandeira

Em 1947, com a publicação do livro *Um dia depois do outro*, surpreendeu-se a crítica diante da quase total renovação de Cassiano Ricardo: como que este, debruçando-se sobre si mesmo, tivesse descoberto fontes mais

⁶ Mais correto obviamente é falar na idealização do índio, ainda que não despida de extensos estudos de documentos dos sécs. XVI e XVII e da língua tupi, diferindo bastante da do Romantismo. Trata-se de uma construção *político-mitológica*, uma narrativa histórica reificada e, portanto, despida de tempo, passível de repetição e continuidade *ad infinitum*. Tais ideias ficam bem claras nas visões de Cassiano sobre o bandeirismo, que teria um limite no espaço, mas não no tempo, estendendo-se até os seus dias. Apesar de romper intelectualmente (continuariam grandes amigos) com Plínio Salgado quando da articulação do Integralismo, ambos se identificariam no que Eduardo Jardim chama de “abordagem intuitiva” da brasilidade, oposta ao espírito analítico de um Mário de Andrade ou de um Sérgio Buarque, que permitiria ao artista ou intelectual simplesmente *sentir* uma “essência brasileira” eterna e onipresente, dispensando críticas e, por conseguinte, se identificando com projetos autoritários nacionalistas. (MORAES, 1978)

profundas de sua inspiração. Poesia desencantadamente pessoal, de um tom muito diverso dos livros anteriores: rosa que ‘floriu atrasada’, mas, talvez por isso mesmo, com as melhores formas, as melhores cores e os melhores aromas de todo o jardim (BANDEIRA, apud in RICARDO, 1955, orelha).

A nação, e, com ela, o cromatismo exuberante e a mitologia histórica neoindianista desaparecem da superfície. Resta o poeta da “triste figura”, questionando, um dia depois do outro, *Onde a fraternidade / quando tudo é dialética?* (RICARDO, 1965, p. 61) – explicitando mais uma vez o agudo senso de oportunidade do autor, uma necessidade de se engajar com a atmosfera de seu tempo ante a falência do projeto antiliberal brasileiro, que apoiara.

O poema que será aqui analisado pertence a esta segunda fase, depois de algumas transformações ulteriores em sua poética: por se afastar da vida política nacional, passa a se engajar cada vez mais com a divulgação e institucionalização do estudo da poesia no Brasil e principalmente em São Paulo, usando seus privilégios de imortal. Nesses esforços, acaba se encontrando e dialogando com o então ainda jovem grupo dos Concretos, a quem defenderá abertamente (numa perspectiva de continuidade histórica de renovação) no seu ensaio *22 e a poesia de hoje* (1962). Aproximar-se-á particularmente do opositor-dissidente Mário Chamie, escrevendo, em 1966, também um ensaio intitulado *Poesia Práxis e 22*. Seu livro *Jeremias sem chorar* (1964) seria profundamente marcado pelas experiências dessa vanguarda poética, em cujos ensaios podemos encontrar as seguintes palavras:

e) a atitude temática converte o objeto de um poema em “coisa” sobre a qual o poeta aplica fórmulas e/ou formas pré-determinadas; a atitude problemática trabalha com áreas de levantamento;
(...)
g) o poema, fruto de uma atitude temática, implica numa leitura passiva; o de uma atitude problemática, numa leitura ativa;
h) o tema reifica o poema, transformando-o em coisa; o problema transforma-o em energia;
(CHAMIE, 1974, pp. 44-45)

Assim, podemos passar à análise do poema propriamente dito sabendo que em sua própria concepção uma leitura por assim dizer estruturalista ou hermética está descartada de antemão; que o poema, pela própria trajetória do autor e pelo seu fazer poético de então, visava uma relação duplamente vetorial em relação à

sociedade que o consumiria: uma relação *problemática*. E a problemática específica deste poema será o *tempo futuro e sua construção*. A *área de levantamento*, então, se seguirmos o conceito de Mário Chamie, será feita de expressões temporais, de guerra e de esforço físico, contaminando-se mutuamente na criação de um tempo de tensão, de insatisfação e de esforço.

A tensão temporal se dá já desde o título, em que uma ideia natural por excelência, ligada a ritmos fundamentais do mundo, é adjetivada em termos não de contemplação ou de sentimentalismo (a bela manhã; a triste manhã etc.) mas de *realização*. Uma manhã que é difícil, e portanto desvinculada de qualquer naturalidade, de qualquer obviedade. Em suma, é humanizada e relativizada, a um só tempo, gerando uma dupla tensão temporal: a primeira pela adjetivação do natural, a segunda pelos aspectos simbolicamente óbvios da palavra *manhã*: tradicionalmente relaciona-se a luz, a vida, a aurora, e pode-se lembrar corretamente do lugar comum “aurora de um novo tempo”,⁷ uma imagem de esperança. Mas todos estes atributos humanos da palavra *manhã* estão travados pela palavra *difícil*, como um obstáculo concreto a um sonho aéreo. A *manhã* é possível mas é difícil. Há, portanto, uma *humanização do tempo natural* e uma *objetificação do tempo humano*, ao que se soma uma expectativa fundamental, devida à ciclicidade imanente a uma *manhã* que todavia é emperrada, difícil.

Os primeiros versos só farão enfatizar tais ideias. A primeira palavra do poema é *Quando*, e a cisão rítmica do primeiro verso, marcada pela vírgula e pela assonância simétrica no *a* nasal, dará a ele a função de pêndulo angustiado – o pêndulo entre o *quando* e o *não*. Dá-se aí também uma negatividade fundamental que percorrerá todo o poema: a *manhã* que não se quer, a *manhã* cotidiana. De fora, a constante junção fônica do artigo com o substantivo (*a manhã / amanhã*) tem uma enorme força sugestiva – e neste primeiro verso especialmente, já que inserido

⁷ Na antologia *Meu caminho até ontem* (1955), na página *Do autor*, encontramos na lista dos livros em preparo o título *A difícil aurora*, que se tornará *A difícil manhã*.

na atmosfera de interrogação posta de largada pelo *quando*. Quando a manhã? Não amanhã. Reforça-se, assim, a urgência desta difícil manhã.

O verso seguinte traz o desenvolvimento da desnaturalização da manhã que, por hábito, é inútil, chega tarde. Há aí também uma artimanha rítmica: a monotonia mecânica gerada pelo intervalo de acentos de duas sílabas (*que chêga sêmpre târde*), enfatizada pelo uso do presente simples (ideia de repetição), pelo advérbio *sempre*, pela expressão coloquial *chegar tarde* – tudo logo oposto pela irregularidade rítmica do verso seguinte, que só se firma no sufixo futuro de *chegar* especificado na expressão *à tarde*, universalizando a manhã em todos os ciclos naturais e humanos, no verso seguinte, e libertando esta aurora universal de qualquer determinação convencional, portanto presente. Será a manhã de qualquer hora – e qualquer pode significar tanto “toda”, “não importa qual”, como “simples”, “sem especificidades”, “comum”, ideia enfatizada ao correr do poema. Por hora o verso seguinte vai mais longe na caracterização absolutamente liberta desta manhã, que será despreendida de toda determinação celeste (podendo indicar, neste caso, tanto Deus quanto os ciclos naturais, sobre os quais ela já vinha se sobrepondo) e de toda determinação mecânica calculada, desumanamente humana, que se subscreve, na disposição gráfica, à frase *não obedece ao céu*, se seguindo na mesma coluna gráfica à frase simples *O relógio*. Tem-se, assim, uma pirâmide invertida, indo desde o céu até o relógio do eu lírico do poema, com um vasto hiato branco separando as determinações maiores deste pequeno marcador, ao qual, todavia, apontam. Isolada num canto, ressoa a pergunta: *virá?*, sintaticamente falando uma conclusão do que vem sendo elaborado desde o começo do poema – o que reforça ainda mais, na extensão da frase que termina com uma interrogação, a expectativa por esta libertação do tempo determinado – mas constituindo, por sua disposição gráfica, uma espécie de retorno ao chão, uma dúvida incerta, pequena e isolada depois da longa especulação acerca da natureza deste fenômeno do tempo. Mas não se sabe se ele virá, criando uma tensão entre o presente, factual e por isso mesmo errado, e o futuro, correto mas incerto, idealizado. Neste conflito, finalmente se coloca o eu lírico, em cuja mente se dão semelhantes expectativas e angústias: ele é meramente o sujeito do bolso. Mas em

seu bolso um relógio comprimido, como um ser vivo, frágil e voador, soluça angustiado – não sabemos se de pura tristeza, se de descompasso (o soluço é um desajuste entre o diafragma e a respiração), ou de afobação. Há também aí um artifício rítmico: se nos versos “O relógio” e “em meu bolso” o acento recai sobre a terceira sílaba, justamente no do meio ele recairá com intervalos de duas (“solûça cômoo um pássaro”), criando uma ansiosa e quase cardíaca disparidade entre o momento do pássaro que soluça e os outros dois, triviais, do relógio e do bolso, num indivíduo que, pequenino como sua pergunta, se questiona sobre o advento da manhã.

Passamos à segunda parte: ela se abre, mais uma vez, com as determinações pressupostas para esta manhã. E todas elas partem de uma *negatividade*. Podemos enxergar nesta definição, de recusa ao presente, a busca pela moderna aceleração do tempo de que tanto fala Koselleck: na medida em que o futuro se abre, e o passado não engloba as nossas experiências, o presente só se faz necessário conquanto ponte, acesso a uma realização ainda localizada no porvir.⁸ E o poema o define negativamente, mais uma vez com requintes da ansiedade (“Não a manhã / não amanhã”) que exige no hoje a construção do tempo futuro: a sucessão de *não* e *mas* resgata um tenso movimento pendular, em que a segunda batida sai sempre mais curta, mais seca, mais impaciente.

Primeiro vem uma negação da natureza na manhã, que se confunde não por acaso com uma ideia, por assim dizer, romântica, classicamente lírica – uma manhã burguesa, pitoresca, orvalhada, rosada, uma *rosadada* –, em prol de uma manhã irrigada não mais pelo céu, mas pelo corpo daqueles que a construirão. E não sem sacrifício, como indica a palavra *conquistada* e principalmente a *chorada*, bem enfatizada, com espaço em branco ao lado (ausência de antecedentes? perda?), e

⁸ “(...) a nova consciência de época, desde o final do século XVIII, caracteriza-se pelo fato de o próprio tempo não ser mais experimentado apenas como fim ou como começo, mas como um tempo de transição. (...) A expectativa que depositam no tempo que está por vir está em proporção inversa à experiência que lhes falta”. (KOSELLECK, 2011, pp. 288, 296)

entre parênteses. Mas também se pode pensar que este choro seja de fato apenas um parêntese na construção desta manhã tão ansiada, já que logo em seguida somos lembrados que ela não será de alguns, mas de todos, amenizando as perdas possíveis.

Também nestes versos se pode observar uma progressão rítmica, dos primeiros *Não a manhã*, mais monótonos, para os segundos *mas a manhã...*, acelerados pelo adiamento da tônica, opondo a criação da manhã aos tediosos lugares comuns de um presente insuficiente.

Como se disse, a manhã não será de alguns, mas de todos. É a manhã *coletiva*, graficamente justaposta, como uma comparação, a esta manhã de alguns, à qual não se refere o sonho do eu lírico. É a manhã que será *conquistada / palmo a palmo, verticalmente*, ou seja: se lembrarmos da sobreposição de planos – o céu, o relógio, o eu –, veremos tratar-se da conquista de *temporalidades sobrepostas*, numa guerra de simultaneidades que conspiram, todas, contra o indivíduo isolado, mas a partir da qual ele se integrará ao mundo coletivo. Uma guerra tão paciente quanto profunda, como enfatiza a desaceleração operada no verso *pálmo a pálmo, vèrticalmênte*, misto de marcha militar com os toques de algum trabalho minucioso.

E começa a contagem, numa mistura pausada, esforçada de cronômetro e calendário (cada dia equivale a um segundo), no plano vertical. O primeiro dia de espera – Dia 2 – é maiúsculo, justamente pela ansiedade com a qual o advento da manhã é exigido. É o dia de maior angústia, mas, como sói à História de futuro aberto, sua expectativa não será cumprida. Ela então se arrefece em dois dias normais, minúsculos e numéricos, constituindo a diluição da espera no cotidiano (talvez o próprio ritmo de *palmo a palmo*), até a chegada do telegrama.

Ainda um outro caminho pode ser feito: pela disposição gráfica, as palavras *Dia* e *Um* se alinham na mesma coluna, com um espaço branco separando-os, marcando a simultânea precisão e indefinição deste dia distante. A palavra *último* no mesmo verso que a palavra *Um* não deixa dúvidas: o dia é um e é último, ou seja, é único e incalculável. *Dia* e *telegrama* assim se confundem – ou, numa leitura linear destas linhas, o telegrama é o último dia daquela sucessão cotidiana, paciente de 3 e 4 –, e somos subitamente transpostos a uma guerra, possivelmente a mesma guerra

onde o eu lírico carregava o seu pássaro-relógio soluçando pelas manhãs, tardes e noites de negação e de atraso. A guerra, ou melhor, a *frente de batalha* é o campo onde as temporalidades se embatem e se confundem para além das capacidades compreensivas do pequeno eu lírico. Mas numa epifania em forma de *telegrama* (mensagem cifrada, símbolo da redução de distâncias e até da internacionalização das comunicações, vinda de alguém que não conhecemos, mas que comunga com o eu lírico, integrando-se a ele no tempo e no espaço) lhe chega a notícia: num movimento vertical, conciliando o “céu e o relógio”, a manhã finalmente atinge as mãos – é concreta e palpável. E são *nossas mãos*, ao contrário do bolso no momento de angústia, que era só *meu*. Ou seja: a realização da ansiedade individual se dá com um pronome coletivo.

Por fim podemos pensar nesta *manhã de hoje*. Por um lado, literalmente, temos uma ênfase completa ao tempo de agora, o único tempo da ação possível, a despeito de toda a expectativa. Isso é reforçado se lembrarmos que o poema começa justamente com a palavra *Quando* para terminar com *hoje*. Mas, por outro lado, lembremos quantas vezes não foi sugerida, por justaposição, a transformação de *a manhã* em *amanhã*, e teremos assim uma visão um pouco mais rica deste tempo de hoje. Para além dele, temos o *seu amanhã*, num futuro-presente claramente aberto, a ser conquistado verticalmente, palmo a palmo, com suor, independentemente dos céus e do relógio.

A especificidade desta redação, dentre as duas outras aqui apresentadas, está justamente na combinação da enorme expectativa da redação de 1960, com a grandiloquência imagética envolvente, e até entorpecente da de 1950. Para além do maior requinte formal, que adquiriu em pelo menos cinco anos de trabalho intenso com as vanguardas poéticas de São Paulo, era qualidade reconhecida em Cassiano Ricardo – depois da publicação de *Um dia depois do outro* – o seu incessante trabalho de renovação, muitas vezes sobre o mesmo poema, reescrevendo-o e redescobrimo-o de diversas formas. Mas não é porque Cassiano Ricardo não mais se envolveria com a política que esta deixaria de existir, e a data de 1965 é bastante significativa, principalmente em se tratando de um artista egresso das vertentes

mais autoritárias do modernismo e, por outro lado, aberto admirador de Getúlio Vargas, tanto o ditador quanto o petebista. Se em suas memórias, de 1970, achamos um capítulo inteiro dedicado à figura do gaúcho (*O Getúlio que eu conheci*), assim como páginas sobre a Revolução de 30 e a Revolta de 32, não achamos uma linha sequer sobre o Golpe militar de 1964 – sobre o qual diversos escritores e políticos da sua geração escreveriam, independentemente da postura que adotassem, em suas memórias e diários, dada sua incontestável relevância. Tal silêncio estratégico – podemos supor sem riscos que Cassiano estivesse buscando conscientemente, já desde finais da década de 1940, dissociar a sua imagem da de intelectual do Estado Novo – é discreta e brevemente rompido no final do capítulo em que fala sobre o “Grupo Bandeira”, um breve movimento político de intelectuais que se opunha ao comunismo e ao fascismo, e que seria posteriormente cooptado aos ideais do Estado Novo:

Depois, entretanto, quando as coisas começaram a tomar um rumo inaceitável, o Estado Novo (sem o saber) adotou o caminho previsto pela “Bandeira” que estava certa, originalmente certa, optando por uma democracia brasileira, típica, baseada na justiça social. Não é outra a diretriz seguida, hoje, no Brasil. Ela se funda no princípio da autoridade, como garantia para o exercício da liberdade. Nada mais presente, nos nossos dias, do que o programa da “Bandeira”. (RICARDO, 1970, p. 115)

Estas linhas, publicadas em 1970, foram escritas não somente depois do golpe que derrubou João Goulart, mas também depois da série de Atos Institucionais⁹ que culminaria no de nº 5. Podemos, todavia, explicar um tal silêncio com o receio da censura, dada a enorme dívida que Cassiano tinha para com Getúlio Vargas e o claro repúdio que os militares tinham pela figura do presidente gaúcho – de fora, seu livro de memórias seria financiado com o Fundo de Cultura do Estado de São Paulo, então governado pelo biônico Abreu Sodré. Mas equacionando as linhas citadas

⁹ A título de elo entre as duas ditaduras, é interessante lembrar que o mecanismo jurídico do Ato Institucional foi criado justamente por Francisco Campos, autor da Carta de 1937, com quem Cassiano Ricardo compartilhou, durante o Estado Novo, os sentimentos antiliberais.

acima com sua trajetória intelectual, não é difícil imaginar o seu apoio a um governo progressista e pregador da conciliação de classes, ainda que através da força. Como explicar, então, a criação de semelhantes versos, aparentemente díspares em relação à realidade de então e à mentalidade essencialmente autoritária do autor? Cabe lembrar que *A difícil manhã*, na versão aqui analisada, não aparece sozinha na antologia da Cultrix, mas incluída em uma série de nome *Canto incivil* – diversos poemas de teor profundamente político, dentre os quais um homônimo onde se leem os versos *Basta estar vivo / para ser subversivo / (ou subservivo)*, poemas de título *João sem terra*, *A degolação dos inocentes*, *Enterro de pobre*, entre outros (RICARDO, 1965).

A explicação passa em primeiro lugar pela admiração que o autor confessa, em seu ensaio *Poesia Práxis e 22*, pelo fenômeno dos violões de rua (RICARDO, 1966) – poesia política panfletária, de orientação de esquerda, bastante praticada na década de 1960 – justamente pela sua obrigatória aproximação do povo. Um pouco antes desta defesa, ao fazer uma análise e um elogio da forma como Práxis se opõe ao Concretismo e seu formalismo hermético e socialmente alienado, Cassiano busca justamente apresentar o seu trabalho no grupo verde-amarelo como um trabalho socialmente engajado, oposto às aristocracias do café e à cultura de salão. Chega a citar “o discurso de Getúlio, na Universidade, reconhecendo e proclamando a identidade de 22 – social e economicamente – com a revolução política que, afinal, ele pôs em prática no setor do trabalho e da produção, na fase reformista do seu governo” (RICARDO, 1966, p. 105). Assim, o que podemos concluir do poema *A difícil manhã*, a partir de seu contexto social e autoral, é uma curiosa continuidade de seu autor, em situações tão distintas, na idealização de um *tempo coletivo*, que, na medida em que perde o suporte real de continuidade mítica do Estado Novo – Cassiano identificava em Getúlio Vargas a figura do líder das bandeiras, no século XVII, realizando a mesma missão histórica de *marcha para o oeste* – passa a ser transferido, na sua obra poética, para planos religiosos ou simplesmente pessoais, agora tratados não mais em termos de fundação e continuidade, mas em termos de cisão: o indivíduo que busca uma *comunhão acabada*, um tempo de integração com

seus semelhantes. Se sua mentalidade política, próxima aos ideários fascistas de 1930, se esgota com a queda do Estado Novo, seu problema poético fundamental continua, transferindo-se, simplesmente, do passado mítico idealizado e estendido *ad infinitum*, para um futuro que ainda não se realizou, mas que está nas mãos das novas vanguardas poéticas, possivelmente, realizar historicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAMIE, Mário. *Instauração Práxis II – textos e documentos críticos de 1959 a 1972*. 1ª Ed. São Paulo: Quíron, 1974.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado*. Trad. Vários. 1ª Ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2011
- MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.
- MOREIRA, Luiza Franco. *Meninos, poetas & heróis: aspectos de Cassiano Ricardo do modernismo ao Estado Novo*. 1ª Ed. São Paulo: Edusp, 2001.
- RICARDO, Cassiano. *Meu caminho até ontem*. 1ª Ed. São Paulo: Edição Saraiva, 1955.
- _____. *Poemas escolhidos de Cassiano Ricardo*. 1ª Ed. São Paulo: Cultrix, 1965.
- _____. *Poesias completas*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.
- _____. *A difícil manhã*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.
- _____. *Viagem no tempo e no espaço: memórias*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- _____. *Poesia Práxis e 22*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966.
- _____. *A marcha para o oeste*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.
- SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política 1964-1969”. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello*. Trad. Berilo Vargas. 1ª Ed. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

ANEXO

A difícil manhã (1965)

1

Quando a manhã, não a manhã
que chega sempre tarde,
mas a que chegará à tarde,
à noite, a qualquer hora,
porque não obedece ao céu
 nem ao relógio,
virá?

 (O relógio
soluça como um pássaro
em meu bolso.)

2

Não a manhã, orvalhada,
mas a manhã suada
 (chorada)
Não a manhã de alguns
 mas a de todos.

Não a manhã dada, rosadada,
mas a conquistada,

palmo a palmo, verticalmente.

Dia 2

dia 3

dia 4

Um telegrama, o último
da frente de batalha:

“caiu em nossas mãos
a manhã de hoje.”

A manhã que conquistamos ao inimigo (1950)

As horas caem sobre nós verticalmente
como chuva secreta.

As crianças dormem sob os arcos-de-triunfo
que são os viadutos.

Publicam os jornais

fotografias de homens magros, e de rosto comprido
que tombaram à porta das casas.

A pedra é o travesseiro em que sonha o futuro.

O que disputamos já não é um palmo de terra,
o último que ficou fora do mapa.

É a manhã, é o direito de um dia seguinte.

O que disputamos é a hora,

e, assim mesmo, a hora que cai verticalmente;

já não é o horizonte,
 já não é o espaço outrora indefinido
 onde todas as coisas florescia sem mágoa.
 O antigo espaço que nos dava a sensação do infinito.
 O que disputamos
 é a estrada que vai ter ao céu, nesta terrível luta
 perpendicular.
 O que disputamos
 já não é um lugar ao sol, é a manhã ensanguentada –
 caminho rubro para o acontecer.

É o número de ordem numa fila de pão.

Dia 3.

Dia 4.

Dia 5.

Um telegrama, o último da frente de batalha
 nos diz: caiu em nossas mãos a manhã de hoje!

A difícil manhã (1960)

Vontade de mandar lembrança
 a alguém que não conheço.
 Que mora atrás do mundo espesso.
 Onde a árvore da esperança
 ficou sendo minha antípoda.

ABOLIÇÃO BRITÂNICA: PARADIGMAS E HISTORIOGRAFIAS**Pedro Giovannetti Moura***

Resumo: O presente artigo visa introduzir o leitor ao amplo debate historiográfico sobre a Abolição Britânica. Apesar de seu início no Século XIX, foi somente com a publicação de "Capitalismo e Escravidão" de Eric Williams, em 1944, que o debate ganhou suas feições atuais: a polarização entre a visão historiográfica estruturalista, da qual é Williams seu grande precursor contrapor-se-ia à perspectiva culturalista que buscava no humanitarismo Britânico a causa central para explicar a Abolição. Para atingir tal intento, o artigo analisa de forma comparativa quatro livros: "The American Crucible" de Robin Blackburn, "Abolição: uma História da escravidão e do antiescravismo" de Seymour Drescher, "Os Jacobinos Negros" de Cyril Lionel Robert James e o já citado "Capitalismo e Escravidão" de Eric Williams.

Palavras-chave: Abolição; Historiografia; Colônia; Escravidão.

Quando, em 1944, Eric Williams publicou sua obra "*Capitalismo e escravidão*", o autor estava criando um novo paradigma de análise da escravidão do Novo Mundo e também inaugurando um debate historiográfico cuja duração se estenderia até os dias atuais.

Debate este que será o tema desse estudo, o qual buscará proporcionar uma síntese da historiografia sobre a Escravidão e, principalmente, entender os diferentes pontos de vista existentes acerca de sua abolição, cujas datas diferem em diferentes partes do mundo, focando-se principalmente em quatro autores: o já mencionado Eric Williams, Cyril Lionel Robert James, Seymour Drescher e Robin Blackburn, os quais, apesar de estarem distantes de abarcar a totalidade desse debate, apresentam um importante rompimento de modelos pré-existentes (nos dois primeiros casos) e uma nova abordagem (nos dois últimos), abordagens estas que, apesar de radicalmente distintas, representam uma síntese e um acréscimo de duas linhas de pensamento conflitantes.

* Graduação em História pela Universidade de São Paulo – USP.

Como já dito, a obra de Eric Williams apresentou um rompimento de paradigmas de análises pré-existentes, representados principalmente pela chamada Escola Imperial Britânica, cujos ícones foram J. R. Seeley e R. Coupland.

A Escola Imperial Britânica tratou-se da primeira tentativa historiográfica de explicações sobre escravidão e abolição separada de interesses imediatistas; antes da Escola Imperial o debate era conduzido por proprietários e "anti-proprietários" que encontravam na produção histórica um meio de lobby visando seus interesses. J. R. Seeley, em 1883, inicia o debate trazendo à tona o atualmente conhecido conceito da predisposição climática dos africanos ao trabalho nos trópicos; R. Coupland, em 1933, vai além, explicando a abolição britânica, em 1833, como sendo fruto exclusivo de um humanitarismo britânico. Aliado à concepção comteana progressista da humanidade, teriam então os britânicos um fardo, o chamado fardo do homem branco, de levar seus progressos humanísticos às nações mais atrasadas, não civilizadas.

Tanto o discurso de Seeley como o de Coupland são reflexos e contribuem como contexto da época de expansão europeia; uma nova explicação não poderia surgir no meio europeu, envolvido quase em sua totalidade com um imperialismo expansionista.

Retornamos assim ao começo do estudo: em 1944, com Eric Williams, nascido em Trinidad e Tobago e graduado em Oxford. O conteúdo de seu livro é a primeira parte de uma resposta caribenha ao método interpretativo então vigente.

Esquemática, a obra de Williams soa como um manual, o que de fato não constitui uma mentira, apesar de seu atual reconhecimento em meios acadêmicos. Escrita por um caribenho que mais tarde tornar-se-ia primeiro ministro de seu país, a obra estava envolvida em um forte contexto político de independência antilhana. Assim, o livro funcionou como uma espécie de manual para ativistas do movimento independentista caribenho, inclusive ao próprio autor.

Talvez, explicar a obra seja possível valendo-se de três eixos-chave, tendo em Marx o ponto de partida para estes. Em um primeiro momento, Williams vale-se da interpretação do racismo funcional, isto é, que o racismo seria fruto de uma questão de classe, contrariando assim Seeley, que com sua teoria climática deixava claro o

conceito de raça. As duas demais teorias são um ataque direto às premissas culturalistas de Coupland. Explicando a escravidão sob um prisma econômico, Williams a considera, principalmente através do estudo do tráfico negreiro, amplamente exercido pela Inglaterra no século XVIII, o meio central à acumulação primitiva de capital, fundamental para a adoção de uma política de créditos e conseqüentemente ao desenvolvimento da Revolução Industrial. Daí temos a relação que nomeia o título de seu livro, isto é, a escravidão como instituição base à formação do capitalismo.

O último aspecto analisado pelo autor foi a abolição da escravidão, em 1833. Segundo Williams, a Revolução Americana tornou o Caribe Inglês um empreendimento insustentável à metrópole, pois além de serem as treze colônias fornecedoras de artigos de suma importância à manutenção do Caribe Inglês, dentre os quais destacavam-se pescados, principalmente o Bacalhau salgado, que passou a ser livremente negociado com o Caribe Francês, tornando a produção do açúcar de São Domingo (principal colônia francesa) ainda mais barata do que a do Inglês; o monopólio comercial tornara-se, assim, inviável do ponto de vista metropolitano, sendo defendido apenas por lobby de senhores de escravos absenteístas, os quais gozavam de grande influência no parlamento britânico.

A extinção do monopólio comercial tornou-se de vital importância à metrópole. Dar-se-ia assim uma ordem de ataque: primeiro o fim do tráfico, seguido do fim da escravidão e do fim do monopólio.

Em 1807, a Inglaterra, visando uma queda econômica de São Domingo, grande produtora francesa e sofrendo com a pressão dos senhores de suas colônias mais antigas, tais como a Jamaica e Barbados, os quais não queriam seus produtos competindo com os produtos das colônias recentemente incorporadas ao Império britânico com a Guerra dos Sete Anos, Guadalupe e Martinica, nem com os brasileiros, cubanos e estadunidenses, suspende o tráfico escravo.

A segunda etapa, o fim da escravidão, marca o choque entre comerciantes, defensores da instituição escrava e industrialistas, que viam no fim da escravidão um meio de enfraquecimento do poder dos senhores caribenhos, visando sempre a quebra do monopólio. Assim, no décimo primeiro capítulo da obra, temos um

ataque direto a Coupland, quando Williams associa as petições abolicionistas aos interesses industrialistas, sendo por estes patrocinados. O silêncio sobre a distribuição de terras, sobre os produtos estadunidenses, brasileiros e cubanos (produzidos por escravos), além do racismo contra os negros, seriam, na visão do autor, argumentos que determinariam o caráter central da abolição: econômica, não humanitária; as manifestações da sociedade civil inglesa não passariam assim de mera hipocrisia.

No capítulo seguinte, Williams, após praticamente ter terminado seu livro, marcado por um forte economicismo, menciona as revoltas escravas de Barbados, em 1816, de Demerara, em 1823 e da Jamaica, em 1831, como fator importante na abolição. Contudo, será em C.L.R. James que, adiante, veremos a participação escrava de forma mais esmiuçada no processo de abolição.

Por fim, a terceira etapa deu-se em 1846, com o fim do monopólio comercial Britânico com as Índias Ocidentais, permitindo dessa maneira aos industrialistas que aplicasse a ideologia de livre mercado.

Inicialmente, a obra de Williams não foi sequer mencionada nos meios acadêmicos, principalmente nos ingleses, já que desconstruía a ideia do humanitarismo britânico, dando a estes um papel de opressores na escravidão, não de libertadores, como pleiteava-se. Contudo, seu sucesso posterior inaugurou uma série de debates, os quais estender-se-iam pelo século XX. As críticas foram diversas e serão analisadas adiante, usando-se como principal expoente Seymour Drescher. Entretanto, impossível é terminar essa breve análise da obra de Eric Williams sem mencionar sua importância.

Além de inaugurar um debate vivo até hoje no meio historiográfico, Williams foi responsável pela construção de um conceito chave, inclusive para a historiografia brasileira: o de Sistema Atlântico. Colônia e metrópole estariam relacionadas através de vínculos assimétricos de poder em um sistema que visava o lucro da segunda. No Brasil, temos sobretudo em Fernando Novais essa transposição do conceito de Sistema Atlântico do Caribe para o Brasil.

Publicada anos antes, em 1938, temos a obra de Cyril Lionel Robert James, "*Os Jacobinos Negros*". Amigo de Williams, James viveu com este na Inglaterra, onde

participou de grupos políticos trotskistas, anos antes de ir à França trabalhar em sua tese central: a Revolução Haitiana.

Inicialmente, salta aos olhos do leitor a forma de escrita de James, radicalmente distinta da de Williams. Se no segundo temos um cunho esquemático, no primeiro destaca-se a escrita mais narrativa, o que reflete também os distintos caminhos tomados por esses dois importantes autores. Enquanto Williams, como já dito, seguiu o meio acadêmico e tornou-se mais tarde o primeiro ministro de Trinidad e Tobago, James foi sempre um militante político envolvido com as causas do pan-africanismo.

Diferenças à parte, as quais demandariam um trabalho mais específico de estudo comparativo entre as obras dos autores, temos na obra de James um complemento à de Williams, já que, apesar de publicada anos antes, pode-se dizer que ambos os estudos foram produzidos no mesmo período.

Iniciando a obra com um relato contundente da escravidão e percorrendo as planícies de São Domingo, James proporciona um ótimo trabalho de síntese dos acontecimentos revolucionários. Apesar do protagonismo escravo em sua revolução e em sua luta por seus próprios destinos, James valeu-se da dialética marxista, assim como Williams, para explicar a revolução de São Domingo como uma consequência natural das contradições e tensões sociais. Contudo, duas importantes diferenças são notadas. A primeira delas é a questão racial. Apesar de sua interpretação marxista do racismo como uma consequência essencialmente da luta de classes, James não deixa de considerar a questão racial como um importante componente revolucionário. A questão dos mulatos como uma força de tensão em uma sociedade extremamente racializada quanto a sua divisão é constantemente abordada, como quando se tem dois focos de revolta, um, mulato, liderado por Rigaud e outro, negro, liderado por Toussaint. O papel dos brancos pobres como fator de tensão também é abordado pelo autor.

A segunda diferença para Williams está na participação das massas no processo revolucionário. Enquanto este, em seu livro, menciona o papel das massas para abolição da escravidão em apenas um capítulo - acrescentado de última hora pelo autor, James, ao longo de seu livro, apresenta uma atuação direta das massas no

processo revolucionário mesmo sem partido revolucionário e que, apesar de tratar de um episódio diferente, contém um posicionamento radicalmente distinto do de Williams.

Por fim, vale também citar a busca de James por tornar a Revolução Haitiana um fenômeno aceito e próximo ao europeu. Primeiramente, isto se deu com o próprio título de sua obra e seu significado ao longo desta. Ao colocar os escravos como combatentes que buscavam pertencer à Nação Francesa e chamá-los de jacobinos, o autor os está aproximando do mundo europeu. E, ao retratar o líder revolucionário - Toussaint L'ouverture - como um líder que visou sempre o contato harmonioso entre brancos e negros, o autor buscou quebrar o paradigma de que fora a revolução um genocídio branco.

Em 1977, Seymour Drescher publicava sua primeira manifestação nesse debate com a publicação de "*Econocide*". O desenho de sua obra já é suficiente para o entendimento de seu ponto teórico chave. A obra de Drescher consiste em uma compilação de assertivas de Williams, seguidas por comentários críticos seus. Em uma de suas críticas, o autor alega que após 1790 temos o zênite do tráfico britânico. Logo, sua abolição consistiria um suicídio econômico.

Em 2009, foi publicada a mais recente obra de Seymour Drescher, "*Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*". David Eltis e seu conceito de não escravização de sua própria comunidade e Roger Ansrey e sua teoria da participação das seitas anglicanas batistas e metódicas parecem ter sido os dois pontos de partida do autor. Assim como a Escola Imperial, Drescher assume a abolição como uma manifestação culturalista. No entanto, para isso, vale-se de novos conceitos e críticas ao modelo puramente econômico de Williams.

A primeira parte de seu livro apresenta em seu título ("A extensão") o mecanismo pelo qual o autor se valerá para defender sua teoria. A escravidão seria, segundo Drescher, uma instituição perene, isto é, presente desde a Antiguidade até a era Contemporânea, além de universal. E, ao trazer uma estruturação cronológica de seu livro, o autor não só falará brevemente das escravidões antigas, como abordará a escravidão branca no Magreb, tão forte como a atlântica e o retorno da

escavidão com os regimes totalitários do século XX, em especial o caso soviético-comunista e o caso alemão-nazista.

Seria então a Inglaterra apenas mais uma a praticar a escavidão, apresentando, contudo, uma importante diferença em relação às demais sociedades escravistas: a existência de uma esfera pública em sua sociedade. O caso do escravo James Somerset é então amplamente abordado. Escravo de um proprietário virginiano, ao visitar a Inglaterra, James Somerset tem contato com abolicionistas britânicos que, valendo-se do direito segundo o qual quem pisa na Inglaterra torna-se livre (oriundo do direito consuetudinário inglês), instruem o escravo a lutar por sua liberdade. O caso ganha então um contorno público, com espaço em jornais, participação de associações voluntárias e petições públicas. James Somerset é então absolvido por Mansfield, juiz do caso.

A sociedade civil inglesa explode então em diversas manifestações e petições públicas pelo fim do tráfico, tendo inclusive as mulheres papel fundamental não só na assinatura de petições, como também no boicote à compra de produtos cuja origem era o trabalho escravo. Além delas, merecem destaque, segundo o autor, as seitas Quaker, grandes contestadoras da instituição escrava.

A existência de uma esfera pública, que não poderia surgir em um país com ligações ao Mediterrâneo - por tratar-se de um espaço com a escavidão latente -, levou a Inglaterra a uma transformação cultural, que propiciou uma autoanálise moral da sociedade. E foi justamente essa autonomia em relação ao Estado que proporcionou a contestação da escavidão na Inglaterra. A escavidão é universal, segundo Drescher, já sua contestação é fruto de uma sociedade com o caráter essencialmente burguês, contrariando assim totalmente a teoria de Williams, segundo a qual os ideais burgueses não só foram os responsáveis pela escavidão, como não tiveram participação em sua abolição, a qual teria um sentido exclusivo de lucro¹.

¹ Daí entendemos a escolha de Drescher de falar em escavidão nas sociedades totalitárias do século XX, sociedades estas desprovidas de autonomia pública, liberdade característica de sociedades burguesas.

Para provar sua teoria, Drescher vale-se de uma análise empírica dos lucros obtidos pelos ingleses com o tráfico de escravos e, como já dito anteriormente, esse lucro estava em seu ponto máximo. Aproximadamente 60% das vendas de escravos era conduzida por ingleses, mais da metade do açúcar era por eles produzido também. Além disso, foram os Estados Unidos o segundo país a abolir a escravidão, graças também às suas premissas culturais, herdadas dos ingleses. A pressão sobre os brasileiros e cubanos pelo fim do tráfico foi impulsionada, assim, exclusivamente por valores morais.

Entretanto podemos nos indagar: e a Revolução Americana? E a Revolução Industrial? E a participação das massas haitianas? A primeira não teve nenhum papel de fato, pois o panorama escravocrata não se alterou. Já a Revolução Industrial é citada apenas em uma única passagem do livro pelo autor, justamente ao criticar quem a defende como determinante para a abolição. O caso de São Domingo influi significativamente no processo abolicionista, segundo o autor, porém de forma negativa. O genocídio branco que foi a Revolução de São Domingo e seu radicalismo retardaram o processo abolicionista; a Dinamarca aumentou suas importações escravas e a Inglaterra respondeu com a tomada do Rio da Prata, importante porto comercial escravo no atlântico sul.

Apesar do fracasso que foi a revolta de São Domingo, temos em outras duas revoltas importantes acréscimos à batalha antiescravidão. Em Demerara, em 1823 e na Jamaica, em 1831-2, temos revoltas lideradas por missionários brancos, com destaque para os batistas na Jamaica. A resposta dos proprietários foi brutal: deram-se verdadeiros massacres nas revoltas, tornando a luta desses escravos liderados por missionários uma *cause célèbre*. É, contudo, importante notar a diferença entre essas revoltas para a de São Domingo, pois as segundas, lideradas por missionários brancos, não foram massacres contra os brancos proprietários de terras.

Dessa forma Drescher considera a escravidão como uma característica universal e perene do ser humano, já o caso inglês, de existência de uma sociedade civil, constitui uma exceção, sendo os valores burgueses de liberdade, desenvolvidos nessa sociedade com vida própria em relação ao seu Estado, os

precursores dos direitos humanos. Com o pico do sistema econômico escravista coincidindo com a época abolicionista, contraria a tese de Williams da abolição como sendo puramente econômica; com a análise empírica das assinaturas das petições em massa, demonstra que essas não foram apenas assinadas por industrialistas, mostrando assim uma participação massiva da sociedade, não restringindo-se então a abolição a uma questão de classe.

Se em Seymour Drescher temos uma revitalização da perspectiva culturalista de R. Coupland e um ataque a Eric Williams, marxista, Robin Blackburn se insere nesse debate ao aproximar-se de Williams, dando uma nova roupagem à obra do autor.

Escrito em 2011 "*The American Crucible: Slavery, Emancipation and Human Rights*"² é a obra mais recente do autor e, também, na que talvez melhor possa se visualizar o posicionamento de Blackburn.

Assim como em Drescher, iniciaremos a análise de seu livro com o título de sua primeira parte: "Plantation and Empire". A instituição plantation deu-se com a formação dos impérios Britânico e Francês no além-mar e tratava-se da instituição básica de domínio dessas metrópoles no Novo Mundo; a primeira parte mostra assim, de forma expressa em seu próprio título, a relação entre os conceitos de *imperium e dominium*³ nos impérios de plantation.

A especificação da escravidão inglesa e francesa é o componente chave de análise da primeira parte do livro. Se em Drescher temos por objetivo primordial demonstrar a universalidade e perenidade da escravidão, em Blackburn temos esse posto ocupado pela diferenciação das escravidões.

A escravidão britânica e francesa diferiu-se, em primeiro lugar, das antigas (gregas e romanas, por exemplo). Enquanto estas tratavam de uma dominação local, proporcionada por uma conquista, o tráfico negreiro proporcionou uma migração forçada em números sem precedentes na história. Em segundo lugar,

² "Cadinho americano: Escravidão, Emancipação e Direitos Humanos" (Tradução livre).

³ A relação entre os conceitos de *imperium e dominium* foi expressa pelo historiador Anthony Pagden, segundo o qual o primeiro tratava-se da soberania política sobre determinado território e o segundo tratava-se do direito de propriedade de determinado local. PADGEN, Anthony. *Peoples and empires: A short history of European Migration, Exploration, and Conquest, from Greece to the Present*. New York: Random House, 2001.

Blackburn responde diretamente a Drescher no que tange à escravidão islâmica. Esta distinguia-se da europeia por ser uma escravidão essencialmente militar, não agrícola; logo, a mobilidade social era maior nessas sociedades.

Por fim, o autor estabelece uma diferenciação entre as próprias escravidões europeias: de um lado, temos a escravidão barroca (portuguesa e espanhola); de outro, está a escravidão de plantation (francesa e inglesa). Enquanto na primeira o número de manumissões era maior, sendo assim a racialização não usada como um componente de dominação social, na segunda temos uma escravidão que valia-se das diferenças raciais para o exercício da dominação - as manumissões nos Impérios franceses e britânicos eram raríssimas. Assim, se em Portugal, por exemplo, temos uma proporção de um escravo para um negro livre para um branco, na Inglaterra e na França temos uma pequena elite local que controlava uma imensa maioria de trabalhadores negros, valendo-se de uma estrita diferenciação racial.

Nesse ponto, Blackburn apresenta um importante complemento à obra de Williams. Se para este o racismo tratava-se apenas de uma questão de classe, Blackburn nos mostra como este era usado para proporcionar uma exploração negra, visando sempre uma maior lucratividade, pautada em uma animalização do escravo. Este era dividido em bandos de trabalho, segundo sua idade e força. Na época de colheita, o trabalho dava-se também de noite e as jornadas chegavam a incríveis 18 horas diárias.

Na segunda parte de seu livro, Blackburn retoma a questão chave de Williams: a escravidão como uma instituição que proporcionou uma acumulação primitiva de capital para o desenvolvimento da indústria. Para tanto, Blackburn observa que a escravidão era 50% mais rentável do que qualquer outro negócio; o erro de Williams foi sua restrição à análise apenas do tráfico em seu consagrado paradigma do comércio triangular, excluindo dessa forma o lucro propiciado pelas plantations. Assim, a instituição como um todo fora responsável pela construção de reservas financeiras, fundamentais para a doação de uma política creditária, fator determinante à Revolução Industrial.

Se, contudo, era a escravidão uma instituição extremamente rentável ao governo inglês, por que a abolição? É nesse ponto, talvez, que reside a grande

qualidade da obra de Blackburn. Se até então estudamos autores que buscavam um caminho para sua explicação, desvalidando os demais, em Blackburn temos uma congruência de diversos fatores como responsáveis pela queda da escravidão, além de uma análise de causa e efeito muito mais desenvolvida, dando aos acontecimentos uma ligação entre si.

Deram-se mudanças. Em primeiro lugar, na mentalidade do homem europeu. Pela primeira vez na história a instituição escrava não era vista de uma forma natural ao ser humano. Rousseau e sua ideia do bom selvagem, a reimpressão da obra do dominicano Las Casas - contestador das atrocidades europeias em terras do Novo Mundo - e principalmente a sociedade civil inglesa, com a discussão do caso James Somerset em uma esfera pública, a participação de seitas anglicanas como os metodistas e batistas, acrescidas de ações de seres humanos, como Clarkson, cujo mérito é reconhecido até mesmo por Williams (que chamara a sociedade civil inglesa de hipócrita), fomentaram um contexto no qual críticas, em primeiro lugar ao tráfico, começaram a surgir.

Em segundo lugar, temos a Revolução Americana. Esta propaga ideais de liberdade, patriotismo, economia autossuficiente e existência de uma sociedade civil, as quais encorajam um verdadeiro arco de revoluções na América Latina, das quais uma em especial alteraria os rumos da escravidão: a Revolução Haitiana, que ocupa o terceiro e mais importante posto, na visão do autor, nessa série de mudanças.

Blackburn oferece, em primeiro lugar, uma interpretação marxista da Revolução, considerando-a um estágio natural da sociedade capitalista, aproximando-se assim de James e considerando-a ela própria a verdadeira criadora dos Direitos Humanos modernos.

Nesse ponto temos mais uma oposição do autor a Seymour Drescher. Se para este, os Direitos Humanos são criados na sociedade inglesa, a única genuinamente com valores burgueses até então, Blackburn transfere essa autoria às massas de São Domingo. Isso se deve ao fato de ter sido a Revolução - a luta das massas - a extensão dos direitos da Revolução Francesa para todos; apesar de anacrônica a

utilização desse tipo de conceituação para essa época, ela é, na visão do autor, a única forma de explicação aceitável para os eventos.

As Revoluções na América Espanhola, então em curso, radicalizaram-se com a Revolução em São Domingo, devido a um aparato ideológico e também militar proporcionado pela Revolução Caribenha. Nos Estados Unidos, por sua vez, o efeito é justamente o inverso: é o de temor. Temor pela chamada "haitianização", isto é, que os fenômenos de São Domingo se repetissem na sociedade estadunidense.

Além disso, a Revolução trouxe consequências à Inglaterra também. Derrotada no Caribe, como descrito no livro de James, o país perdeu sua grande chance de tornar-se uma potência escravista, que teria se dado em caso de sucesso na invasão de São Domingo, maior produtora mundial de açúcar. Com isso, a Inglaterra passou a buscar uma nova estratégia para o domínio mundial, encontrando na luta abolicionista uma nova bandeira, a bandeira de um capitalismo moral⁴.

Apesar de tais mudanças no panorama mundial, segundo Seymour Drescher, a instituição escrava atingia o pico de sua produtividade na época da abolição. Por que então os ingleses foram adiante na abolição? Segundo Robin Blackburn, os dados empíricos de Drescher carecem de uma análise mais profunda. De fato, o lucro era maior, mas qual o motivo? Segundo o autor, técnicas modernizadoras do plantio, como uma maior variedade de produtos plantados, não esgotando o solo, a mecanização da agricultura e um maior desenvolvimento agrícola foram os fatores responsáveis pelo aumento do lucro, fatores estes que independiam do trabalho escravo.

Além do mais, Blackburn retoma a teoria de Williams, afirmando que os ingleses viviam um novo contexto, mais dinâmico, para o qual, o monopólio era um atraso aos interesses econômicos ingleses.

O novo contexto dinâmico mundial, a política do conflito de classes (expressa na Revolução Haitiana) e as formas pré democráticas de pressão são, segundo

⁴ Essa ideia é melhor definida pelo autor Christopher L. Brown em seu livro *Moral Capital: Foundations of British Abolitionism*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.

Blackburn, os conceitos chave para compreendermos sistematicamente a abolição da escravidão.

Ora, os argumentos acima referidos nos trazem à tona uma constante luta dialética entre os atores históricos: fazendeiros x comerciantes no que tange à questão do monopólio, escravos x senhores na política do conflito de classes e da liberdade burguesa às custas de uma acumulação exploratória. Nesse ponto, talvez principalmente, Blackburn retoma a obra pioneira de Williams: sua principal ferramenta metodológica é a teoria marxista que, com uma roupagem própria utilizada pelo autor, torna-se seu mecanismo chave para explicar a abolição.

Dessa forma, por meio da análise das obras desses quatro autores, notamos a tendência em relação ao debate em explicar a abolição de duas formas distintas: de uma perspectiva marxista, sendo assim resultante das próprias contradições do sistema capitalista, e de uma forma culturalista, para a qual a existência de uma campanha abolicionista, apenas possível em uma sociedade civil cuja existência se desenvolve à parte do Estado, foi o principal fator do término da escravidão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLACKBURN, Robin. *The american crucible Slavery, Emancipation and Human Rights*. Londres: Verso, 2011.
- BROWN, Christopher L. *Moral Capital: Foundations of British Abolitionism*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2006.
- DRESCHER, Seymour. *Abolição: uma história da escravidão e do antiescravismo*. Primeira edição: 2009/Tradução: Antonio Penalves Rocha. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- JAMES, Cyril Lionel Robert . *Os jacobinos negros*. Primeira edição: 1938/ Tradução: Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo editorial, 2010.
- PADGEN, Anthony. *Peoples and Empires: A Short History of European Migration, Exploration, and Conquest, from Greece to the Present*. New York: Random House, 2001.
- WILLIAMS, Eric. *Capitalismo e escravidão*. Primeira edição: 1944/Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TODOROV, Tzvetan (1983). *A Conquista da América. A Questão do Outro.*

São Paulo, Ed. Martins Fontes.

RESTALL, Matthew (2006). *Sete Mitos da Conquista Espanhola.*

Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

Por Ariane Larocca e Pedro Henrique Fernandes*

A Conquista da América. A Questão do Outro, de Tzvetan Todorov tem, como mote, a questão da alteridade, analisada do ponto de vista moral, através da narrativa e análise do que considera “uma história exemplar” (TODOROV, 1983, p. 4). A perspectiva não é, pois, a de um historiador, mas de um moralista, preocupado, antes de tudo com o presente. Este presente, no caso, é o ano de 1982, quando a obra foi publicada, época em que o tema da percepção do outro era de extrema relevância dentro da conjuntura geopolítica e socioeconômica: a cortina de ferro já apresentava rachaduras aparentes, a Comunidade Europeia estava em construção, e havia um abismo que separava o Primeiro do Terceiro Mundo. A Europa próspera construía sua unidade apartada das graves crises que assolavam os países latino-americanos, quase todos emergindo de ditaduras militares que os haviam sufocado por décadas, e mais distante, ainda, das nações africanas, muitas delas emancipadas em tempo recente, outras em processo de descolonização, e praticamente todas enfrentando guerras civis, cujos contornos eram de genocídio, dentro de um contexto de escassez total de alimentos, que havia criado um continente onde, literalmente, morria-se de fome.

É com o objetivo precípua de fomentar o diálogo sobre a questão da alteridade na época coeva que Todorov ergue sua tese sobre o desconhecimento do outro pelos espanhóis, ao narrar a descoberta da América e sua conquista; mas não só: vê no ano de 1492, com a chegada de Colombo ao solo americano, um mundo que era constituído de partes que não formavam o todo, fechar-se em sua totalidade. É, também, o encontro que contém a quintessência de seu tema de

* Graduação em História pela Universidade de São Paulo – USP.

análise: desde priscas eras, os europeus sabiam da existência da África, da China e da Índia, por exemplo, de forma que o encontro entre eles não se deu num contexto de surpresa absoluta, ao contrário do que ocorre em relação às populações indígenas mesoamericanas, onde a estranheza é completa. Os espanhóis nada conhecem sobre os índios: este é, pois, um encontro exemplar e, assim, axiologicamente paradigmático.

A este valor, soma-se outro, de causalidade direta, posto que a identidade presente ocidental¹ foi anunciada e mesmo fundada com a conquista da América. “Somos todos descendentes diretos de Colombo, e é nele que começa nossa genealogia” (TODOROV, 1983, p. 6), proclama o autor.

Todorov utiliza, como *corpus* documental, um conjunto de documentos produzidos pelos conquistadores e/ou pelos missionários espanhóis, como cartas e diários, dentre outros. Entretanto sua leitura não é a de um historiador, mas a de um linguista, um semiótico: analisa as formas discursivas, as omissões, a linguagem e a apreensão do mundo indígena a partir do olhar europeu. Realiza, portanto, um estudo sobre o discurso, não fazendo qualquer crítica interna às fontes.

Aliás, sua metodologia estrutural linguística, muito próxima à de um etnólogo, busca entender, em sua completude, os conjuntos mentais organizados e orgânicos tanto dos indígenas, como dos espanhóis; entretanto, desconsidera qualquer método historiográfico ao sustentar seus argumentos. Antes, de antemão, já revela que não busca a verdade, mas um exemplo: levanta questões que não levam ao conhecimento do verdadeiro, mas do verossímil, sustentando que, para a história das ideologias, o que realmente importa é a possibilidade da recepção do texto por seus contemporâneos e que o autor acredite em suas próprias palavras. Adota esta perspectiva, descartando a noção de falsidade da informação ou fato relatado no documento: sua mera existência comprova sua verossimilhança: e, à sua análise discursiva meramente moralista é o que basta.

O livro é dividido em quatro capítulos, que correspondem às fases sucessivas

¹ O termo “ocidental” é usado pelo autor para designar o Primeiro Mundo, que, embora englobe os EUA, refere-se, no texto, basicamente à Europa, e é neste sentido que deve ser compreendido.

da relação entre o “eu” e o “outro”, isto é, faz uma história desconstrutivista desse “outro”. O problema desta abordagem é que resulta numa história linear: o capítulo “Descobrir” abarca, basicamente o encontro de Colombo com os indígenas e suas implicações; entretanto, no capítulo seguinte, ao analisar a conquista, série de eventos cronologicamente posterior à descoberta, o autor não contextualiza temporalmente os sujeitos discursivos, de modo que não são traçadas as conexões entre os discursos produzidos em cada tempo e as relações de poder daquela época específica, que, efetivamente, restringia e vinculava tais discursos².

Somos, assim, apresentados a Colombo, um sujeito de mentalidade medieval, que em nada antecipa o homem moderno. De raciocínio finalista, suas interpretações guiam-no, sempre, rumo a um resultado concebido *a priori*, sendo, portanto, desprovidas de cientificidade. Seu interesse é a natureza, e os nativos americanos lhe interessam apenas na medida em integram a paisagem recém-descoberta: a eles dedica a mesma apreciação pragmática com que admira os elementos naturais, não desenvolvendo qualquer interesse em verdadeiramente conhecê-los.

Seu desconhecimento em relação aos índios o leva a um comportamento ambíguo em relação a eles: ora declara que os índios são pessoas extremamente bondosas e dóceis, no que antecipa, de certo modo, a ideia do bom selvagem que surgirá no Dezenove, e ora os taxa de “cães imundos”, porque não entende suas práticas culturais distintas, sobretudo o canibalismo ritual, e não admite que prefiram seus cultos religiosos ao cristianismo, constituindo-se, assim, em potenciais escravos.

Esta ambiguidade expressa nos escritos e no comportamento de Colombo, é a marca particular da história da descoberta da América, entendida como o primeiro episódio da conquista: a alteridade humana é afirmada e rejeitada simultaneamente. Este duplo movimento é simbolizado, na história hispânica, pelo peculiar ano de

² Cf. o entendimento de Donald M. Lowe de que a linguagem não é uma estrutura autônoma, dentro da qual os indivíduos pensam livremente, mas está intrinsecamente vinculada às estruturas de poder de cada época.

1492: ao mesmo tempo em que recusa seu Outro interior, ao expulsar de seu país os infiéis mouros e forçando os judeus a imigrarem, descobre o Outro interior, no vasto território americano; e o próprio Colombo liga ambos os eventos em carta aos reis católicos de Espanha³.

É um movimento homogêneo, já que o objetivo de expandir a fé católica confere unicidade a ambos os acontecimentos, ao passo em que sua simultânea heterogeneidade transparece dos sentidos opostos e complementares de cada ação: a primeira expulsa o elemento não pertinente à tessitura do Estado espanhol, enquanto a segunda o introduz de forma permanente.

Estabelecidos os parâmetros e o desenvolvimento dos contatos entre os descobridores e os nativos, Todorov busca entender as razões que tornaram possível um número tão reduzido de espanhóis massacrar o super-estruturado e riquíssimo Império Asteca. Aqui, valendo-se dos conceitos estabelecidos pelo sociólogo Louis Dumont⁴, o autor apresenta seu construto teórico chave, que permeia toda a obra: a contraposição entre a sociedade holista indígena e a sociedade individualista espanhola.

A questão não é, pois, a existência ou não da escrita, ou a superioridade material dos espanhóis: o fundamento da conquista encontra-se na própria mentalidade que determina a concepção de cada sociedade, e o papel do indivíduo e da linguagem dentro de tais estruturas. A partir do minucioso estudo destes aspectos, Todorov apresenta sua tese: a vitória espanhola deveu-se ao colapso na comunicação asteca, em consequência direta de sua interrupção, no momento em que, à comunicação ritual holista, é imposto um padrão novo, mais ágil e adaptável, da comunicação inter-humana pelos conquistadores⁵.

³ Escrita no próprio ano de 1492 por Colombo, após chegar à América; seu conteúdo é parcialmente reproduzido em TODOROV, Tzvetan. *A Conquista da América. A questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 1983, p. 47.

⁴ Em suas referências bibliográficas, cita três obras desse autor: *Homo Hierarquicus* (1966), *Homo aequalis* (1977) e “La conception moderne de l’individu”, *L’Esprit* (1978), pp. 3-39. TODOROV, Tzvetan. *op. cit.*, p. 253.

⁵ Não admite qualquer inferioridade natural dos índios no plano linguístico ou simbólico, posto que os desenhos e pictogramas utilizados pelos índios não são um grau inferior da escrita, mas uma forma diferente de registro: registram a experiência e não a linguagem.

Os astecas possuem uma cosmogonia própria, na qual é essencialmente importante a concepção cíclica do tempo: o futuro está inscrito no passado, tudo o que está por vir já ocorreu, sendo, assim, pré-determinado, e se revelando no presente através de presságios ou de profecias. A comunicação estabelecida aqui é entre o mundo humano e o sobrenatural ou religioso. A comunicação inter-humana sequer é estimulada: dentro da mentalidade holista asteca, a coletividade não resulta da soma de indivíduos, antes, tem preeminência sobre o individual: o todo coletivo é um elemento maior, do qual a totalidade de indivíduos é apenas uma das partes constitutivas, sempre submetida ao todo.

O princípio fundamentador do mundo asteca é sua super-determinação, que resulta numa minuciosa regulamentação de toda a vida social, cuja essência é a ordem, e não há espaço para ações individuais, nem, portanto, qualquer brecha para o imprevisto. [A sabedoria deriva do saber-interpretar; o poder, por sua vez, deriva da sabedoria, isto é, há uma íntima relação entre o poder e o domínio da língua]⁶.

Considera a escrita como índice da evolução das estruturas mentais, no sentido em que, conforme evolui a escrita (sociedade sem escrita, pictogramas, escrita rudimentar, domínio da escrita), diminui o comportamento simbólico social, evoluindo, proporcionalmente a capacidade de percepção das diferenças.

A estrutura holista do mundo asteca determina, outrossim, o tipo de guerra por ela praticada, qual seja, a guerra ritual, pontuada por protocolos específicos. Os conquistadores, em contrapartida, adotam a guerra total, completamente desconhecida pelos índios. Qualquer novidade, seja de que espécie for, desestrutura a comunicação asteca, pois esta não é aberta a improvisos, a fatos não conhecidos previamente, através da interpretação dos sinais divinos. Ora, ao não conseguir responder prontamente aos primeiros ataques, já haviam perdido, posto que neste

⁶ Há uma ideia que se reputa difundida na época, de que os incas acreditariam que os espanhóis fossem deuses; o autor compartilha dessa ideia, de forma que as ações espetaculares performatizadas por Cortez tem o intuito de manter tal aparência divina dos hispânicos. TODOROV, Tzvetan. *op. cit.*, p. 78 e pp. 114-115.

tipo de luta de extermínio, as primeiras ações são decisivas no resultado final. Disso resulta que a conquista só foi possível, embora não apenas ou talvez nem prioritariamente por isso, devido à interrupção da comunicação asteca.

Já os espanhóis, simbolizados na obra por Cortez, a quem o autor imputa papel de inovação em relação ao comportamento dos conquistadores que antecederam, vendo em seus atos uma consciência histórica e até política, dominam a fala inter-humana e provém de uma civilização onde o indivíduo tem importância de acordo com as próprias ações; logo, saber se adaptar ao desconhecido e agir de improviso são elementos de perspicácia individual.

A primeira atitude de Cortez é encontrar intérpretes, com vistas a amalgamar o maior número possível de informações sobre os indígenas. Malinche lhe é fundamental, pois conhece as línguas maia e inca e aprende rápido o espanhol. Escolhe permanecer ao lado dos hispânicos, e traduz não apenas a fala dos nativos, bem como ensina sua cultura, o significado de seus ritos, o funcionamento de sua sociedade, o que garante a Cortez inestimável vantagem em relação aos nativos: preocupa-se muito com a recepção de seus discursos pelos indígenas, adota ações espetaculares por seu efeito simbólico⁷ e age de modo dissimulado para confundir os índios. É também por meio de seus intérpretes que descobre as rivalidades internas entre as várias comunidades nativas que pertencem ao Império Inca, de forma que se valerá delas para fazer alianças e garantir o apoio de um considerável número de guerreiros índios, que, em última análise é o que, de fato, lhe garante a vitória⁸.

A linguagem é, pois, um instrumento equívoco, podendo ser utilizada tanto para se integrar à comunidade, como para manipular outrem. Montezuma privilegia a primeira função, Cortez a segunda. Embora os incas venerassem o domínio simbólico da linguagem, apenas os espanhóis perceberam a utilidade prática da língua, utilizando-a como instrumento político de manipulação e controle sobre o

⁷ Cujo significado é, também, a passagem dos incas de uma sociedade holista a uma individual, encerrando a sociedade holista medieval.

⁸ “Por que esta vitória fulgurante, se os habitantes da América são superiores em número a seus adversários, e lutam no próprio solo?”. TODOROV, Tzvetan. *op. cit.*, p. 51.

outro. E, neste ponto específico, Todorov aproxima Cortez do príncipe descrito por Maquiavel: de posse das informações, age segundo seu objetivo, e não mais de acordo com o objeto.

A questão que cabe aqui, e que Todorov se coloca, é: por que esta compreensão que Cortez desenvolve em relação aos índios o leva a saquear e a destruir? Ora, primeiramente há que se considerar que, de seu ponto de vista egocêntrico, não vê os nativos como iguais; são sujeitos, mas reduzidos à função de produtores de objetos; se sente admiração pelos íncolas, tal sentimento apenas marca a distância entre eles.

Mas, para muito além disso, Todorov cria dois conceitos muito interessantes para explicar tamanho massacre: opõe a sociedade de sacrifício, a nativa, à sociedade de massacre, criada pelos espanhóis na América. Na primeira, o assassinato é religioso, logo, um sacrifício, determinado pela ideologia oficial, perpetrado em praça pública, e que evidencia a força dos laços sociais e seu predomínio sobre o indivíduo. Já na segunda, ao contrário, longe do poder central hispânico, a única lei é que tudo é permitido, revelando não a natureza humana primitiva, mas o ser moderno, amoral, que mata por puro prazer: a barbárie do comportamento espanhol é extremamente humana e decorre da descoberta, pelos conquistadores, da diferenciação moral entre os espaços físicos da metrópole e da colônia.

Mesmo Las Casas, ferrenho defensor dos índios, apesar de amá-los, não os conhece. Do grande debate que trava com Sepúlveda, pormenorizadamente analisado na obra, a única diferença entre ambos é que enquanto o último defende a tutela indígena pelos colonizadores, Las Casas acredita que esta deva ficar a cargo da Coroa espanhola. Na realidade a discussão toda foi, portanto, sobre quem deveria exercer a tutela dos nativos, o que implica que essa proteção era implicitamente considerada necessária, logo, era ponto pacífico que os índios eram vistos como inferiores pelos espanhóis, mesmo por seus defensores: na melhor das hipóteses, seriam comparados a crianças, ingênuos e incapazes de autogerir suas comunidades.

Dessa forma, nem entre os que buscam preservar os índios exista quem de fato os compreenda, pois a compreensão ocorre apenas quando se reconhece o Outro enquanto completamente distinto do Eu que o concebe, o que implica, não apenas no reconhecimento da alteridade, mas do respeito a ela, isto é, não pode haver hierarquização entre os sujeitos, que são distintos, porém coexistem no mesmo plano; aqui há o contato que leva à compreensão. Qualquer tentativa de assimilação por uma das partes, entretanto, pressupõe a presunção de superioridade cultural por esta, que procura encaixar o Outro em seu sistema de valores, resultando numa hierarquização dos sujeitos; aqui, há o contato que leva à destruição.

O texto, entretanto, apresenta uma série de inconsistências e contradições. Senão vejamos: apresenta a teoria da escrita como índice de evolução mental, segundo a qual os espanhóis seriam os mais evoluídos e, portanto, mais aptos a perceber o Outro. Porém, são os índios que aprendem a língua alienígena e atuam como intérpretes. E, neste ponto, o caso de Malinche é exemplar, pois ela não apenas aprende a língua e a cultura dos espanhóis, bem como opta ideologicamente em permanecer e lutar do lado hispânico; aliás, durante a obra, ela é a única pessoa que efetivamente faz uma escolha individual, livre das amarras estruturais impostas pela formação sociopolítica. Quem também age através de escolha, embora de caráter coletivo, são as comunidades indígenas que decidem se aliar a Cortez na luta contra os astecas.

Essa aliança, aliás, contradiz a tese do autor de que as sociedades índias não são capazes de se comunicar com os hispânicos: tanto o são que, após negociações entre as partes, os nativos resolvem se colocar ao lado dos invasores europeus, visando se libertar do jugo asteca, o que implica que dominavam, também, a comunicação inter-humana. A própria construção do império asteca, por meio da conquista de outros povos, se contrapõe à ideia de que não eram capazes de relações inter-humanas.

Além dessas incongruências argumentativas, o livro não se sustenta enquanto obra historiográfica por diversos motivos: não se preocupa em comparar fontes, na

tentativa de se aproximar da verdade, tomando o conteúdo dos discursos como válidos apenas por terem sido aceitos por seus contemporâneos; não relaciona os sujeitos discursivos às relações de poder às quais estão vinculados, isto é, considera-os como se agissem fora das amarras político-sociais das estruturas mais amplas que ditavam os limites de seus comportamentos, como se todos estivessem no mesmo tempo histórico.

Entretanto, Todorov se propôs a comprovar, por meio de uma análise meramente moral, que os espanhóis não conheciam os indígenas: apesar de sua própria argumentação ambígua e de todas as inconsistências internas do texto, é preciso considerar que tal objetivo é alcançado: ao fim e ao cabo, somos levados a concluir que, de fato, o contato entre estes povos tão distintos entre si não resultou na compreensão, mas na destruição, no massacre dos índios pelos conquistadores europeus.

A obra recebeu diversas críticas positivas na época de sua publicação; e, embora algumas falhas tenham sido apontadas por seus comentadores, a comunidade acadêmica foi praticamente unânime ao considerar o texto audacioso e forte, cuja principal virtude foi a de abrir um campo completamente novo nos estudos sobre a conquista da América, agora do ponto de vista cultural. E, embora a alteridade seja uma questão perene na história das civilizações, Todorov inovou ao introduzir este tema na análise dos acontecimentos do Dezesesseis, contribuindo de forma decisiva neste debate, seja ao comprovar sua tese da falha de comunicação asteca, seja ao provocar a produção de várias obras de mesmo mote conceitual, fomentando o debate intelectual sobre a conquista; e é só a partir de amplas discussões que podem surgir análises mais profundas e satisfatórias que contribuam para uma explicação mais completa sobre este tema.

Duas décadas após a publicação da obra de Todorov, Matthew Restall, historiador especializado em etno-história e na experiência dos africanos nos primeiros tempos da América espanhola, escreve, muito instigado pelo tom das obras sobre a conquista, publicadas aos borbotões por ocasião das comemorações do quinto centenário da descoberta da América, *Sete Mitos da Conquista Espanhola*,

publicado em 2003.

A obra faz uma revisão da interpretação historiográfica sobre a conquista da América a partir do binômio verdade-mito, buscando, através das ideias mais difundidas sobre este evento, corrigi-las aproximando-se de uma explicação mais próxima à verdade e, portanto, mais satisfatória. Ora, os mitos não foram inventados pelos historiadores; antes, provém de uma leitura desatenta das fontes ou da inobservância dos procedimentos metodológicos necessários ao fazer histórico, como o cruzamento de fontes. Partindo dessa perspectiva, seu *corpus* documental inclui as mesmas fontes já utilizadas por historiadores, isto é, faz uma releitura dessas, fontes, bem como se vale outras fontes que poderiam ter sido usadas, mas não o foram.

Metodologicamente, recua suas lentes, colocando os eventos e as personagens da conquista no contexto cultural e institucional dos espanhóis e indígenas do Século XVI traçando uma imagem forte do mundo colonial que então emergia.

À uma breve introdução, na qual apresenta seu objetivo de desmitificar o entendimento da Conquista seguem-se sete capítulos, cada qual referente a um mito identificado pelo autor, que corresponde a um aspecto específico da Conquista; segue a explicação de como tal mito foi construído ao longo do tempo e, a partir da investigação de seu *corpus* documental apresenta sua interpretação sobre a face analisada da Conquista.

Em seu revisionismo histórico, ataca diversas obras que considera carregadas de explicações míticas; o livro de Todorov sofre severas críticas, sobretudo quando Restall trata do quinto mito, o da (falha na) comunicação. Analisaremos, assim, seu texto numa perspectiva comparada com o do semiótico franco-búlgaro, buscando apontar os pontos de atrito entre ambos e, de uma maneira mais ampla, qual a leitura que Restall faz de *A Conquista da América*, bem como quais as implicações desta na sua concepção “mais verdadeira” das explicações sobre a Conquista.

Os dois autores, para entender a Conquista, partem da mesma pergunta, expressa em seus textos: como tão poucos derrotaram um inimigo tão

numericamente superior⁹? Questão esta, aliás, que se constitui no cerne de *Sete Mitos (...)*, que, nesse sentido, pode ser entendido como uma monografia aprofundada e muito bem documentada sobre este tema. Cada qual procurará a resposta num campo distinto: Todorov conforme já expusemos acima, e Restall, revirando uma vasta quantidade de fontes, comparando-as e as interrogando de forma incisiva. Esta indagação é posta pelo historiador no início da exposição do primeiro mito que apresenta, qual seja o dos homens excepcionais¹⁰. Demonstra que a Conquista foi, na verdade, obra de um pequeno grupo de aventureiros, em empreitadas particulares, inseridos num processo histórico mais amplo, embora não discorra sobre ele. Demonstra que havia um procedimento padrão de conquista, que, mais que determinar os limites de ação dos conquistadores, determinavam os próprios procedimentos utilizados por todos eles, o que contraria frontalmente a tese de Todorov, sobre o comportamento inovador de Cortez, que seria uma exceção e arquétipo de conquistador¹¹, inserindo-o dentro de tal procedimento padrão adotado por todos os exploradores e o retratando como um homem de seu tempo¹².

Os relatos pessoais de Colombo e dos conquistadores devem ser entendidos no contexto do sistema de patronagem em que foram produzidos, no século XVI, como *probanzas* (TODOROV, 1983, p. 97); estão impregnados da ideologia imperial

⁹ Refere-se à vertente historiográfica que busca explicar o fato de que “um punhado de aventureiros” espanhóis foi capaz de empreender um dos maiores feitos da humanidade – a conquista da América – ao derrotar um inimigo numérica e estruturalmente muito superior por se constituir de “homens excepcionais”. RESTALL, Matthew. *Sete Mitos da Conquista Espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp. 25-29.

¹⁰ Como, p. ex. nos episódios em que “queima” seus próprios navios (p.54) ou encena uma série ações espetaculares (p.p. 111-2). TODOROV, Tzvetan. *op. cit.*, p. 54 e pp. 111-2, respectivamente.

¹¹ Tal procedimento constituía-se de sete aspectos, ou passos, comuns, na época a todos os conquistadores: uso de iniciativas legalistas para legitimar (formalmente) a expedição, com a fundação de uma cidade e a leitura, no caso da Mesoamérica, do Requerimiento; abandonar o grupo e buscar sozinho riquezas e/ou terras; a busca de metais preciosos; buscar aliados nas populações nativas; obtenção e uso de intérprete; demonstração de violência; captura pública de um governante indígena.

¹² Nas expedições de Conquista, a Coroa Espanhola concedia licenças ou contratos de exploração ou ocupação a particulares, transferindo-lhes o ônus da empreitada. Estes eram obrigados a comprovar que cumpriram sua parte no acordo, demonstrando que haviam conquistado um dado território viável economicamente: tais comprovações eram intentadas através das *probanzas*, relatos nos quais os conquistadores geralmente exageram seus

hispanica e não podem ser tomados como verdadeiros. Esta crítica, embora não nominal, acerta em cheio o trabalho de Todorov, posto que este se utilizou, como fontes exclusivas, dos relatos de Colombo, Cortez e alguns outros conquistadores e/ou religiosos, sem questionar seu conteúdo, com a explicação de que para ele bastava ser o documento verossímil, tomando-os como a expressão de uma “verdade possível”. É de se notar, também, que Restall desconsidera que este padrão de conquista fosse desconhecido pelos nativos, e que isso possa contribuir para explicar a derrota íncola, ao contrário de Todorov, que aponta toda novidade como um fator importante para o colapso da comunicação indígena.

Ao mito do exército do rei opõe o fato de que não havia qualquer exército organizado e financiado pela Coroa Espanhola e/ou que a representasse; tratava-se de empreendedores particulares armados, que, geralmente financiavam suas próprias expedições, ou obtinham recursos de seu patrono. Aqui, novamente, Restall desconsidera que este era um padrão novo para os nativos: os espanhóis guerreavam pelo lucro, enquanto eles conheciam apenas a guerra ritual.

Para derrubar o mito do conquistador branco, o autor apresenta não apenas as alianças com populações locais como fundamental para a vitória espanhola, mas, também comprova a presença de africanos que lutaram ao lado dos hispânicos, alguns dos quais obtiveram grande sucesso. Entretanto, não pondera sobre as diferentes expectativas dos envolvidos: enquanto o projeto de Cortez era de longa duração, com vistas a construir novas estruturas de um poder tributador e imperial, os índios aliados tinham um projeto de curto prazo, baseado nas estruturas de poder pré-existentes, qual seja, livrar-se do jugo esmagador dos astecas.

No mito da conclusão, refuta a ideia de conquista completa, argumentando que as populações de áreas periféricas nunca foram conquistadas e que os indígenas mantiveram muitas de suas crenças sob a capa da cristianização. Neste ponto específico, nos parece que o autor incorre num erro conceitual, já que a conquista é um processo contínuo, que prossegue nas áreas periféricas paralelamente à exploração colonial das regiões centrais. Quando há exploração do

feitos para obter a contraparte devida pelo Estado.

trabalho local e pagamento de tributos pelas populações dominadas, significa que a conquista nesta área terminou, pois houve o reconhecimento pela própria população subjugada que deveria, através da prestação de trabalhos e pagamento de tributos, se sujeitar àquele que venceu a guerra. A prática da exploração colonial, que pressupõe a própria conquista, existe, pois, a partir do momento em que estão presentes estes dois elementos, trabalho e tributo. Restall analisa várias revoltas e ações de reação indígena contra a exploração colonial como se fossem de resistência à conquista, posto que, ao focar estreitamente no protagonismo indígena, esquece-se do colonialismo, e desconsidera que autonomia cultural não significa ausência de exploração pelo vencedor.

No quinto mito, o da (falha na) comunicação, o atrito com Todorov é direto e contundente. Apresenta o mito da falha na comunicação como um contramito, fruto da negação do mito da comunicação. Este último foi construído historicamente durante a Conquista e o período colonial, pelos próprios espanhóis, com o objetivo de, através da afirmação da efetiva comunicação com os povos nativos, sustentar que estes haviam sido subjugados, assimilados e convertidos. Este mito começa a ser questionado já no século XVI, principalmente por La Casas, e, em época recente, foi tão banalizado que gerou seu contramito, qual seja, o da falha na comunicação, muito difundido pelos intelectuais modernos. Dentre os difusores coetâneos do mito, reputa maior responsabilidade a Todorov, que o articulou este mito por meio da comparação entre os comportamentos de Colombo, que não manifestava qualquer interesse em se comunicar com os nativos, e Cortez, habilidoso em reunir informações e ler signos, seguida do contraponto entre o bem informado Cortez aos astecas, incapazes de apreender os sinais dos europeus, atribuindo à falha na comunicação a causa da derrota íncola. Aqui se apresenta um equívoco de Restall: Todorov não afirma em momento algum que o próprio Cortez é capaz de interpretar os signos astecas, e sim, que conseguiu tal vantagem ao se utilizar dos saberes de Malinche, de forma que caberia à intérprete o papel preponderante na comunicação entre espanhóis e astecas, no momento em que ela opta pela posição espanhola: “[Malinche] não se contenta em traduzir (...).

Por um lado, efetua uma espécie de conversão cultural, interpretando para Cortez não somente as palavras, mas também os comportamentos (...)"¹³. Restall discorda também desta colocação, sustentando que “o sistema de comunicação proporcionado por Malinche e Aguilar era imperfeito” e se pergunta: “Mesmo depois de Malinche ter aprendido espanhol, quanto não deve ter se perdido na tradução, nas leituras do significado de suas palavras e em tentativas improvisadas de transpor a barreira cultural?”¹⁴.

Entretanto, o erro crasso da análise de Restall sobre *A Conquista da América* é imputar, como construto teórico chave de Todorov, a questão da escrita¹⁵; pois é justamente a este ponto específico que se prende em suas severas críticas à obra do linguista, argumentando que houve falhas na comunicação de ambos os lados, de modo que nenhuma das partes conseguiu, de fato, compreender a outra, sem que disso resultasse alguma vantagem significativa no resultado final do confronto; adota, sobre tal questão, uma posição de meio-termo, alinhando-se à tese da Identidade Duplamente Equivocada de Lockhart, segundo a qual houve falhas na comunicação de ambos os lados, de modo que não se pode considerar esse aspecto como decisivo para a decisão do embate. De fato, Restall apresenta diversos exemplos de desentendimentos mútuos.

Porém, conforme analisamos no início, a pedra de toque da tese de Todorov é contraposição que traça entre sociedade holista indígena e sociedade individualista espanhola, e as implicações que decorrem da natureza de cada uma; a partir dessa oposição, demonstramos que qualquer novidade introduzida na sociedade autóctone era suficiente para gerar uma paralisia, ao menos inicial, já que não havia a possibilidade de uma resposta improvisada, constituindo-se, pois, num desequilíbrio da batalha em favor dos espanhóis, capazes a lidar de forma rápida

¹³ Restall, Op. Cit. P. 154 e 155, respectivamente.

¹⁴ “A expressão mais específica do argumento [de Todorov] diz respeito à escrita.” RESTALL, Matthew. *op. cit.*, p.164.

¹⁵ RESTALL, Matthew. *op. cit.*, pp. 150-2. Tanto os relatos escritos por espanhóis quanto aqueles feitos por índios têm um ponto em comum: apresentam o desentendimento entre ambos os chefes, simbolicamente retratado no abraço que Cortez tentou dar em Montezuma e este se escusou do cumprimento: o que variam são as interpretações apresentadas por cada cronista sobre o significado deste mal-entendido.

com algo inesperado.

Considerando o pressuposto acima, a crítica de Restall a Todorov, procede somente quanto a seu argumento de que não se pode “explicar a Conquista” apenas sob o prisma da falha da comunicação dos índios¹⁶. E o próprio historiador incorre em contradição ao notar que “Atahualpa e Montezuma compreenderam as intenções e métodos dos invasores demasiado tarde para salvarem suas próprias vidas”¹⁷, o que deixa transparecer que, no caso dos autóctones, a incompreensão dos gestos dos europeus de fato os conduziram ao abismo.

Ao combater o sexto mito, o da desolação nativa, Restall novamente ataca Todorov, principalmente porque o linguista não apenas aceita a ideia de que os astecas realmente acreditavam na natureza divina dos espanhóis, razão pela qual, não teriam reagido prontamente aos ataques dos invasores, bem como lhe parece inquestionável que o próprio Cortez, num ato de grande imaginação e consciência político-militar, tenha fomentado tal ideia no seio da comunidade nativa¹⁸.

Por fim, no último capítulo, no qual analisa o mito da superioridade, que constata estar muito presente ainda hoje, oferece duas análises sobre a conquista: na primeira, apresenta um modelo de explicação da Conquista sustentado apenas pelos mitos que procurou desmentir ao longo da obra, constituindo-se, nesse sentido, num resumo geral do texto; e, como contraponto, cria um modelo próprio de explicação sobre a conquista, construído com base em argumentos pretensamente “desmistificados”, apoiado em cinco pontos fundamentais, quais sejam: as epidemias dos nativos, que funcionaram como verdadeira arma biológica; a desunião entre as populações indígenas; a superioridade bélica, representada, sobretudo, pela espada de aço exclusiva dos hispânicos; a cultura bélica espanhola e a conquista espanhola como “um mero episódio na globalização do acesso a recurso de produção de alimentos”²².

Este modelo, porém, apresenta fortes inconsistências. Primeiramente, com

¹⁶ RESTALL, Matthew. *op. cit.*, p. 177.

¹⁷ TODOROV, Tzvetan. *op. cit.*, pp. 92-3 e 114-5.

¹⁸ RESTALL, Matthew. *op. cit.*, p. 242.

referência à desunião dos íncolas como um dos fatores decisivos na vitória europeia, tal argumento é apresentado de forma muito rasa pelo autor: apesar de que, de fato, a aliança entre espanhóis e nativos tenha sido de suma importância para a vitória hispânica, dada a inferioridade numérica brutal que tinham em relação às populações nativas, não se pode creditar uma relação de causalidade entre tal aliança e os problemas internos entre os índigenas, já que, na Europa, havia enorme animosidade entre as populações de cada Nação, bem como entre seus governos; considerando válido o argumento apresentado por Restall, seria de se indagar por que, então, os turcos, por exemplo, não se valeram dessa desunião e conquistaram a Europa. A argumentação apresentada é insuficiente e, pois, não se sustenta.

O argumento da cultura bélica espanhola é de um empiricismo por demais estreito: baseado apenas nos fatos ocorridos no desenrolar das batalhas, nota que os europeus praticavam um tipo de guerra diverso, por possuírem uma cultura bélica, e, que, portanto, os astecas teriam perdido pois, desprovidos desta concepção militar, praticavam um tipo de guerra inadequado à situação. Além de focar em demasia no protagonismo das personagens, em detrimento de uma moldura histórica precisa, novamente ignora que os espanhóis estavam acostumados a guerrear pelo butim, padrão completamente novo aos índios e, que a novidade desarticula sua comunicação. Num contexto de guerra total, a inércia autóctone foi um elemento crucial para sua derrota: o historiador dá, aqui, razão ao argumento de Todorov, construído sobre um quadro estrutural mais amplo do conjunto de mentalidades orgânicas de ambas as partes envolvidas no conflito, que considera, em sua análise, as práticas comuns a cada formação social (ou distinta) específica.

O quinto ponto de seu modelo também carece de uma contextualização mais específica, pois a expansão ultramarina não constitui, em si mesma, uma conjuntura estrutural; antes, é parte, juntamente com a formação de redes mercantis ultramarinas e a acumulação de capitais, do movimento expansionista ibérico do século XVI, dentro do contexto da consolidação da hegemonia do centro peninsular sobre as áreas periféricas do mundo colonial emergente.

Restall merece crédito por seu intuito de desconstruir uma imagem deturpada sobre a conquista, que, ao mesmo tempo em que se baseia numa visão distorcida do europeu sobre o outro, serve, simultaneamente, para alimentar esta essa própria distorção. Entretanto sua boa intenção esbarra nas claras incongruências de seu texto, no qual a opção pelo foco no protagonismo das personagens da Conquista exclui uma análise estrutural do evento, inserida no quadro da economia-mundo emergente da época. Ao montar um modelo explicativo “desmistificado” do evento, utiliza argumentos pouco sólidos bem como, sem perceber, após fazer profunda e estafante análise de fontes variadas e cruzar cuidadosamente os dados coletados, acaba por reconhecer a falha na comunicação indígena como um dos fatores preponderantes para a vitória espanhola. Ora, pode-se criticar o texto de Todorov por ele se valer das fontes sem interrogá-las, de forma que sua conclusão só tem validade enquanto a de uma história moral e exemplar; porém, Restall, após proceder a todos os passos metodológicos adequados ao fazer histórico, atesta a veracidade da tese do semiótico, o que por si só já seria suficiente para considerá-la válida.

Conclui-se, pois, que não há uma explicação única ou básica da qual derivariam outras, conforme pretende Todorov; tampouco Restall, apesar da excelente acolhida de sua obra no seio acadêmico, foi capaz de prover à conquista uma explicação suficiente. O evento continua a ser um grande enigma, aberto à investigação, que, entretanto, só trará resultados contundentes se realizada dentro do quadro estrutural amplo tanto da economia-mundo, bem como do conjunto das mentalidades de espanhóis e indígenas envolvidos nos conflitos.

Entrevista com
LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

Realizada em São Paulo, em 27 de Agosto de 2013

Em sua mais recente passagem pelo Brasil, o historiador Luiz Felipe de Alencastro, autor do clássico *O Trato dos Viventes* e co-autor de diversas outras obras de extrema relevância para a historiografia, cedeu uma entrevista à Revista *Epígrafe*, após ter ministrado a palestra "A Exceção cultural francesa", no Departamento de História da Universidade de São Paulo.

Durante uma conversa descontraída, o historiador - que atualmente é professor na Universidade de Paris IV - Sorbonne, diretor do Centre d'Etudes du Brésil et de l'Atlantique Sud e professor convidado da EESP da FGV - falou sobre sua vivência de graduação, sobre as mudanças ocorridas no ambiente estudantil desde a época em que era um graduando, e sobre temas relacionados à função social do Intelectual na contemporaneidade - além de ter revelado ser um torcedor assíduo do clube Paris Saint-Germain, do Corinthians e do Botafogo.

_ Motivações para ingressar num curso de Ciências Humanas

Eu estudei no colégio jesuíta de Florianópolis, o Colégio Catarinense, e tive um professor, o padre João Alfredo Rohr, arqueólogo e pioneiro no estudo paleoameríndio sobre os sambaquís, que me influenciou bastante. Também tiveram muito impacto sobre mim aquela paisagem, aquela presença humana. O padre Rohr foi um grande defensor da preservação dos sambaquís, que eram destruídos e utilizados como reserva de cal na época. Depois desse período, meus pais se mudaram para Brasília e eu entrei na UNB num período de grande politização – um mês antes do Golpe. Fui para a França porque a repressão começou a cercar os estudantes e os professores da UNB. Graças a alguns deles, eu consegui uma bolsa de estudos francesa e fui fazer Ciências

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

Políticas e História em Aix-en-Provence em 1966. Fiquei vinte anos na França. Estive em Paris em 1970, onde fiz doutorado e ensinei na Universidade de Vincennes, e voltei ao Brasil em 1986.

Na França, houve uma mudança total na vida, porque eu tinha vinte anos. Logo ao chegar, ingressei na faculdade e fiz amizades. Digo a vocês: amizade se faz na graduação – na pós-graduação, as pessoas já estão com a cabeça feita, não têm a mesma convivência de sala de aula. É na graduação que se vai à aula todo dia, que se convive com as pessoas que irão te acompanhar pelo resto da vida.

_ A graduação nas décadas de 1960 e 1970 e o ambiente estudantil contemporâneo

O ambiente era bem mais politizado, mas esta é também uma questão cíclica: quando se acha que está tudo calmo, recomeçam manifestações. Em Paris, há 3 por dia e um terço delas não tem nada a ver com a França. Há também outra coisa: o ambiente estudantil e social na França é muito cosmopolita. Fiz bons amigos africanos em Aix-en-Provence, gente boa, sofrida, militantes sinceros, mas também havia diletantes simpáticos. Comecei a me interessar na África mais de perto nesta época. Houve um longo período de grandes agitações políticas e sociais a partir de maio 1968, que terminou com a eleição do François Mitterrand em maio 1981. Com a esquerda no poder, houve menos manifestações nas ruas. Mas há sempre mobilizações anti-racistas importantes.

Nos anos 1970 ocorreram também grandes debates em torno da liberação do aborto na França e também pelo fim da pena de morte. A partir daí, houve manifestações mais fragmentadas, com alguns momentos de mobilização mais intensa em torno de questões sindicais, educacionais e culturais. Agora, por exemplo, ocorreram grandes manifestações contra e a favor do casamento gay em Paris e nas grandes cidades francesas.

Os Cafés parisienses sempre foram um grande espaço de produção intelectual. Ficar horas a fio lendo e escrevendo nestes lugares, sem perturbações, fazia parte da

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

tradição estudantil e intelectual francesa. Sartre escreveu uma parte de *Sursis* e *O Ser e o Nada* no Café de Flore, em Saint-Germain-des-Près. Milhares de estudantes secundaristas e universitários fazem suas lições de casa nesses cafés.

Há 10-15 anos atrás, quando meu filho estava saindo do secundário e entrando na Universidade, ainda era muito assim. Os estudantes passavam horas num café preparando as aulas, discutindo e namorando. Hoje mudou um pouco. Pelo menos perto da Sorbonne os Cafés ficaram mais “chiques”, atendendo mais os turistas, ou mesmo fecharam as portas, transformando-se em fast-foods. A Starbucks, por exemplo, está de olho ali, subindo aos poucos por alguns pontos que ela já comprou no boulevard Saint Michel e no boulevard Saint Germain, pelejando para abrir uma franquia na praça da Sorbonne. O Café com um terraço simpático da Praça Saint Sulpice é assediadíssimo pelas grandes marcas de moda para passar o ponto.

_ A função social do Intelectual e do Acadêmico

Na França, há uma tradição – que também havia no Brasil anteriormente, mas que agora está mais arrefecida – em que os intelectuais intervêm em todo tipo de debate. Alguns acham esta tradição um tanto quanto ultrapassada porque há mais especialização e só os economistas podem escrever sobre a economia, os juristas sobre a justiça e assim em diante. Mas esse tipo de intervenção possui grande relevância: os jornais franceses, inclusive, abrem seções para que diversas discussões sejam feitas, e não é necessário ser um especialista para dar palpites sobre os assuntos – mesmo naqueles que não forem da sua área. Ou seja, a imprensa ainda é muito aberta aos debates. Eu tenho uma coluna no UOLNews onde escrevo sobre política internacional. Também acho que manter um blog é algo muito bom, tenho um chamado ‘Sequências Parisienses’, que está um pouco desatualizado. Mas ainda costumo escrever quando surge algum debate de relevância.

Por exemplo, há uns dias postei no meu blog ‘Sequências Parisienses’, um texto sobre a França. Há um concurso francês muito específico e disputado, para ser

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

professor permanente do ensino secundário, a “agrégation”. Cada disciplina tem a sua “agrégation”. Embora não esteja escrito nos editais dos concursos para o ensino universitário, a maioria das universidades exige que os candidatos a assistentes tenham, além do doutorado, a “agrégation”. O tema escolhido vale por dois anos, é ensinado para os candidatos ao concurso e também desencadeia um processo editorial porque os editores preparam livros e coletâneas específicas para os candidatos à “agrégation”.

Neste ano, em História Contemporânea, o tema é a “As sociedades coloniais 1850-1950”. Em História Moderna, o tema é “A Península Ibérica e o mundo dos anos 1470 até os anos 1640”. Serge Gruzinski e eu achamos que a periodização escolhida, excluindo a expulsão dos holandeses do Brasil (1654) e os eventos ocorridos até o reconhecimento da nova dinastia dos Bragança pela Espanha e pelo Papa (1668), é muito mais focada no mundo espanhol do que sobre o império português. Aí redigimos um texto que foi publicado no blog sobre a América Latina no *Le Monde*. Foi este texto que publiquei no meu blog.

_ A questão da especialização e o pouco interesse na História global

Eu estava falando do (Serge) Gruzinski, que é um dos raros historiadores que faz esses estudos globais na França. As pessoas se especializam apenas em uma área, e é muito difícil ver alguém que se proponha a fazer estudos com uma perspectiva mais ampla, ainda que os Arquivos online tenham muito mais documentação e bibliografia acessível. Algo que facilita o acesso à informação – e conseqüentemente, à formulação de pesquisas que possuam perspectivas mais amplas. No Brasil, por exemplo, estuda-se pouco a Ásia portuguesa. A China é o maior parceiro comercial do Brasil e creio que não há no país nenhum grande especialista de história chinesa. Posso estar enganado, mas pelo que sei, nem a USP, nem nenhuma outra universidade brasileira tem algum professor que seja especialista sobre os assuntos chineses e seja fluente em mandarim. Porque se for para ser especialista da China a partir da informação da imprensa

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

européia e americana aí é mole. Fiz uma indagação informal no Itamaraty e soube que na hierarquia mais alta, embaixadores e gente do topo, há menos de meia dúzia de diplomatas que sabem o mandarim.

Além disso, existe ainda a questão da micro-história. Acho certo exagero pensar que a vida de um indivíduo possa conter o “mundo inteiro”, me parece algo meio descontextualizado. Além disso, acho que opor micro-história à macro-história não faz sentido: muitos historiadores sabem incluir a primeira nas narrativas mais gerais da segunda. É o caso de Serge Gruzinski, por exemplo. Enfim, há outro assunto que me envolve diretamente. Acho a divisão estrita entre “africanistas” e “especialistas” uma roubada. As universidades brasileiras deviam formar especialistas do Atlântico Sul, um espaço que tem muito mais coerência e continuidade históricas do que a as generalidades que são enfiadas no tema “América Latina”.

Mas também é necessário ressaltar que a demanda por teses, nos dias de hoje, é muito mais severa: na minha época, ficava-se anos trabalhando em uma tese, e não havia essa pressão tão grande, pelo menos para muitos de nós. A minha tese, por exemplo, levou mais de dez anos para ser concluída; o Serge Gruzinski também levou um tempão. Hoje, como eu disse, com a Reforma de Bolonha, deve-se fazer uma tese em três, quatro ou cinco anos. O modelo das Ciências Exatas influenciou a organização das Ciências Humanas na França. Isso também ocorre aqui no Brasil. Mas nas Ciências Humanas, em História em particular, o ritmo é outro, mais demorado, mais longo na confrontação das fontes e no domínio da narrativa.

Por isso, os pós-doutorados tornam-se cada vez mais frequentes. O doutorado, apenas, já não basta – é necessário logo engatar uma pesquisa de pós-doc, uma vez que o período de doutoramento é muito curto! (risos).

_ Um tema de relevância no exercício da docência na França

Eu ensino uma disciplina na Sorbonne, criada por Pierre Chaunu, que aborda a questão dos europeus *fora* da Europa. Por que *fora*? Porque em alguns lugares a

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

presença europeia redundou em colonização, noutros lugares, como na Ásia, em particular na China e no Japão, isso só ocorreu mais tarde, no contexto diferente da segunda expansão europeia (1850-1950). Costumo enfatizar a historiografia portuguesa ao ministrar essa disciplina, que foge um pouco do esquema francês ou britânico sobre a África e Ásia. Muitos alunos gostam, justamente por não possuírem qualquer contato com a historiografia portuguesa ou lusófona. É certo também que certos estudantes talvez não teriam chances de ter contato com determinados temas se a disciplina não permitisse a adoção desse viés metodológico.

Em Abu Dhabi, onde há um campus da Sorbonne, ministrei essa disciplina por três anos seguidos. Lá, havia um interesse muito grande, sobretudo porque a presença inglesa se sobrepôs ao passado luso-oriental no Golfo Pérsico. Ali restam somente algumas fortalezas portuguesas do século 16, como o forte Jalali (que se chamava São João) mais bonitas que as casernas inglesas do século 19. Esse passado interessa os estudantes dos emirados e pode discutir com eles sobre isso.

_ Questões conflituosas na grade brasileira do curso de História

Na graduação brasileira, faltam abordagens como esta que mencionei existir na França. Essa tradição lacunar, no Brasil, vem desde os tempos do Caio Prado, do Roberto Simonsen, e inclusive do Celso Furtado - que foi meu mestre. Havia esse esquema, fixado pelo economista francês Leroy-Beaulieu, que define dois tipos de colônias: de povoamento e de exploração - vocês todos, estudantes, viram isso na graduação. Porém, Oliveira Martins, o grande historiador português do século 19, completou a conceitualização de Leroy-Beaulieu, incluindo as feitorias. Macau, Hong-Kong, Malaca, Singapura, foram colônias de povoamento ou de exploração? Nem uma coisa, nem outra! Os portugueses ficaram em Macau de 1557 até 1999, e não foram sequer um quilômetro para frente - e nem pretendiam ir, estavam ali apenas para fazer comércio, no esquema de *offshore*, algo essencial para o sistema capitalista até os dias de hoje. Acontece que as colônias foram extintas, mas a ideia de praças *offshore*, não. E

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

o que é uma praça *offshore*? Ora, é uma feitoria. O que havia no Brasil, no início, era uma colonização de fato? Não, havia feitorias! O pulo do gato, a passagem da fase de feitorias para a etapa da colônia ou Colônia, como se costuma escrever no Brasil, só pode ser explicada se a África, e em particular Angola, for incluída na reflexão e na narrativa histórica.

Então, algo que a tradição brasileira não explica, e que deveria ser trabalhado, é justamente essa a questão da diferenciação entre colonização e comércio, que eu havia mencionado anteriormente.

_ Concepções quanto à relação entre graduandos e docentes

Fiz graduação em Aix-en-Provence, que era uma pequena cidade universitária, era tudo muito próximo e mais fácil do que em Paris. Eu fiz o diploma de Ciências Políticas e também História, porque ali havia o melhor curso de história da França na época.

Em 1970, mudei para Paris e fui fazer o doutorado em História com o Frédéric Mauro na Universidade de Nanterre. Havia ainda o rescaldo de maio 1968 e os exilados brasileiros chegavam em Paris em maior número. A relação lá com os alunos é mais formal. O professor catedrático faz cursos mais gerais para bastante alunos. Já tive salas com perto de 200 estudantes. Depois os assistentes dão mais duas horas de aulas para grupos de 30/40 desses estudantes. Os estudantes tem o hábito de anotar as aulas e é necessário falar encadeado, pois os alunos estão tomando nota da sua fala. Dei aulas em várias universidades francesas, na Unicamp, na University of Massachusetts, na Universidade de Salamanca em menor escala, e agora na Escola de Economia de São Paulo da FGV onde serei professor efetivo a partir de julho, quando me mudar para São Paulo. Acho os estudantes franceses mais bem preparados. Eles têm um ensino secundário público e laico que é de muito bom nível, comparado com o ensino secundário brasileiro, espanhol e até com o americano. Aos 17 anos eles têm um curso de Filosofia o ano inteiro e aprendem, ao longo do secundário, a redigir bem,

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO

elaborar uma dissertação em torno de temas sintéticos e complexos. Isso dá uma grande ajuda quando eles entram nas Universidades.

_ O gosto pelo Futebol

Eu torço pelo Paris Saint-Germain, que é um time que não tem solução (risos). É um time de uma grande capital europeia, com um belo estádio, muito dinheiro, uma grande torcida, e não ganha nada nunca: um caso único na história do futebol! Em São Paulo sou corinthiano. Mas, de coração, sou Botafogo. Nos anos 1950, em Santa Catarina, quando eu era criança e adolescente, o campeonato do Rio era o verdadeiro campeonato nacional.